



Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO
Centro de Ciências Humanas e Sociais - CCH
Programa de Pós-Graduação em Memória Social – PPGMS

Vitor Freire Corrêa

**Memória e Comemoração:
O Brasil nos festejos comemorativos de 1940 em Portugal.**

**Rio de Janeiro,
2012.**

**Memória e Comemoração:
O Brasil nos festejos comemorativos de 1940 em Portugal.**

VITOR FREIRE CORRÊA

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO
Centro de Ciências Humanas e Sociais - CCH
Programa de Pós-Graduação em Memória Social – PPGMS

**Memória e Comemoração:
O Brasil nos festejos comemorativos de 1940 em Portugal.**

Vitor Freire Corrêa
vcfreire@hotmail.com

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Memória Social – Linha Memória e Espaço, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Memória Social.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Luiz Pereira da Silva

Rio de Janeiro
2012.

A minha família e a todos os professores que passaram, estão e ainda passarão por
minha vida.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Aprovado em ____/____/____

Banca Examinadora

Prof. Dr. Sérgio Luiz Pereira da Silva (Orientador) – UNIRIO

Profa. Dra. Maria da Conceição Francisca Pires - UFV

Profa. Dra. Ângela de Castro Gomes – FGV

Prof. Dr. Amir Geiger UNIRIO

Rio de Janeiro

2012.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, sem dúvidas, agradeço a Deus.

Em segundo lugar agradeço a minha família, minha mãe D. Cassia Freire Santana, meus irmãos Viviane, Fernanda, Felipe, Vanessa, Wallace, Celso e Camila, e todos os outros amigos que fazem da caminhada da vida mais amena.

Não menos importante, e também da minha família agradeço a minha esposa Bruna Melo dos Santos, que foi um presente dado por Deus e pela minha primeira graduação em História. Uma grande companheira, que sempre se dispôs a conversar comigo sobre tantos assuntos, acadêmicos ou não, que só fizeram melhorar o conhecimento que tenho comigo, algo tão importante para os dias de hoje.

Ao professor e orientador Sérgio Luiz Pereira Silva, que desde a primeira conversa na Unirio só fez me incentivar a dar continuidade a essa pesquisa, assim como buscar problemáticas novas que agregassem o máximo possível de valor ao trabalho, sempre atencioso e de uma inteligência fora do comum.

A direção do PPGMS na figura de seu coordenador Francisco Ramos de Farias, que mesmo não dispondo de condições consideradas ideais, tem feito com que o programa melhore e consiga cada vez mais visibilidade.

Aos professores da banca examinadora: Maria da Conceição Francisca Pires, Ângela de Castro Gomes e Amir Geiger pelo tempo dispendido com esse trabalho e a grande ajuda dada na qualificação.

A todos os colegas do PPGMS pelos momentos tão legais, trabalhos, Congressos, cursos e outros, que vivenciamos juntos.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar a participação brasileira nos festejos do Duplo Centenário de Portugal de 1940, no que tange ao momento político, econômico e social das duas nações. Põe-se em evidência o ato de comemorar por parte dos portugueses, assim como a inserção do Brasil como “nação irmã” durante os festejos, perpassando pela rede de sociabilidades e as chancelarias brasileiras e portuguesas, onde havia, de fato, um projeto político semelhante: o Estado Novo, mas nas “entrelinhas” do evento é possível perceber que houve alguns embates diplomáticos, no que tange aos preparativos e a participação brasileira nas *Comemorações Centenárias*.

Palavras-Chaves: Comemorações Centenárias de Portugal. Política e Cultura. Exposição do Mundo Português. Congresso Luso-Brasileiro de História.

ABSTRACT

This study aims to analyze the Brazilian participation in the celebrations of the centenary double of Portugal, 1940, regarding the moment political, economic and social development of both nations. Puts in evidence the act of celebrating of the Portuguese, as well as insertion of Brazil as "sister nation" during the festivities, passing through the network of sociability and foreign ministries and Brazilian Portuguese, where there was in fact a political project similar: the Estado Novo, but the "subtext" of the event is possible to notice that there were some diplomatic clashes, regarding the preparations and Brazilian participation in the centenary commemorations.

Keywords: centenary commemorations of Portugal. Politics and Culture. Portuguese World Exhibition. Luso-Brazilian history.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|-----|
| Figura 1 – Foto da assinatura do Acordo Cultural em 4 de setembro de 1941. Da direita para a esquerda: António Ferro, Getúlio Vargas, Lourival Fontes | 24 |
| Figura 2 – Primeira reunião dos membros da comissão nacional dos Centenários com o Presidente do Conselho e Secretário de Propaganda Nacional | 39 |
| Figura 3 – Revista dos Centenários: primeiro exemplar da Comissão Nacional e o primeiro da Comissão Executiva | 43 |
| Figura 4 – A Nau Portugal ancorada no Rio Tejo, junto ao terreiro do Paço em Lisboa | 49 |
| Figura 5 – Pavilhão da Fundação de Portugal | 50 |
| Figura 6 – Centro Regional da Exposição do Mundo Português | 51 |
| Figura 7 – Planta Geral da Exposição do Mundo Português..... | 52 |
| Figura 8 – Seção inaugural do Congresso do Mundo Português, na sala da Assembleia Geral | 53 |
| Figura 9 – Cenas do Cortejo do Mundo Português..... | 54 |
| Figura 10 – Figurinos do artista Manuel Lapa para o Cortejo do Mundo Português .. | 55 |
| Figura 11 – Entrevista de Afrânio Peixoto ao periódico Diário de Lisboa em 5 de Março e 1937 | 85 |
| Figura 12 - Chegada a Lisboa da Embaixada do Brasil às <i>Comemorações Centenárias</i> | 88 |
| Figura 13 – O Gal Carmona Presidindo a Inauguração do Congresso Luso-Brasileiro de História na Academia das Ciências de Lisboa | 90 |
| Figura 14 – O delegado do Brasil, segurando nas mãos as bandeiras portuguesa e brasileira, pronuncia o seu discurso na entrega do terreno onde será construído o Pavilhão do Brasil | 107 |
| Figura 15 – Imagem do Pavilhão do Brasil | 108 |
| Figura 16 – Imagem do Espaço da Floresta Tropical no Pavilhão do Brasil | 108 |
| Figura 17 – Imagem do Salão de Artes no Pavilhão do Brasil | 111 |
| Figura 18 – Imagem do quadro <i>Café</i> de Portinari | 122 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|---------|
| Quadro 1 – Membros da Comissão Nacional dos Centenários | 34 |
| Quadro 2 – Congresso Luso-Brasileiro de História: Plano Inicial do Conteúdo Programático | 71 e 72 |
| Quadro 3 – Congresso Luso-Brasileiro de História: Comunicações publicadas nos Anais | 92-97 |
| Quadro 4 – Data e local de nascimento dos membros da Embaixada..... | 99 |
| Quadro 5 – Naturalidade dos membros da Embaixada | 99 |
| Quadro 6 – Dados sobre a formação dos membros da Embaixada | 99 |
| Quadro 7 – Vinculação institucional dos membros da Embaixada | 100 |
| Quadro 8 – Membros do Comissariado da Exposição do Mundo Português | 108 |

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| INTRODUÇÃO | 12 |
| 1 – Relações Luso-Brasileiras: alguns pontos em questão | 15 |
| 2 – As <i>Comemorações Centenárias de Portugal</i> | 30 |
| 3 – A Participação do Brasil nos Festejos de 1940 em Portugal | 56 |
| 3.1. O convite ao Brasil | 56 |
| 3.2. Cultura Histórica e intelectuais no Brasil de 1930 | 61 |
| 3.3. O Brasil entre o Congresso e a Exposição | 73 |
| 3.4. O Papel do intelectual no Estado Novo Brasileiro | 85 |
| 3.5. O discurso da Guerra e os interesses políticos | 103 |
| 3.6. O Pavilhão do Brasil | 106 |
| 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS | 116 |
| FONTES PRIMÁRIAS | 119 |
| REFERÊNCIAS | 121 |

INTRODUÇÃO

O presente trabalho contempla as relações politico-culturais entre Brasil e Portugal com ênfase no estudo da participação brasileira nas *Comemorações Centenárias* de Portugal promovidas pelo Estado Novo Salazarista para celebrar os centenários da fundação do Reino (1140) e da Restauração (1640).

Um conjunto imenso de eventos fez parte das *Comemorações Centenárias* de Portugal, em 1940. Contudo, os festejos foram marcados por três grandes acontecimentos: o Cortejo do Mundo Português, o Congresso do Mundo Português e a Exposição Histórica do Mundo Português. O Brasil foi o único Estado estrangeiro convidado a participar com pavilhão próprio da Exposição do Mundo Português.

Apesar de o Arquivo Histórico do Itamaraty constituir-se no lugar mais propício para a pesquisa, uma vez que possui um extenso e variado corpo documental acerca das *Comemorações Centenárias*, abrangendo desde atos internacionais até correspondências e reportagens publicadas na imprensa, foram visitados também os acervos das seguintes instituições: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Academia Brasileira de Letras (ABL), Real Gabinete Português de Leitura, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea Brasileira, nos quais foram compulsadas fontes das mais variadas naturezas, como documentos oficiais, reportagens de jornais, artigos de revista, fotos, mapas, filmes, panfletos, entre outros registros.

Uma das principais fontes compulsadas é a *Revista dos Centenários*, um mensário artístico e cultural lançado por Júlio Dantas em janeiro de 1939, com o objetivo de dar publicidade ao projeto dos festejos e de granjear a simpatia dos leitores para a sua consecução. Ademais, a Revista exerceria a função de arquivo, divulgando projetos, estudos, plantas, pareceres, relatórios, investigações, pesquisas e outros trabalhos relevantes.

A historiografia acerca das *Comemorações Centenárias* portuguesas ainda é escassa, sobretudo no Brasil. Em Portugal, de um modo geral, a situação não é muito diferente. A historiografia lusa, representada por autores como José Carlos de Almeida, Zília Osório de Castro, Antônio Rego e Fernando Cartroga, aborda o tema dos centenários a partir de três questões importantes. A primeira delas é o entendimento da celebração dos Centenários de Portugal como uma operação de encenação das ideologias do Estado Novo, como um ato de devoção patriótica, como uma mostra iconográfica na qual os grandes temas da mitologia salazarista e o inventário das

realizações da Nação foram exaltados e esteticamente emblemáticos. Em seu trabalho *Ritualizações da História*, Fernando Cartroga diz que a Exposição do Mundo Português foi “(...) a exaltação direta do que mais importava recordar: os Descobrimentos. (...) a fundação e a refundação da Nação deviam ser simbolizadas como momentos matriarcais e preparatórios da construção do Império”. (CARTROGA, 1998, p. 267). Sendo esse um dos principais aportes teóricos dessa pesquisa apresentada.

A segunda questão consiste no desenvolvimento da noção de Império Português contemporâneo como pilar ideológico do regime salazarista. Essa ideia seria utilizada em montagens de exposições internacionais como forma de afirmar, categoricamente, os direitos dos portugueses no além-mar e a firmeza de propósitos em defendê-los perante ambições de terceiros.

A terceira questão importante que permeia os estudos das *Comemorações Centenárias* diz respeito à preocupação com o cenário político europeu. Com efeito, um dos objetivos das *Comemorações Centenárias* era afirmar, em contraste com a situação de guerra que afetava o resto do continente europeu, a excelência presente e futura do Estado Novo Salazarista, que é apresentado como o responsável por salvar Portugal e manter a nação unida e em paz.

Quanto à participação brasileira nos Centenários Portugueses, quem nos diz algo é Lúcia Lehmkuhl, que em sua tese “Entre a tradição e a modernidade: o café e a imagem do Brasil na exposição do Mundo Português”, analisou a representação do Brasil levada a Lisboa por ocasião dos festejos, privilegiando o estudo da imagem da nação brasileira divulgada na Exposição do Mundo Português.

A presença brasileira nos festejos portugueses é mencionada *en passant* nas obras de Fernando Cartroga, de Luís Reis Torgal e de Maria Isabel João. Destacando-se o trabalho de Antonio da Silva Rego (1965), encontrado na biblioteca do IHGB, sobre as relações luso-brasileiras entre os anos de 1922 e 1953. Nele, há um capítulo destinado às *Comemorações Centenárias*, no qual a participação do Brasil nas festividades é enfatizada, porém, apenas de maneira descritiva.

Como já foi citado acima, um dos autores que norteará esses estudos sobre o Brasil nas *Comemorações Centenárias* será Fernando Cartroga, autor que nos permite referenciar os motivos e objetivos do Portugal de Salazar levar a cabo essa comemoração, mesmo num momento de inquietação mundial, diga-se Segunda Guerra Mundial.

Partiremos do pressuposto de que a intervenção do Brasil nos preparativos das festividades, dos participantes brasileiros no evento, assim como a mudança de foco do *Congresso Luso-Brasileiro de História* para a *Exposição do Mundo Português* tem a ver com o momento político do Brasil e com o momento político internacional. Para tanto, autores como Ângela de Castro Gomes e Lucia Lippi de Oliveira irão nos referenciar teoricamente, ao passo que nos dão importantes referências sobre as culturas política e histórica que estavam sendo construídas no Brasil do anos 1930.

Por fim, partiremos para uma análise pormenorizada da participação brasileira, no que tange aos membros da comissão brasileira que foram a Portugal e seus vínculos institucionais, assim como sua procedência. Apresentarei a listagem das comunicações que foram enviadas ao Congresso Luso-Brasileiro de História, assim como, referências ao Pavilhão do Brasil na *Exposição do Mundo Português* como forma de demonstrar as vinculações políticas que alicerçaram as escolhas dos membros da comitiva do Brasil e sua participação nas festividades de 1940, terminando com a assinatura do Acordo Ortográfico entre Brasil e Portugal em 1941.

1 – Relações Luso-Brasileiras: alguns pontos em questão

Com efeito, depois da Independência de 1822, se Portugal e Brasil mantiveram relações cordiais, justificadas essencialmente por interesses econômicos e demográficos, as trajetórias políticas dos dois países divergiram, pouco a pouco, no decurso do século XIX. No plano político e, em particular na política externa, Portugal e Brasil tinham poucos interesses comuns. A política exterior do Brasil era principalmente dirigida para Buenos Aires, Londres e Washington, onde estavam concentrados os seus interesses comerciais e geopolíticos. A política estrangeira de Portugal era essencialmente baseada em três pontos: a questão colonial, a busca da neutralidade no contexto europeu e o estabelecimento de relações políticas cordiais com a Espanha.

No entanto, no fim do século XIX, o governo português adotou uma nova estratégia em relação ao Brasil, tentando aproximar-se politicamente da sua antiga colônia. Esse projeto inscreveu-se numa política de esforços do governo português, em particular depois da humilhação do ultimato inglês de 1890, para afirmar-se como potência colonial moderna frente à cobiça das nações europeias sobre as colônias portuguesas da África¹.

Com a Proclamação da República portuguesa, em 1910. Além da vontade de garantir a integridade do patrimônio colonial português², os dirigentes republicanos se esforçaram também para consolidar a legitimidade do novo regime, em nível nacional³ e internacional⁴, desenvolvendo um discurso nacionalista que confundiu a causa republicana e a nacional. Este discurso, que afirmava "a vocação colonizadora do povo português" e o "gênio" da raça portuguesa, pregava a união de todos os portugueses como forma de apoiar a República, único regime capaz de defender a pátria portuguesa e as suas colônias. Este discurso nacionalista se propôs também a mostrar a existência de uma comunidade lusófona, ou seja, defendeu uma identidade cultural, linguística e histórica comum entre Portugal e as suas antigas e colônias desse momento. Assim, a existência dessa esfera de influência portuguesa deveria provar a capacidade

¹ A partir do fim do século XIX, as colônias portuguesas da África se tornaram objetos da permanente cobiça das potências europeias. Depois do ultimato imposto por Londres, em janeiro de 1890, Portugal teve que renunciar a um vasto território africano ligando Angola e Moçambique.

² Um novo acordo é assinado entre a Inglaterra e a Alemanha em 1913, estabelecendo uma nova partilha das colônias portuguesas africanas e, sobretudo, alargando as possibilidades de intervenções dos dois países sobre os territórios portugueses.

³ O regime republicano português, recém-instalado, teve que enfrentar numerosas greves e diferentes tentativas contra revolucionárias.

⁴ A novidade da queda da monarquia portuguesa é acolhida com muita frieza numa Europa ainda predominantemente monárquica na sua maioria.

colonizadora de Portugal. O Brasil era, nesse discurso, que podemos chamar de "pan lusitanista", o melhor exemplo dessa capacidade colonizadora e a prova mesma da existência dessa comunidade lusófona. O Brasil era a prova de que o povo que o fez era também capaz de levar a luz da civilização à África, portanto, a colonização brasileira devia servir de exemplo à colonização africana. Assim, a valorização das relações com a sua antiga colônia permitiriam às autoridades portuguesas provarem a existência dessa esfera de influência lusófona e afirmar a posição portuguesa na cena internacional como metrópole cultural e colonizadora eficiente frente aos seus concorrentes europeus.

Essa política de aproximação é comprovada pelo fluxo de portugueses para o Brasil. Até os anos 1930, o Brasil foi à destinação preferida da emigração portuguesa (EVANGELISTA, 1971, p. 74). Ainda segundo João Evangelista (p. 54), mais de um milhão de portugueses partiram para o Brasil entre 1889 e 1930. Longe de constituir um grupo homogêneo e unido, a colônia portuguesa se caracterizou por numerosas divisões econômicas, sociais e políticas.

Um dos fatores dessa heterogeneidade foi o perfil estrutural da emigração portuguesa que conheceu uma evolução importante no decurso do século XIX. Depois da Independência brasileira, as primeiras gerações de emigrantes portugueses que chegaram ao Brasil eram majoritariamente bem acolhidas, muitas vezes por membros da família ou por amigos já instalados em Recife, Salvador ou no Rio de Janeiro e trabalharam, sobretudo, no setor comercial. No fim do século XIX, a emigração portuguesa tornou-se uma emigração mais maciça, muito mais pobre, sem rede de acolhimento no Brasil. Assim, as condições de integração e de sucesso não são as mesmas para todos. Não existe uma homogeneidade econômica e social dos portugueses no Brasil que, no fim do século XIX, distribuíssem-se por uma larga escala social, do operário e do caixeiro na base, até o comerciante rico ou o banqueiro na outra extremidade. Se a maioria da população portuguesa no Brasil era constituída por pobres e operários, os poucos portugueses que conseguiram atingir certo nível econômico e social, os *brasileiros*, como eram chamados em Portugal, procuraram manter o sonho e o fluxo da emigração portuguesa. Esses *brasileiros* portugueses formaram uma elite, que dominou a colônia portuguesa, desempenhando um papel importante na vida econômica e social do Brasil.

A elite portuguesa no Brasil defendeu a nação portuguesa e valorizou a presença e a herança de Portugal e dos portugueses na construção da nação brasileira. A *História da colonização portuguesa do Brasil*, obra que pretendia ter um caráter científico,

artístico e literário, cujo primeiro volume aparece em 1921, foi particularmente representativa dessa estratégia da elite portuguesa. A obra é dedicada às comemorações do primeiro centenário da Independência do Brasil. Carlos Malheiro Dias (1921) foi responsável pela direção e pela coordenação literária da publicação, que foi financiada em grande parte por um industrial português do Brasil, Albino Sousa Cruz. Segundo esse último, esse trabalho teria sido sugerido pela Câmara Portuguesa de Comércio e de Indústria do Pará.

Existiram também numerosas iniciativas individuais de intelectuais portugueses no Brasil para favorecer o desenvolvimento de uma aproximação entre Brasil e Portugal. Por exemplo, o escritor português Fran Paxeco (1874-1952) ficou mais de 20 anos no Brasil, período durante o qual ele empenhou muitos esforços para desenvolver as relações literárias entre os dois países. Ele organizou, por exemplo, um congresso literário luso-brasileiro em 1903 (GOUVEIA, 1983, p. 217).

A presença de escritores portugueses no Brasil e os seus esforços explicam por que a literatura portuguesa se tornou bastante conhecida nos meios intelectuais brasileiros no início do século 20, como analisou o historiador e escritor João Alves das Neves no seu livro, lançado em 1992, *As relações literárias de Portugal com o Brasil*. Pode-se também citar o exemplo do trabalho do intelectual português Augusto de Lacerda que organizou, em numerosas cidades brasileiras, conferências sobre as relações históricas, políticas e culturais entre Portugal e o Brasil, e estabeleceu comissões destinadas a estudar a possibilidade de desenvolver as ligações entre os dois países.

Nesse sentido, para realizar esse objetivo, os portugueses buscaram fazer uso da sua vasta rede associativa que valorizava a identidade portuguesa e encorajava a multiplicação das trocas políticas e culturais entre Portugal e Brasil. Nos anos 1910-1920, apareceram numerosas revistas destinadas a melhorar os conhecimentos e as trocas recíprocas entre os dois países. Foi, por exemplo, o caso da revista *Lusitânia*, criada pelo jornalista Alexandre de Albuquerque, e publicada pela primeira vez em 3 de junho de 1916, no Rio de Janeiro. No editorial do primeiro número, Albuquerque definiu os objetivos da revista em seu editorial:

Esta revista tem uma aspiração muito nobre: ser um laço subtil e gracioso, pelo espírito e pelo coração, entre Portugal e Brasil. O seu fim é comentar, com carinho e com ternura, a vida portuguesa e brasileira. Propomo-nos a observar todos os assuntos da atividade

humana, na ciência como na arte, no comércio como na indústria, tudo que concorra para o desenvolvimento da comunhão luso-brasileira, neste momento em que a defesa das nacionalidades e das raças, fora mesmo dos campos de batalha, se torna uma imperiosa necessidade (LUSITÂNIA, 1916, v.2, p. 38).

No início do século XX, por mais estranho que possa parecer, apesar do relativo “afastamento” entre o Itamaraty e o Palácio das Necessidades, as relações literárias entre Brasil e Portugal tiveram grande incremento, alavancadas pelo aparecimento de almanaques, jornais e magazines, nos quais participavam escritores das duas nacionalidades. Em que pese à distância física que separava os respectivos colaboradores, esses periódicos constituíram lugares de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiros e espaços de sociabilidade, tal como define François Sirinelli, ao examinar os mecanismos que movimentam as complexas engrenagens do meio intelectual (SIRINELLI, 1996, p. 294). Basta lembrar que n’*Águia*, editada na cidade do Porto (1910-1930), ao lado de Teixeira de Pascoaes e de Jaime Cortesão, escreviam Ronald de Carvalho, Coelho Neto, Vicente de Carvalho e Lima Barreto. A revista *Atlântida* (1915-1921), publicada em Lisboa e que se dizia explicitamente luso-brasileira (ATLÂNTIDA, 1915), era dirigida a quatro mãos por João de Barros e Paulo Barreto, o popular João do Rio, e contava com a colaboração de Graça Aranha, Afrânio Peixoto, Júlio Dantas e Tristão de Ataíde. O mesmo se passava em relação ao periódico *Orpheu*, de duração efêmera, mas muito expressiva.

Idealizada para ser um meio de aproximar os Estados português e brasileiro, esta revista procurou constituir uma espécie de antologia artística, literária, histórica e cultural de Portugal para os brasileiros e do Brasil para os portugueses. Seu principal objetivo era a difusão recíproca da cultura nacional de ambos os países, e neste caso, isso se dá através da constante busca de um passado em comum e da reafirmação de todos os elementos que compõem esse passado. Desta maneira, constrói-se, pouco a pouco, a ideia de *Civilização Lusíada*, de *Civilização Atlântica*. Uma civilização porque partilha dos mesmos “sentimentos e ideais” é indivisa, porque é comum a Portugal e ao Brasil, a religião, a cultura intelectual, o patrimônio histórico, as preferências, mas, sobretudo porque existe um vínculo indelével na compreensão recíproca destes países: o idioma. E esta semelhança linguística é sempre apontada como um traço de união entre as duas nações, portanto, fator fundamental no processo de aproximação luso-brasileiro.

No que tange aos aspectos econômicos, ao refletir sobre a situação política e econômica de Portugal em 1974, em decorrência da adesão ao Mercado Comum

Europeu, Joaquim Barradas de Carvalho mostrava-se bastante preocupado e advertia que o país se encontrava numa encruzilhada entre o Velho Mundo e o Atlântico. Argumentava que a segunda opção lhe parecia mais promissora, *a única condição para* que sua pátria “(...) reencontrasse a individualidade, a especificidade, a genuidade, medievá e renascentista”. Neste sentido, defendia a formação do que denominou de uma “autêntica Comunidade Luso-Brasileira”, (...) que não seja apenas sentimental e ortográfica, (...), nem aquela comunidade que não passou, ainda, de Júlio Dantas para cá, Pedro Calmon para lá (...) (CARVALHO, 1974, p. 79-80). A proposta de Barradas de Carvalho não constituía propriamente uma novidade. De certo modo, ele retomava um antigo projeto que havia despertado o interesse da intelectualidade de ambas as nações na primeira metade do século XX.

No Rio de Janeiro, os principais órgãos da imprensa divulgavam textos de Alberto de Oliveira, de Carlos Malheiro Dias e de Jaime de Ségúier, que assinava, inclusive, uma coluna no *Jornal do Comércio*. No diário *O País*, destacavam-se as crônicas de Justino Montalvão, as “Cartas de Lisboa”, de José Maria Alpoim e os artigos de Santo Tirso (SARAIVA, 2004. p. 23).

Dentre os temas que mais atraíam a atenção dos letrados, salientava-se o da conveniência da formação de uma comunidade luso-brasileira. A ideia de firmar uma aliança com o Brasil fora lançada, pela primeira vez, em 1909, na Academia das Ciências de Lisboa, por Coelho de Carvalho. No ano seguinte, a Sociedade de Geografia de Lisboa organizou um concurso sobre “o modo mais eficaz de promover a união moral da colônia portuguesa do Brasil com a mãe pátria”. Anunciou, ainda, o plano de organizar uma expedição ao *hinterland* brasileiro. Meses depois, o presidente da Sociedade, Consiglieri Pedroso, formularia um ambicioso projeto, mais conhecido como *Acordo Luso-Brasileiro*, que previa a criação de uma comissão permanente encarregada de estudar a consecução das seguintes medidas, dentre outras: realizar periodicamente congressos luso-brasileiros; negociar tratados de arbitragem entre Brasil e Portugal, de cooperação internacional conjunta e de comércio; viabilizar a fundação de entrepostos comerciais; propor a construção de palácios de exposição em Lisboa e no Rio de Janeiro; promover na medida do possível à unificação da legislação civil e comercial; a aproximação intelectual, científica, literária e artística, conferindo equivalência de direitos ou de títulos aos diplomados de um país que decidissem trabalhar no outro; promover visitas regulares de intelectuais, artistas, industriais e comerciantes; estudar a maneira mais eficaz de se criar uma revista luso-brasileira;

fomentar a cooperação entre jornalistas e editores, entre associações científicas, pedagógicas, artísticas e beneficentes; propor medidas para intensificar o movimento de aproximação lusíada com o Brasil.

Nesse sentido, merece registro a sugestão de Alberto de Oliveira, cônsul geral de Portugal no Brasil, para que a Academia das Ciências propusesse ao governo português a criação de uma cadeira de história, geografia e literatura brasileiras nas Faculdades de Letras. A indicação acabou encampada pela Faculdade de Letras de Lisboa. Em 1916, a Câmara dos Deputados aprovou a Lei nº 586, que instituiu oficialmente a disciplina de Estudos Brasileiros naquele estabelecimento de ensino superior. Entretanto, a inauguração da tão desejada cadeira, devido a uma série de contratempos, só veio a se concretizar em 1923, com as aulas ministradas pelo historiador e diplomata Oliveira Lima.

A discussão foi impulsionada com o início da Primeira Guerra. O poeta Olavo Bilac (1997), na visita que realizou a Lisboa, em 1916, no discurso proferido durante o banquete que lhe foi oferecido pela revista *Atlântida*, proclamou a “(...) existência de um novíssimo continente moral de amor e de defesa comum de Portugal e Brasil, as duas pátrias eternamente irmãs”. Por essa mesma época, no parlamento português, João Menezes argumentava que “(...) Brasileiros e portugueses têm de pensar, hoje mais do que nunca, em estreitar suas relações políticas, podendo ir muito além duma aliança” (SIMÕES, 1960, p. 123). Consoante essas ideias, o governo luso enviou uma missão de intelectuais ao Rio de Janeiro, em 1917.

O contexto da Primeira Grande Guerra também trouxe os militares para o centro do debate. O comandante Nunes Ribeiro preocupado com a supremacia marítima dos alemães, advertia que “(...) A garantia do domínio do mar no Atlântico Sul é e será sempre um objetivo comum aos dois países”. Henrique Lopes de Mendonça (1856-1931)⁵, oficial do exército, dramaturgo, historiador e autor da letra do hino nacional luso, *A Portuguesa*, aventou a hipótese de se instituir uma *Confederação luso-brasileira*. Postulava a formação de dois blocos políticos: o primeiro integrando a Inglaterra e os Estados Unidos, o segundo Portugal e Brasil, os quais “(...) impor-se-iam ao mundo não com intuítos ambiciosos de imperialismo guerreiro, mas como garantia inabalável de paz e de progresso universal”. Outro militar, João de Almeida, que se notabilizara como governador de Angola, escreveu o livro *Visão do crente* (1918), em

⁵ Henrique Lopes de Mendonça, em 1923, seria eleito sócio correspondente da Academia Brasileira de Letras.

que defende a federação dos dois países, por meio de uma aliança militar ofensiva e defensiva, diplomática e econômica, prevendo ainda a reciprocidade de direitos civis para brasileiros e portugueses, além do estabelecimento de uma representação consular comum em nações estrangeiras (SIMÕES, 1960).

No Rio de Janeiro, as opiniões se dividiam sobre aquelas fórmulas. Havia os simpatizantes, como Graça Aranha e Paulo Barreto. Este último postulava a celebração de um acordo e não uma fusão política entre as duas Repúblicas. No seu entender, um pacto luso-brasileiro deveria assentar-se em medidas de natureza econômica, a começar pela transformação de Lisboa em porto franco. Propunha o estabelecimento da navegação mista e a concessão de licença para os bancos portugueses e brasileiros operarem indistintamente nos dois países. Por outro lado, imbuídos de exacerbado nativismo, certos setores da intelectualidade brasileira repudiavam tais propostas. Incitavam a população carioca a participar de campanhas anti-portuguesas, a exemplo da celeuma que se criou em torno da chamada questão dos Poveiros⁶.

Ainda que suscitasse grande agitação no meio letrado, o debate acerca da criação de uma comunidade entre brasileiros e portugueses não obteve maior ressonância no campo político-institucional. É bem verdade que algumas iniciativas oficiais foram tomadas no intuito de avivar o intercâmbio entre as duas nações: a ida de Eptácio Pessoa a Portugal (1919), recém-eleito presidente da República, representou um passo importante nesse sentido. O mesmo se pode dizer a respeito da emblemática travessia aérea entre Lisboa e o Rio de Janeiro, realizada por Gago Coutinho e Sacadura Cabral, em 1922, a propósito da passagem do primeiro centenário da independência brasileira. Ou, então, da presença naquelas celebrações do chefe de Estado português, Antonio José de Almeida, acompanhado por uma missão de intelectuais, políticos e economistas.

Segundo Edgar Teles Ribeiro (1999, p. 15), o papel do Estado nesses processos de aproximação internacional é fundamental para facilitar os fluxos de troca entre os países envolvidos. E é partindo desta premissa que encontramos a pertinência desta pesquisa. Tais decisões eram parte de um projeto oficial do governo Vargas que diante das dificuldades surgidas em função das crises internacionais (que resultaram num automático retraimento das políticas externas vinculadas às questões comerciais, militar, política e econômica) percebeu o valor de “neutralidade” do fator cultural aproveitando

⁶ A questão envolveu portugueses naturais de Povoá do Varzim, os quais não se quiseram naturalizar brasileiros e se repatriaram. Estabelecidos no Rio de Janeiro e especializados na pesca de alto mar, não se misturavam com os brasileiros, nem com seus próprios patrícios de outras localidades. Segundo Lima Barreto, os “poveiros” formariam uma colônia, dentro da própria colônia lusitana no Rio.

a afinidade histórico-cultural Brasil/Portugal para fortalecer os contatos com Portugal e viabilizou uma propaganda positiva do país no exterior ou, pelo menos, no mundo lusófono.

No que tange a política, na década de 1930, Brasil e Portugal estavam em busca de uma afirmação política, tanto interna, quanto externa, ambas as nações estavam interessadas em utilizar-se uma da outra para fazer valer seus interesses políticos. A ex-colônia com o objetivo de se desvelar ao mundo e de reescrever sua história com novos referenciais espaciais e de memória; já a ex-metrópole, por sua necessidade de tomar o Brasil como exemplo de colonização que havia dado certo, principalmente, pelas críticas que vinha recebendo de outras nações a favor do movimento de descolonização.

Partindo para uma análise mais específica das relações Brasil-Portugal, além da conjuntura internacional, uma série de fatores de caráter ideológico, cultural e político possibilitou uma efetiva aproximação que já era almejada por alguns setores das elites intelectuais de ambas as nações desde o início do século XX, mas cujas iniciativas não apresentaram nenhum resultado significativo. Desta maneira, tal aproximação não pode ser considerada unicamente como simples resultado da relação histórica que une tais países, ou fruto da vontade de setores da sociedade que desejavam estreitar as relações luso-brasileiras, o que caracterizaria as relações espontâneas que existem entre estes países. Foi somente com a intervenção e participação dos Estados brasileiro e português que importantes passos, mesmo que a longo prazo, no caminho de um entendimento recíproco foram conquistados. Na revista *Atlântico*, José Osório de Oliveira num texto intitulado “Obreiros da Aproximação” afirmava que “o desejo de aproximação existia há muito, mas a falta de um instrumento oficial que lhes garantisse a eficácia e a continuidade fazia com que numerosos esforços para a conseguir se perdessem” (1942, n.2, p.7).

Desta maneira, a política cultural portuguesa buscou resgatar através do patrimônio histórico legado por sua colonização todas as manifestações que sublinhavam a identidade comum existente entre esses países. Nesse sentido, ao modelo de colonização português foi atribuída a qualidade de ter sido capaz de integrar diversos elementos à cultura lusíada. Portugal mostraria através do viés cultural sua eficiência histórica de integração e agregação, bem como a importância de seu Estado para a formação de uma comunidade lusa, a princípio luso-brasileira, mas que ambicionava também a participação asiática e africana, valendo-se da ideia divulgada por Gilberto Freyre (1960) de “mundo luso-afro-asiático brasileiro”. Ao invés da força, de acordos

econômicos, alianças políticas ou militares, utilizava-se, nas difíceis décadas de trinta e quarenta do século XX, a ideia de “unidade espiritual e de sentimento” como bases fundamentais da afinidade histórico-cultural e como meio de aproximação efetiva. Segundo Willians da Silva Gonçalves, “a retórica da afetividade constitui um traço permanente das relações luso-brasileiras; e um de seus mais importantes efeitos foi dissuadir a análise política dessas relações” (2003, p. 78).

Surgiram outros redutos de sociabilidade, formados em torno de novas revistas editadas em Portugal e no Brasil, que continuaram a contribuir para o estreitamento dos vínculos entre beletristas às duas margens do Atlântico, a exemplo de *A Rajada* (Lisboa e Rio de Janeiro, 1920); *Terra do Sol* (Rio de Janeiro, 1924); *Presença* (Lisboa, 1927-1940), *Descobrimento* (Lisboa, 1931-1932), *Revista de Portugal* (Lisboa, 1937-1940) e *Atlântico* (Lisboa, 1942-1950). Vale informar que no número 9 de *Terra do Sol*, dentre outras colaborações lusas, apareceria o conhecido texto de Jaime Cortesão “Do sigilo nacional sobre os descobrimentos” (CORTESÃO, 1925).

Do ponto de vista brasileiro, os laços institucionais com Portugal só se fortaleceriam de fato a partir da ascensão de Getúlio Vargas ao poder em novembro de 1930. O caráter nacionalista da sua política de governo levou-o a se acercar da velha metrópole, onde estariam as raízes étnicas e culturais da jovem nação americana. Duas intervenções pontuais, dos então ministros Osvaldo Aranha e Gustavo Capanema ilustram bem essa concepção. O primeiro advertia que “(...) o Brasil é amigo de todos os povos, mas, filho, só de Portugal”. O segundo, fazendo-lhe eco, afirmava que “(...) os brasileiros se orgulhavam de ser portugueses na América” (SIMÕES, 1960, p. 128).

Do lado português, no início da década de 1930, revoltas nas províncias ultramarinas de Açores, de Madeira e de Guiné, bem como alguns boatos disseminados pela imprensa européia, principalmente a inglesa, sobre uma suposta cessão ou venda de parte dos territórios coloniais portugueses à Itália de Mussolini e à Alemanha de Hitler ameaçavam a legitimidade histórica e a competência econômica de Portugal de administrar suas possessões coloniais. Para tentar responder a esses rumores, o Estado Novo português dirigido por Salazar, lançou mão de um conjunto de ações de cunho nacionalista que defendia não só os direitos dos portugueses no além-mar, como também a grandeza da ação civilizadora portuguesa. O que culminaria com as *Comemorações do Duplo Centenário de Portugal de 1940*.

Ainda nessa linha, o *Acordo Cultural Luso- Brasileiro* assinado no Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, em 4 de setembro de 1941 pelo diretor do Secretariado da

Propaganda Nacional de Portugal, Antônio Ferro, e pelo diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda no Brasil, Lourival Fontes, pretendia promover, por intermédio dos organismos oficiais de propaganda, uma íntima colaboração cultural entre Brasil e Portugal. Abaixo temos a figura com foto da assinatura do Acordo Cultural em 4 de setembro de 1941. Da direita para a esquerda: Antônio Ferro, Getúlio Vargas, Lourival Fontes. (REVISTA DOS CENTENÁRIOS, 1941, v. 16, p. 9).



Não por acaso, no início da década de 1930, a aproximação se iniciou, justamente, pelo viés cultural. Ou seja, apoiada em bases previamente consolidadas pelos intelectuais dos dois países. Já em abril de 1931, a Academia Brasileira de Letras e a Academia das Ciências de Lisboa assinaram simultaneamente um Acordo Ortográfico, com o objetivo de preservar a unidade e promover a expansão da língua portuguesa. Só dois anos mais tarde é que os dois governos firmaram o primeiro Tratado de Comércio (1933). Seguiram-se novos protocolos de cooperação intelectual e o estabelecimento do Instituto Luso-Brasileiro de Alta Cultura (1934), com o objetivo de estimular o intercâmbio e promover missões encarregadas de ministrar cursos especiais e conferências. Paralelo a isto assumiu a representação do Itamaraty em Lisboa o diplomata Arthur Guimarães de Araújo Jorge, homem de letras e historiador⁷.

⁷ Ver, dentre outras obras, Arthur Guimarães de Araújo Jorge. *Rio Branco e as fronteiras do Brasil: uma introdução às obras do Barão do Rio Branco*. Brasília: Senado Federal, 1999. (Coleção Brasil 500 anos).

Outro fator que reforçou essa aproximação de maneira importante, deu-se com o ressurgimento da Academia Portuguesa da História, em maio de 1936⁸. O quadro efetivo desta entidade, fixado em cinquenta titulares, reservava dez assentos para acadêmicos de nacionalidade brasileira. As vagas foram todas ocupadas por sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) conforme podemos identificar no boletim da Academia Portuguesa da História (1937-1938), a saber: Conde de Afonso Celso, Max Fleiüss, Afonso d'Escragnole Taunay, Arthur Guimarães de Araújo Jorge, Francisco José de Oliveira Vianna, Gustavo Barroso, Júlio Afrânio Peixoto, Manuel Cícero Peregrino da Silva, Pedro Calmon e Rodolfo Garcia.

Essa cooperação entre historiadores luso-brasileiros não constituía propriamente uma novidade no que tange ao Instituto Histórico. Desde a época da sua fundação, em 1838, o Instituto correspondia-se com tradicionais sociedades científicas de Lisboa. Ao longo dos anos, diversos portugueses ingressaram nos seus quadros sociais, tanto na categoria dos membros honorários, quanto na classe dos correspondentes. Alguns desses associados tornaram-se interlocutores frequentes de seus confrades brasileiros, como o historiador João Lúcio de Azevedo, que costumava trocar correspondência com Capistrano de Abreu e com Max Fleiüss, secretário perpétuo do IHGB. O mesmo ocorria em relação aos brasileiros admitidos na Academia das Ciências de Lisboa. Nos dois casos, as filiações eram decorrentes da teia de relações pessoais, que envolvia letrados dos dois países, como se mencionou anteriormente.

De qualquer forma, o ponto culminante da aproximação entre governos de Lisboa e do Rio de Janeiro deu-se em 1940, por ocasião das *Comemorações Centenárias* de Portugal. As festividades, como se sabe, se organizaram em torno de três grandes eventos: o Cortejo do Mundo Português, a Exposição do Mundo Português e o Congresso do Mundo Português. Este último “(...) em que se estudarão as origens, atividades, instituições, desenvolvimento e expansão de Portugal e do Império. Em volta deste tríptico – doutrina, documentação e apoteose – agrupam-se todas as outras realizações do Ano Áureo” (DANTAS, 1939, p. 13).

Como assinala o historiador Fernando Cartroga, é importante ressaltar que o plano geral das celebrações foi idealizado para glorificar o presente “(...) à luz de uma

⁸ A Academia Portuguesa da História foi recriada em 19 de maio de 1936, pelo decreto-lei nº 26611. Sua origem remonta à antiga Academia Real de História Portuguesa, estabelecida em Lisboa, por decreto de D. João V, de 8 de Dezembro de 1720. , integrada por 50 acadêmicos de número, incumbidos de escrever a história eclesiástica, militar e civil do Reino. Cf. Isabel Ferreira da Mota, *A Academia Real de História. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII*. Coimbra: Edições MinervaCoimbra, 2003.

não ingênua interpretação diacrônica do destino de Portugal, por meio da (...) exaltação direta do que mais importava recordar: os Descobrimentos”. No entender de Cartroga, “(...) a fundação e a refundação da Nação deviam ser simbolizadas como momentos matriciais e preparatórios da construção do Império” (CARTROGA, 1998, p. 116).

O Brasil iria associar-se às *Comemorações Centenárias* na qualidade de *nação irmã*. Aliás, desde as festas henriquinas de 1894, os dirigentes portugueses persistiam nos esforços diplomáticos para incorporar os antigos domínios na América nas celebrações de suas grandes efemérides. Do ponto de vista simbólico, a continuada inserção brasileira naqueles fastos servia de antídoto às críticas que desqualificavam a colonização lusa, como uma espécie de prova póstuma das suas virtudes civilizadoras. Tanto assim, que Antonio de Oliveira Salazar ao anunciar as solenidades do *Ano Áureo*, fez o seguinte pronunciamento:

(...) Ao Brasil é devida referência especial, pois, seja qual for a parte que nas comemorações centenárias queiram amavelmente tomar os outros Estados, não podemos dispensar na gloriosa festa a presença, a participação, o concurso permanente e ativo do Brasil (...) Eis algumas razões porque havemos de pedir ao Brasil que venha a Portugal no momento em que festejaremos os nossos oitocentos anos de idade ajudar-nos a fazer as honras da Casa; que erga o seu padrão de História ao lado do nosso; que não seja apenas nosso hóspede de honra, mas como da família (...). (SALAZAR, 1939, p. 37)

Na margem ocidental do Atlântico, intelectuais e autoridades costumavam responder de modo positivo aos anseios da mãe-pátria. No entender de Luís Reis Torgal, o Brasil se percebia “como filho dileto da diáspora ultramarina portuguesa” (Op. Cit., p. 189). A esse respeito, vale aqui lembrar o depoimento deixado por Afrânio Peixoto, ao visitar o Arquivo Colonial de Lisboa em 1937: “(...) Meu país, filho maior, não pode ter consciência de si mesmo sem se documentar aqui sobre sua adolescência e minoridade. Isto lhe ensinará a amar ainda mais a este glorioso Portugal que o fez grande, desde os primeiros dias e confiou no Brasil, permitindo seu magnífico futuro” (1950, p. 18).

Mais um indicativo dessa postura pode ser percebido pela atenção que o governo de Getúlio Vargas conferiu aos festejos de 1940. No âmbito da presidência da República, instituiu-se a Comissão Brasileira dos Centenários de Portugal, presidida pelo Chefe da Casa Militar, o general Francisco José Pinto, encarregado de coordenar todas as iniciativas e esforços para garantir uma participação esmerada naquelas

solenidades, mormente no que tange à *Exposição Histórica do Mundo Português*, onde o Brasil seria o único país estrangeiro a ocupar um pavilhão próprio. Diga-se de passagem, há registros do cuidado dispensado aos preparativos para figurar na *Exposição* até mesmo no *Diário* de Vargas⁹.

Quanto ao *Congresso do Mundo Português*, uma espécie de mega reunião científica, por assim dizer, visto que se desdobrava em oito jornadas acadêmicas¹⁰, a inserção brasileira deveria concentrar-se nas atividades do *Congresso Luso-Brasileiro de História*. Isto nos leva a supor que o Estado salazarista tencionava robustecer ainda mais os laços com o Brasil, por meio de uma política de relações culturais alicerçada na existência de um patrimônio comum, em que a história representava um dos mais fortes esteios¹¹. Segundo Julio Dantas, depois do acordo lingüístico de 1931, este seria, sem dúvida, o ato intercontinental mais importante que se tinha realizado no domínio da *política do espírito*.

Foi em 1933 que o regime definiu pela primeira vez as linhas e métodos gerais da sua política cultural. Neste ano criou-se o Secretariado de Propaganda Nacional (S.P.N.), chefiado por António Ferro. O chefe do S.P.N. tracejou a chamada "*política do espírito*" já no ano 1932 quando entrevista Salazar no *Diário de Notícias* (naquele tempo António Ferro trabalhava como jornalista e crítico literário). Nas palavras endereçadas a Salazar disse:

(...) alguns dos seus admiradores gostariam de ver aproveitar mais a lição de Itália, a lição do Duce". (...) "atravessámos, sem dúvida, uma hora de renascença financeira, económica, industrial (...). Negar este impulso, esta aleluia, esta descoberta de Portugal pelos portugueses, seria uma injustiça, uma prova de má vontade. Falta uma política do Espírito, inteligente e constante, consolidando a descoberta, dando-lhe altura, significação e eternidade (...). O Espírito, afinal, também é matéria, (...) a matéria prima da alma dos homens e da alma dos povos. (SANTANA, s.a.).

⁹ Em dia 31 de janeiro de 1940, por exemplo, lê-se que Getúlio Vargas recebeu para despacho e instruções especiais o diretor do Museu Histórico Nacional, o Dr. Gustavo Barroso, um dos delegados brasileiros ao evento. Cf. Getúlio Vargas, *Diário*. Apresentação de Celina Vargas do Amaral Peixoto; edição de Leda Soares. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas 2000, p. 241.

¹⁰ As oito jornadas compreendiam o Congresso Pré e Proto-Histórico; o II Congresso de Portugal Medieval; o Congresso de Ciências da População; o Congresso Luso-Brasileiro de História; o Congresso de História da Atividade Científica Portuguesa; o Congresso de História das Navegações e Descobrimientos Portugueses; o Congresso de História Moderna e Contemporânea e o Congresso de História da Monarquia Dualista.

¹¹ Sobre a noção de relações culturais internacionais, utilizamos como referência: Louis Dollot, *Les relations culturelles internationales*. Paris: PUF, 1964. Philip Combs, *The fourth dimension of foreign policy: educational and cultural affairs*, apud Edgard Telles Ribeiro, *Diplomacia Cultural: seu papel na política externa brasileira*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1989.

Salazar estabeleceu o S.P.N. em defesa do Estado, perante os "inimigos da ordem" que, apesar da censura e da inexistência das liberdades mínimas de se associarem e exprimirem suas opiniões, ameaçaram o regime com a sua "agitação insidiosa". Como politicamente, em palavras de Salazar "*o que parece é*", ou seja, politicamente "só existe o que o público sabe que existe", porque "a aparência vale pela realidade" (MATTOSO, 1994, p. 292), era necessário demonstrar todas as vantagens e todos os sucessos do regime a todos e de uma forma total: na família, nas escolas, nas aldeias, nas ruas, nas oficinas, nas igrejas. Tratava-se de inflamar as almas com um discurso propagador do regime político. Cada setor ou atividade era diretamente ou indiretamente subordinados ao Estado: sindicatos nacionais, casas do povo, casas dos pescadores, Mocidade Portuguesa (MP), Organização das Mães para a Educação Nacional, Federação Nacional para a Alegria no Trabalho etc. Muitas das organizações do Estado Novo eram fundadas segundo o modelo dos outros regimes fascistas europeus daquela época. A propaganda também era a "definição das grandes linhas do regime para a cultura e as artes" (Idem. p. 293). Neste campo o S.P.N. criou três bases fundamentais da "*política do espírito*".

A primeira consistia no uso da cultura como meio de propaganda, como "fachada da nacionalidade". Os movimentos culturais deviam ser orientados no sentido de glorificar o regime e o seu chefe.

A segunda foi à tentativa de conciliar a velha tradição e os antigos valores com a modernidade daquele tempo. Pôr a cultura ao serviço de uma ideologia nacionalista¹², unir a tradição de nautas, santos, cavaleiros com as ideias modernistas e futuristas de António Ferro e os seus companheiros.

Em terceiro lugar era a tentativa de estabelecer uma cultura nacional e popular com base nas suas raízes e nos ideais do regime. Em suma, a cultura salazarista devia ser simples, de modo a distrair o "bom povo" e contribuir para sua distração e o esquecimento dos problemas em que não lhe competia pensar. Muitos artistas portugueses de todos os sectores da arte foram convidados a colaborar, direta ou indiretamente, nas iniciativas da propaganda do regime. Todos eles marcam uma intensa

¹² Sobre a ideologia do Estado Novo, ver Néilson Jahr Garcia em sua obra: Estado Novo – Ideologia e Propaganda Política. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/estadonovo.pdf>>. Acessado em 23 de janeiro de 2012. O autor define ideologia como as ideias difundidas através da interação social, que se tornam comuns, permitindo a integração de múltiplos estilos de pensamento em algo que represente um todo coerente, sendo induzida pela posição que os agentes ocupam no corpo social.

atividade propagandístico-cultural nos anos 1930 e 1940 nas exposições de arte moderna do S.P.N. (iniciadas em 1935), exposições de "arte popular", prêmios literários, pavilhões portugueses nas feiras internacionais, marchas populares de Lisboa, desfiles históricos, concursos da aldeia mais portuguesa.

Mas, para além das redes de sociabilidade tecidas em torno de revistas literárias, das missões culturais e da política desenvolvida pelas chancelarias, há que se destacar, ainda, um último fator que por certo desempenhou um papel importante intensificando o intercâmbio cultural entre brasileiros e portugueses. Refiro-me às relações de amizade e às trocas de favores que permearam as duas margens do Atlântico, em meio ao vai-e-vem dos exilados brasileiros e portugueses, que por motivos políticos cruzaram o oceano em diversos momentos do século XX. Não vem ao caso alongar essa exposição, apresentando uma lista circunstanciada desses indivíduos. Por ora, basta lembrar dois nomes emblemáticos, por sinal, dois historiadores: Jaime Cortesão e Joaquim Barradas de Carvalho. O primeiro viveu no Rio de Janeiro entre 1940 e 1957 e costumava dizer que “fora recebido não como hóspede ilustre, mas como trabalhador fraterno” (Apud. GUIMARÃES, 2006, p. 138). Barradas de Carvalho, que durante cinco anos (1964-1969) exerceu o magistério na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP e influenciou a formação de uma geração de historiadores paulistas (ARRUDA, 2003, p. 125-133), afiançava que “(...) a melhor maneira de conhecer Portugal é ir para o Brasil, assim como a melhor maneira de conhecer o Brasil é ir para Portugal” (CARVALHO, 1974, p.144).

Seria, portanto, por meio da raiz cultural comum que Vargas procuraria se acercar da velha metrópole, que, no seu entender representava as origens da raça, da língua, da religião, das tradições e dos costumes culturais da jovem nação americana para levar a cabo a sua política externa pragmática. Da mesma forma, apelando, para a herança cultural existente, o governo de Salazar procurava atrair o Brasil para os seus festejos, a fim de exhibir a grande obra da ação civilizatória portuguesa. Do lado brasileiro, o início da década de 1930 representava um momento de afirmação de uma identidade nacional, alicerçada pela construção de novas relações espaço-temporais, que, no caso brasileiro, deveria perpassar pela cultura, política, sociedade uma aproximação entre a elite intelectual, responsável por dar cabo ao projeto político em relação à sociedade: uma nova Identidade Nacional.

As *Comemorações Centenárias de Portugal*, bem como a participação do Brasil naqueles festejos, prometia trazer a tona o projeto de formação de uma comunidade

luso-brasileira, sobretudo, quando se sabe que Brasil e Portugal atravessavam contextos político-ideológicos semelhantes, marcados por forte afirmação nacionalista. Nos dois países, os governos autoritários instaurados por Getúlio Vargas e por Oliveira Salazar desenvolviam políticas públicas voltadas para a valorização da nacionalidade, procurando, por meio das “glórias do passado legitimar o presente” (GUIMARÃES, 2006, p. 22). Ou seja, em ambos os casos buscava-se a consagração dos políticos vigentes, não por acaso batizados com a mesma designação: Estado Novo. Neste sentido, a historiadora Lucia Maria Guimarães evidencia que a aproximação entre o Instituto Histórico e a Academia Portuguesa de História, às vésperas da implantação do Estado Novo no Brasil, foi beneficiada pelos contextos político-ideológicos semelhantes.

Durante o evento festivo, ficará latente que houve embates quanto à participação do Brasil nas *Comemorações Centenárias*, pois, por mais que houvesse um projeto político semelhante, cada lado do Atlântico era permeado por interesses comuns e específicos de cada projeto de governo, no que tange a oportunidade de estar ao lado da “nação irmã”, assim como houve querelas no que tange a rede de sociabilidades envolvida nos preparativos das festividades portuguesas.

2 – As Comemorações Centenárias de Portugal

Para dar cabo do projeto de uma nova identidade social, a forma utilizada por Portugal, no governo de Salazar, foram os discursos comemorativos, onde foram materializados nos gestos de comemoração, como o “fazer memória” pela institucionalização e legitimação da celebração de nomes ou eventos significativos para uma dada formação social que se buscava construir. Podemos perceber que alguns desses alicerces retornam como imprescindíveis para a atualização da memória.

Segundo Fernando Cartroga (1998, p. 227), uma das mais marcantes expressões da utilidade social da história constituiu no recurso a “(...) formas ritualistas de evocar o passado, tendo como vista criar representações simbólicas que pudessem funcionar como lições vivas de memorização.” E, dentre estas, as mais “significativas e espetaculares” seriam as comemorações.

Seguindo a tradição das festas cívicas inauguradas pela Revolução Francesa, as *Comemorações Centenárias* remontaram ao processo de separação entre a Igreja e o Estado e de laicização das sociedades. Assim como o fizeram os revolucionários franceses e os novos Estados-Nação, a fim de afirmarem o seu poder, era preciso criar

um novo calendário em substituição do ritualismo religioso que recordasse os momentos fundadores da comunidade, os grandes acontecimentos da trajetória comum e os grandes homens, representantes de um passado que se tornou instrumento essencial, assim como a historiografia, os museus e os monumentos para a produção de uma nova memória nacional.

A partir da comemoração do centenário dos Estados Unidos em 1876 as grandes festividades passaram a ter as exposições associadas às comemorações dos países organizadores. Esse aspecto é marcado pela Exposição Universal da Filadélfia no mesmo ano; já em 1889, o mesmo ocorre na Exposição Universal de Paris.

As *Comemorações Centenárias* só começariam a adquirir maior visibilidade a partir da segunda metade do século XVIII, fato esse que estaria ligado à invenção do conceito de século, conforme afirmou Maria Isabel João (2002, p. 16). Porém, somente a partir do século XIX que os centenários dos grandes homens e acontecimentos ocorreriam com maior frequência, mobilizando um público maior, com maior importância nas últimas décadas desse século. O governo de Antônio de Oliveira Salazar lançou mão dos artifícios das comemorações, podendo apontar como as mais emblemáticas o I Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo, a exposição Histórica da ocupação, as duas no ano de 1937, culminando com a Comemoração do Duplo Centenário de Portugal (1940). Importante citar a participação de Portugal na Exposição Colonial de Paris em 1931.

Neste período, três grandes centenários tiveram uma importância decisiva para o prestígio que este tipo de celebração passou a ter no Ocidente, como aponta João (2002, p.18): o centenário da declaração da independência dos Estados Unidos (1876); o centenário da Revolução Francesa (1889); e o centenário do próprio século (1900). Foi também neste momento que em Portugal se realizou a primeira grande comemoração centenária: os três séculos da morte de Luis Camões em 1880.

No caso dos festejos de 1940, foi, de fato, um dos maiores empreendimentos da política e cultura do Estado Salazarista em prol de um projeto de nacionalidade. Inicialmente, a proposta era de celebrar apenas a fundação do reino de 1140, a restauração da soberania de 1640 e a expansão marítima de 1540. No entanto, o enfoque foi posto nas duas primeiras datas, resumidas no significado de independência nacional, passando a constituir um ciclo único de comemorações, que ficaria conhecido como *Duplo Centenário de 1940*.

A nação, nas palavras de Pierre Nora (1933, p. 11), representaria uma unidade poderosa do espaço de memória, nasce, então, no momento em que se deu a laicização do Estado e com ela a necessidade de criação do que Nora chamou de *lugares de memória*: museus, arquivos, bibliotecas, comemorações, dicionários, monumentos, festas, a historiografia, os manuais didáticos e outros.

Esses lugares de memória segundo Nora (Id., p. 13):

(...) nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais do que levar a incandescência a verdade de todos os lugares da memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa a varreria. São bastiões sobre os quais se escora. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los, e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória.

A nação por representar uma comunidade imaginada e imposta por uma minoria, a serviço do Estado, a todos os outros membros que a compõem, divide com os lugares de memória a sua intenção de gerar consensos. Nesse sentido, tanto a nação quanto um lugar de memória como as comemorações não conseguiram passar incólumes às tensões decorrentes da luta pela hegemonização dos poderes simbólicos, condição essencial para a consolidação de todo o poder. De acordo com Cartroga (1998, p. 222): “Essa estratégia de unanimista, geralmente animada pela pretensão de fomentar o patriotismo e a unidade nacional, surge quase sempre ferida pelos conflitos de interesses que atravessam as sociedades”. Haja vista as críticas colônias que Portugal vinha sofrendo interna e externamente.

Desta maneira, fica evidente um dos problemas da memória, que é também da história, que consiste no fato dela estar sujeita a todo o tipo de manipulações. Não existe memória sem esquecimento e a forma como as sociedades têm construído e reconstruído as suas memórias reflete dinâmicas culturais, clivagens e lutas pelo domínio das “representações simbólicas”. A apropriação do passado pelos diversos grupos sociais que é feita através das comemorações não escapa a este processo.

Em Portugal, as comemorações de 1940 foram o ápice do processo de estabilização do regime de Salazar: o Estado Novo, assim como sua afirmação, no que tange aos seus princípios ideológicos. Junto de seu secretariado de propaganda nacional tiveram a oportunidade de testar a sua capacidade organizadora e a eficácia da sua atuação dentro e fora de suas divisas. Nas palavras de João (2002, p.102) “(...) o duplo centenário foi um teste e uma forma de mostrar que se tinha conseguido realizar a prometida regeneração ou renascimento de Portugal.” O evento tinha como propósito nas palavras do próprio Salazar (1939, p. 3):

(...) dar ao povo português um tônico de alegria e de confiança em si próprio, através da evocação de oito séculos de sua História, que foram simultaneamente oito séculos da História do Mundo, e através da solidez e eternidade da sua independência. Em segundo lugar conseguir-se-ia pela pressão do tempo e pelo entusiasmo criador, levar os serviços públicos e particulares a acelerar o ritmo de sua atividade com o intuito de afirmar a capacidade realizadora de Portugal, os seus serviços à civilização, e o contraste entre os nossos recursos sempre diminutos e os resultados obtidos tantas vezes admiráveis. Por um e por outro modo demonstraríamos com clareza da evidência aos nossos próprios olhos de estranhos que Portugal, Nação civilizadora, não findou e continua, pelo contrário, a sua alta missão do mundo.

Para Pierre Nora (1992) a designação *comemoração* funciona junto à noção de *lugar de memória*. Essa noção foi cunhada por ele, juntamente com cento e trinta historiadores filiados a diferentes instituições quando do desenvolvimento de projeto de pesquisa histórica na França. O centro de interesse dessa obra é o fenômeno comemorativo, pelo qual Nora e seus colaboradores buscaram recompor a passagem do histórico ao rememorativo e do rememorativo ao comemorativo. Na passagem de um movimento ao outro, tanto a rememoração quanto a comemoração constitui-se como história.

A noção de *lugar de memória*, ainda de acordo com Nora, deveria funcionar inicialmente como uma contra memória: o lugar da crítica e da quebra com a tendência ao elogio e a celebração. No entanto, o momento sócio-histórico pautava-se pela “obsessão comemorativa” e isso fez com que o lugar de memória se tornasse um instrumento de comemoração, de modo que esta passou a ser ela própria um *lugar de memória*. Com isso, a possibilidade de olhar criticamente as celebrações, inicialmente propostas pelo Estado, e as versões do passado que se legitimavam, esvaziou-se. O objeto da comemoração, nesse projeto, é então o que se mantém vivo do passado, descoberto por acaso pela direita e herdado pela esquerda. Pelo processo de

comemoração, o passado legitima o presente, por meio da institucionalização de práticas simbólicas que sacralizam nomes e eventos a serem comemorados e atualizados pelo *lugar de memória*.

Os rituais de comemoração iniciam pelo princípio da rememoração enquanto recordação do passado. O ponto nodal da comemoração de um nome ou evento são as filiações e as relações identitárias constituídas no presente. Nesse sentido, o objeto comemorado e reconhecido como herança é sempre institucional. Realiza-se por filiações a grupos e se constitui como elo, que liga passado, presente e futuro, como tempos tridimensionais. A história, como continuidade, dividia-se, inicialmente, como a história da nação e as memórias como eventos desvinculados da igreja e do Estado. Esse fenômeno, no entanto, atingiu e atinge não só a França, como outros países.

Como veremos mais a frente, essa ligação passado, presente e futuro, ficará mais clara na programação das *Comemorações Centenárias*, que contemplava três grandes eventos: a Exposição Histórica do Mundo Português, o Congresso do Mundo Português e o Cortejo do Mundo Português, que deveriam dar conta da ideologia do Estado Novo Português, onde haveria a exaltação ao passado, principalmente no que tange a colonização e aos feitos portugueses e um projeto de construção de um passado comum entre Brasil e Portugal no que tange a uma dada escrita da História durante as *Comemorações*.

Pierre Nora (Op. Cit.) distingue dois tipos de comemoração: uma a partir do exemplo das comemorações que se articularam em torno da Revolução Francesa e as contemporâneas. No que se refere à primeira, diz que ela é voluntária e deliberada. Tem origem no Estado, mas funciona contraditoriamente. Como uma comemoração imposta pelo Estado, que é impossível de não ser comemorada, mas difícil de ser controlada nos sentidos que instaura. Pertence ao domínio do mais consciente. Sua constituição resulta do trabalho dos efeitos de evidência constituídos pelo funcionamento da ideologia, portanto de discursos aparentemente transparentes, próprios de memórias saturadas.

O Estado português durante as *Comemorações Centenárias* comanda o dispositivo das repetições características das celebrações e dá visibilidade à comemoração como “espetáculo”, pelos rituais constituídos por desfiles, discursos, palavras de ordem e slogans. As comemorações voluntárias e deliberadas instauram-se a partir do Estado e são por ele controladas, mesmo assim, as divisões, as tensões e as contradições que habitam a comemoração persistem e coexistem no espaço da celebração, principalmente, no campo dos discursos, onde o que se tenta com o discurso

oficial é minimizar esses “ruídos”. Isso ocorre porque é difícil controlar a memória que emerge na comemoração. É o que ocorreu em Portugal, onde o chefe do Estado Novo e seus pares buscaram forjar um discurso político-ideológico que atendesse ao projeto de governo diante da sociedade portuguesa e das questões políticas internacionais.

O sujeito desse discurso é sempre o sujeito investido do poder para dizer o que diz no discurso de comemoração. No entanto, há momentos em que o sujeito porta voz instaura no discurso sua voz, como intermediário entre a formação discursiva e as instituições. Isso significa que a memória, nesse caso, é voluntária, gerenciada, datada, especializada, o que não impede o deslizamento.

Davallon (1993/1999), assim como Nora (Ibidem.), teoriza a cerca da comemoração e aborda o fenômeno comemorativo a partir do bicentenário da Revolução Francesa. Para ele, a comemoração constitui-se como a possibilidade “olhar” criticamente o passado. Esse “olhar” pauta-se na leitura simbólica do fato social comemorado, como resultado do jogo político ligado ao sócio-histórico que envolve esse fato. A ação política da comemoração exige que os sujeitos sociais tomem posição, filiando-se a comemoração, ou, ao contrário, desidentifiquem-se dela pela rejeição aos valores colocados pelas celebrações e rituais comemorativos. Isso ocorre porque o comemorativo, mesmo quando proposto pelo Estado, não tem como controlar a memória que o constitui e que atualiza o discurso do presente.

A comemoração pode desencadear a aceitação e a crítica e, por isso, deve ser analisada pela dupla dimensão: estratégica e simbólica. Dessa abordagem, decorrem, ainda segundo Davallon (1993), duas consequências: uma conjuntural e outra estrutural.

A primeira diz respeito ao planejamento e desenvolvimento dos ritos comemorativos, enquanto que a segunda, a simbólica, refere-se à própria análise deles em suas consequências políticas e se concentra no caráter ritualístico e institucional da comemoração. A dimensão estratégica desencadeia conflitos e contradições próprias da vida pública que descarta a unanimidade e a impossibilidade do congelamento dos sentidos. Nessa perspectiva, a comemoração representa o que é vivo nas formações sociais, constituindo-se como a refundação do passado. A Revolução Francesa, por exemplo, representou o mito da instauração de uma sociedade nova pela revolução que propiciou o gesto fundador de uma sociedade de direito pela Declaração dos Direitos Humanos, no caso de Portugal, o Estado Novo de Salazar buscava na história o “*poder realizador*” dos portugueses.

Em relação a rituais políticos desencadeados pela comemoração, Davallon (Ibidem) afirma que se pode provisoriamente chegar a três conclusões: a primeira é a de que eles criam e materializam uma rede identitária entre os atores sociais. Discursivamente, dizemos que se cria uma rede de relações entre sujeitos de uma formação social em um tempo e espaço determinados. Essa rede de relações dá visibilidade a uma a uma determinada ordem social, significando-a de acordo com interesses institucionais, por meio de discursos, de imagens e de palavras de ordens. Em Portugal se buscava legitimar o Estado Novo e seu discurso político.

A segunda conclusão é que a ordem social viabilizada não representa a realidade comum à formação social. Na perspectiva discursiva dizemos que essa ordem aparece num espaço imaginário, instaurando a pulsão, o desejo de ser “semelhante” ou “igual a”. Essa segunda conclusão remete ao discurso de rememoração que advém do espaço urbano, onde diante das perdas sofridas, os sujeitos colocam no lugar de e a partir desse lugar o comemoram.

Ainda de acordo com Davallon o aparecimento de uma ordem social num espaço imaginário significa três coisas: a primeira é que aquilo que está representado, nesse espaço e nesse tempo, escapa a lógica do verdadeiro e do falso. Pertence a lógica da figuração, na qual os contrários coabitam, os elementos se fundem, condensam-se, modificam-se e se constituem como um mundo de representação. A segunda é aquilo que se desenvolve nesse espaço e nesse tempo efetiva-se por um “contrato” imaginário entre os sujeitos da formação social e se funda sobre a experiência humana. A terceira é que a lógica da figuração e a experiência comum instaurada por esse imaginário servem de fundo para a produção da significação. Com isso, constituem-se símbolos comuns, alegorias, narratividades, que propiciam a refundação de um passado pelo presente.

A terceira conclusão apontada por Davallon (1993) é de que todas as práticas simbólicas e políticas de agregação sustentam-se pela produção de objetos de memória. Esses objetos integram a prática simbólica e fornecem a representação da cerimônia que vivifica a memória. O que era objeto da história passa a ser visto como memória coletiva dos grupos, passíveis de constituir arquivo e de tornarem-se documentos históricos dados como herança a gerações futuras. No entanto, em relação à memória social, a herança não é da mesma ordem da familiar. Nesse sentido, pode ser dada como herança pela rememoração e a comemoração, enquanto procedimentos ligados à memória social, que segundo Cartroga (2001, p. 44), sobre determina os ritos comemorativos.

Nesse funcionamento, o que volta do passado pela recordação e pela comemoração é sempre tomado do coletivo, tanto em termos do que é gerido pelo Estado, como aquilo que faz sentido em uma dada formação social. A recordação, segundo o autor, realiza-se sempre na alteridade. O seu fio condutor é o outro e a narratividade da história vivida. Nesse sentido, “a memória é uma representação, feita a partir do presente e dentro de uma tensão tridimensional do tempo” (Ibidem., p. 46). Isso significa que o passado retorna de acordo com as emergências do presente e conduz a um tempo futuro, ao devir. Pensemos nas Comemorações Centenárias portuguesas como uma representação forjada para legitimar o presente estadonovista, perpassando por um discurso de alteridade em relação aos outros processos colônias, onde os feitos coloniais portugueses deveriam ser ressaltados, tomando como exemplo seus feitos colônias na sua história.

A comemoração, nessa perspectiva, tem como contra face à rememoração e se caracteriza pela contradição. Organiza-se numa narrativa aparentemente coerente, que apaga os “buracos negros deixados pelos esquecimentos” (Ibidem., p. 46). Pode-se dizer, segundo o mesmo autor, que a recordação viabiliza a comemoração e subordina-se ao princípio de realidade, aos conhecimentos adquiridos socialmente pelas instituições, as quais, segundo Berger & Luckmann (2007), estruturam as sociedades humanas pela linguagem. O efeito de realidade decorre da datação e da institucionalização do discurso. A partir da rememoração, o que retorna do passado para o presente é o que é tido como o melhor para ser celebrado. Portugal buscava nos grandes feitos portugueses do passado legitimar o Estado Novo.

Para os portugueses, a memória e impressão forjadas com base na ruralidade poderiam ser contra produtivas em relação à construção da identidade e, como solução, nas tradições nacionalistas, o heroísmo, a magnanimidade e o espírito aventureiro são realçados para contrabalançar possíveis fraquezas resultantes do ruralismo. As tradições nacionalistas portuguesas são estreitamente relacionadas com o seu passado de império marítimo, e, nesse sentido, toda a política nacionalista do Estado Novo gira em torno dos Descobrimentos

Na História e na Antropologia, a rememoração aproxima-se da recordação do passado, que se subordina, segundo Cartroga, (2001, p.22): “ao princípio de realidade, o que exige que as evocações, apesar de conjugarem um tempo passado (anterioridade), mobilizem argumentos, tendo em vista garantir a fidelidade do narrado (...)”. A rememoração, como espaço discursivo, constitui-se pela memória discursiva e dá

visibilidade, pela formação discursiva, ao sujeito interpelado pela ideologia e atravessado pelo inconsciente.

Salazar, através de António Ferro, Diretor do Secretariado da Propaganda Nacional, controlava a difusão das informações sobre os *Centenários* e, com isso, sobre qual imagem de Portugal iria se transmitir para o resto do mundo. Daí, a sensação de, aparentemente, se tratar de um discurso monolítico, no qual Portugal, possuidor de um passado glorioso e de um futuro promissor, surge como um império virtuoso, moderno e pacífico. “O Estado Novo quer reintegrar Portugal na sua grandeza histórica, na plenitude da sua civilização universalista de vasto Império. Quer voltar a fazer de Portugal uma das maiores potências espirituais do Mundo.” (ALVES, 1998, p. 128).

Nesse sentido, os discursos de rememoração, de um lado, trazem para o domínio da atualidade vestígios de um passado que retorna como recordação e, de outro, são interpretados pelos valores sociais do presente. Sua função é instaurar e sustentar o discurso de comemoração, que por sua vez alicerça um dado projeto. Nesse movimento, conjuga representação-interpretação e o devir, em um funcionamento que é, ao mesmo tempo, gesto de recordação, de atualização e de prospecção. A possibilidade desse gesto decorre da celebração no presente de nomes, de pessoas ou de eventos a partir dos quais a memória atualiza os saberes. Diante disso, pode-se dizer que a rememoração é um efeito de memória no discurso comemorativo.

Funcionam como rememoração (discurso de) as memórias que ancoram a comemoração e emergem no eixo da formulação, sustentando o dizer. Constitui-se, assim, como a memória do discurso de comemoração (discurso sobre) e retornam nos gestos comemorativos materializados pelo “fazer crer”¹³. As ações que “fazem crer” tornam visível o objeto de comemoração para a formação social e direcionam o sentido pelo que apagam e pelo que deixa visível. A visibilidade dada por esses gestos é significada pela memória.

No caso das Comemorações de Portugal, inicialmente, o nome proposto para organizar as comemorações do ano áureo seria o do diplomata Dr. Alberto d’Oliveira¹⁴

¹³ Explicitamos o funcionamento da noção “fazer crer”, utilizada por De Certeau (1994).

¹⁴ Escritor português, nasceu a 16 de Novembro de 1873, no Porto, e faleceu a 23 de Abril de 1940, na mesma cidade. Frequentou a Universidade de Coimbra, onde fundou, com António Nobre, a revista *Boémia Nova* cuja polémica com a publicação fundada por Eugénio de Castro, *Os Insubmissos*, funcionou como pedra de toque para a afirmação dos movimentos simbolista e decadentista em Portugal. Colaborador da *Revista de Portugal* fundada por Eça de Queirós, o nome de Alberto de Oliveira está umbilicalmente ligado, porém, ao movimento neogarrettista, cujo programa enunciou na coletânea de ensaios *Palavras Loucas*. Nos anos 20 dirigiu o semanário monárquico e integralista *Ação Nacional*

como presidente da *Comissão Nacional dos Centenários*. Contudo, esse comitê não chegou a se concretizar, permanecendo apenas como um grupo de função consultiva. Por sinal, Dr. Alberto teria sido o responsável pela primeira iniciativa das comemorações de 1940; em 1929, o então embaixador enviou uma carta assinada como “Um Português Ausente de Portugal” transcrita pelo escritor Agostinho de Campos no jornal *Diário de Notícias*, em 20 de fevereiro. Segue parte do seu conteúdo:

(...) não seria conveniente escolher entre as várias datas contidas no período de formação da nacionalidade portuguesa uma qualquer que servisse comemorarmos com grande solenidade e a suficiente preparação, o oitavo centenário da fundação de Portugal. A de 1140 tinha a meu ver a vantagem de coincidir centenariamente com a de 1640, data da independência restaurada; e, assim, poderíamos celebrar a grande comemoração em 1940, isto é, daqui por onze anos, com muito tempo, portanto, para nos prepararmos devidamente.

A proposta do Dr. Alberto d'Oliveira levaria 9 anos para se tornar objeto de interesse das autoridades portuguesas. Diante desse insucesso com o Dr. Alberto, Salazar criou, então, a Comissão Executiva dos Centenários, que seria presidida pelo escritor e diplomata Julio Dantas¹⁵, que assim se pronunciou a respeito:

A recente nomeação da Comissão Executiva, a que tenho a merecida honra de presidir, marca o início dos trabalhos de realização das Comemorações do Duplo Centenário. Temos, diante de nós, ano e meio. É talvez pouco. Mas vamos trabalhar com vontade e com fé, procurando, na rapidez da ação, compensar a relativa brevidade do tempo. Está, pode dizer-se, quase tudo para fazer, e é preciso que o zelo da Comissão corresponda, não só a transcendente razão nacional das celebrações, mas ao alto pensamento do senhor Presidente do Conselho e à confiança que sua Ex.^a em nos depositou. (DANTAS, 1939, p. 18).

Abaixo temos a figura da primeira reunião dos membros da Comissão Nacional dos Centenários com Oliveira Salazar no secretariado da propaganda nacional. (REVISTA DOS CENTENÁRIOS, 1939, v. 2, p.33).

(1921), dedicou-se, nos últimos anos de vida, à redação de páginas de memórias sobre o período em que foi cônsul no Brasil e sobre figuras literárias com quem privou como Eça de Queirós ou António Nobre.

¹⁵ Julio Dantas nasceu em Lagos em 1876 e faleceu em 1962. Estudou no Colégio Militar e na Escola Médico- Cirúrgica de Lisboa onde se formou em Medicina. Ocupou ao longo de sua vida diversos cargos públicos: Ministro dos Negócios Estrangeiros, deputado, diretor do Conservatório de Lisboa, inspetor das Bibliotecas e Arquivos Eruditos, presidente da Academia das Ciências e pertenceu à Academia Espanhola de História e à Academia Espanhola de Letras. A sua obra compreende diversos gêneros literários desde o romance, passando pelo ensaio, poesia, teatro, tradução, crônica e conto. Colaborou com produções suas em vários jornais e revistas portuguesas e estrangeiras.



Integravam a Comissão, além de representantes das Academias Portuguesa de História, das Ciências de Lisboa e Nacional de Belas Artes, diretores de museus, os presidentes das Câmaras Municipais de Lisboa e do Porto e diversas outras individualidades, como pode ser observada no quadro abaixo (Ibidem, p. 21):

| COMISSÃO NACIONAL DOS CENTENÁRIOS | | | |
|---|---|-----------------|--|
| Membros | Atividade na Data da Nomeação | Nomeação | Posse |
| Adriano de Souza Lopes | Diretor do Museu de Arte Contemporânea | 11/4/1938 | 11/4/1938 no Secretariado da Propaganda Nacional |
| Afonso de Ornelas | Secretário da Academia Portuguesa de História | | |
| Alberto de Oliveiras | Embaixador | | |
| António Augusto Mendes Correia | Professor e Presidente da Câmara Municipal do Porto | | |
| António Ferro | Diretor do Secretariado da Propaganda Nacional | | |
| António Garcia Ribeiro de Vasconcelos | Presidente da Academia Portuguesa de História | | |
| José Capêlo Franco Frazão (Conde de Penha Garcia) | Diretor da Escola Superior Colonial e Presidente da Direção da Sociedade de Geografia de Lisboa | | |
| Duarte Pacheco | Professor e Presidente da Câmara Municipal de Lisboa | | |
| Francisco Nobre Guedes | Diretor Geral de Ensino Técnico | | |

| | | | |
|-----------------------------|---|--|--|
| Gustavo de Matos Sequeira | Escritor | | |
| Henrique Galvão | Diretor da Emissora Nacional | | |
| Henrique Gomes da Silva | Diretor Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais | | |
| Henrique Linhares de Lima | Presidente da Direção da Sociedade Histórica da Independência de Portugal | | |
| Henrique Quirino da Fonseca | Investigador da Arqueologia Naval | | |
| João do Couto | Diretor dos Museus Nacionais de Arte Antiga | | |
| João Providência e Costa | Professor da Faculdade de Letras de Coimbra | | |
| Jose Cotinelli Telmo | Arquiteto | | |
| Júlio Cayola | Agente Geral Interino das Colônias | | |
| Júlio Dantas | Presidente da Classe de Letras da Academia das Ciências de Lisboa | | |
| Luiz Pastor de Macedo | Secretário Geral do Grupo "Amigos de Lisboa" | | |
| Manuel Múrias | Diretor do Arquivo Colonial | | |
| Manuel Silveira e Castro | Presidente da Junta Autônoma das Estradas e do Conselho Nacional do Turismo | | |
| Paulino Montez | Arquiteto | | |
| Porfírio Pardal Monteiro | Presidente da Direção do Sindicato Nacional dos Arquitetos | | |
| Raúl Lino | Arquiteto e Secretário da Academia Nacional de Belas Artes | | |
| Reinaldo dos Santos | Professor e Presidente da Academia Nacional de Belas Artes | | |
| Presidente | Embaixador Alberto de Oliveira | | |
| Vice-Presidente | José Capelo Franco Frazão (Conde da Penha Garcia) - Diretor da Escola Superior Colonial e Presidente da Direção da Sociedade de Geografia de Lisboa | | |

| | | | |
|-------------------|--|--|--|
| Secretário | António Ferro - Diretor do Secretariado da Propaganda Nacional | | |
|-------------------|--|--|--|

Contudo, por meio do Decreto Lei Nº 29087, de 28 de outubro de 1938, foi criada outra comissão, a *Comissão Executiva dos Centenários*. Este decreto dizia:

(...) a grande comissão nacional (...) desempenhou-se cabalmente da delicada e complexa missão que lhe foi incumbida, de elaborar nas suas grandes linhas o programa das Comemorações do Duplo Centenário da Fundação e da Restauração de Portugal. É chegado, o momento de se entrar na fase das realizações e, para tanto, é necessário provê-la de estrutura adequada, simplificar as formalidades legais normalmente exigíveis e criar órgãos de execução, com certa autonomia e apetrechados de forma a dar realidade concreta ao pensamento do Governo, que aquela comissão interpretou. (REVISTA DOS CENTENÁRIOS, 1939, v. 1, p. 26).

Através dele, a Presidência do Conselho de Ministros manteve a Comissão Nacional “(...) como órgão permanente de consulta e direção superior (...)”, cuja principal função, a partir desse momento, seria “fixar o programa definitivo das comemorações, sob proposta da comissão executiva.” (Ibidem., p. 26) foi determinado que a Comissão Executiva fosse constituída apenas por alguns membros da Comissão Nacional e para os trabalhos relativos à Exposição do Mundo Português, foi criado um comissariado próprio.

No Decreto foram instituídas as competências da Comissão Nacional, da Comissão Executiva, do Comissariado da Exposição do Mundo Português, das Exposições de Arte, bem como algumas disposições gerais.

À Comissão Executiva caberia “levar a efeito o programa das comemorações do Duplo Centenário aprovado pela Comissão Nacional” (Ibidem., p 27). E, ficava estabelecido que seus membros fossem os diretores das Seções da Comissão Nacional mais o comissário geral da Exposição do Mundo Português, competindo a eles a escolha do vice-presidente da comissão, já que o presidente seria nomeado pelo governo e o secretário geral seria o diretor do Secretariado da Propaganda Nacional.

O Presidente da Comissão Executiva Júlio Dantas acumulava os cargos de diretor das seções do Congresso e Festas e Espetáculos da Comissão nacional; o Coronel Henrique Linhares de Lima, Vice-Presidente da Comissão Executiva, também era o diretor da seção de Manifestações Cívicas, Históricas e Religiosas; e Antonio

Ferro, Diretor do Secretariado da Propaganda Nacional e Secretário Geral da Comissão Executiva, era ainda diretor da Seção de Propaganda e Recepção. As duas Comissões, Nacional e Executiva, coexistiram até 15 de maio de 1939, quando o artigo primeiro do Decreto-Lei Nº 29.597 (Ibidem., p. 25) dissolveu a Comissão Nacional dos Centenários de Portugal.

Então, quando o primeiro número da *Revista dos Centenários* foi publicado, em 31 de Janeiro de 1939, as duas comissões ainda estavam ativas. O que explica o fato de até abril de 1939 a revista trazer em sua capa a seguinte informação: “Edição da Comissão Nacional dos Centenários. Secção de Propaganda e Recepção – sede no Secretariado da Propaganda Nacional – Rua São Pedro de Alcântara, 75, Lisboa”. Informação que a partir do fascículo de 31 de maio de 1939 foi alterado para: “Comissão Executiva dos Centenários. Secção de Propaganda e Recepção – Redação: Secretariado da Propaganda Nacional – Rua S. Pedro de Alcântara, 75, Lisboa”.

É preciso pontuar que Salazar em Nota Oficiosa de março de 1938, previa o surgimento de publicações por conta das celebrações centenárias:

(...) o Governo Português julga que muitas publicações aparecerão em que particulares em que corporações ou institutos científicos de ensino não de mostrar, sob os mais diversos aspectos e nos mais diversos domínios, ação de Portugal e dos portugueses nos oito séculos de existência. (SALAZAR, 1939, p. 6).

Assim, surgiu a *Revista dos Centenários*, principal instrumento de difusão e de mobilização do governo português em torno das festividades. Ela constituiu um órgão da Comissão Executiva dos Centenários de Portugal, presidida por Júlio Dantas, e integrou o quadro de serviços da Seção de Propaganda e Recepção (dirigida por Antônio Ferro), que como estabeleceu o Decreto Lei nº 29087, funcionariam no Secretariado da Propaganda Nacional em colaboração com a Agência Geral das Colônias e com a Emissora Nacional de Radio fusão. Abaixo temos o primeiro exemplar da Comissão Nacional e o primeiro da Comissão Executiva.



Foram 22 fascículos, divididos em 24 números e publicados de Janeiro de 1939 a dezembro de 1940.

Em seu primeiro número, de 31 de janeiro de 1939, Júlio Dantas ao apresentar a Revista escreveu que esta: “(...) será o instrumento de informação de que nos serviremos para dar a conhecer ao país o estado dos nossos trabalhos, a marcha das nossas iniciativas e a contribuição do nosso esforço para a realização do alto pensamento de sua Ex.^a o Presidente do Conselho”. Segundo Dantas, “para que a Nação sinta essa obra é preciso que, desde a primeira hora, a acompanhe” (REVISTA DOS CENTENÁRIOS, 1939, v. 2, p. 1).

Além desta “função informadora”, a *Revista dos Centenários* exerceria também a “função de arquivo”.

Nela se publicarão os projetos, estudos, plantas, pareceres, relatórios, investigações, pesquisas e outros trabalhos relevantes que, pelos seus organismos, a Comissão for produzindo; nela terão o seu lugar próprio, em reprodução, súmula ou simples referência, as espécies mais valiosas que a vasta mobilização documental a que procedemos nos revelar, mormente no que respeita aos monumentos históricos e peças de artes portuguesas, ou de interesse para Portugal, existentes em Bibliotecas, Arquivos e Museus de países estrangeiros; nas suas páginas, enfim, hão de recolher-se e registrar-se todos os elementos que documentarão amanhã a ação da Comissão Executiva no desempenho de honrosa missão de traduzir, senão de criar, o estado de vibração da consciência de um povo que celebra os seus oito séculos de história. (Ibidem., p. 1)

Desta maneira, a *Revista* procuraria, de acordo com Dantas, realizar a necessária “(...) ação coordenadora de todos os esforços, iniciativas e atividades que se inspirem no propósito patriótico de comemorar a fundação e restauração da nacionalidade”. (Ibidem., p. 1). Por último afirma Dantas, caberia à *Revista dos Centenários* realizar a “propaganda externa e interna das festas” chamando para elas a atenção de portugueses e estrangeiros. “Será um cartaz de larga expansão e de considerável mobilidade. Esforçar-nos-emos por torná-lo sugestivo e atraente”. (Ibidem., p. 2).

A *Revista*, impressa em Lisboa, era vendida em Portugal, para as colônias e outros países. Havia a possibilidade de assiná-la por um ou dois anos, sendo uma das condições de assinatura o pagamento adiantado. O valor da assinatura variava de acordo com o período e com a localização do assinante. Números avulsos custavam 2 escudos e 50 centavos. A Oficina Gráfica – Limitada, a responsável por sua impressão, oferecia o serviço de encadernação dos fascículos que eram encadernados por ano: I ano, referente aos fascículos de 1939; II ano, referentes aos fascículos de 1940.

A *Comissão Executiva dos Centenários* realmente manteve, ao longo dos 24 números, as principais funções da *Revista* anunciadas por Júlio Dantas quando da publicação de seu primeiro fascículo: a função informativa e a função de arquivo. Nela não foram registrados apenas os preparativos e os eventos ocorridos em 1940. Na *Revista* foram arquivados os documentos referentes às primeiras ideias sobre os festejos e a legislação que os tornou viáveis, como a carta.

A *Revista* contou com diversos colaboradores que escreveram, principalmente, sobre os festejos, sobre a História Portuguesa e sobre as relações entre o Brasil e Portugal. Estes textos, geralmente, eram publicados ao longo de seus fascículos, fora de suas seções permanentes, já que a *Revista* possuía seções, muito específicas, que estiveram presentes em todos ou quase todos os seus números.

Dessa forma, chama-se a atenção, entre outras, para as seguintes seções: *Legislação*; *Revista de Imprensa* que apresentavam um subitem Imprensa Brasileira; *Notas Várias*; Portugal é uma Nação texto de A. Marques Guedes publicado por parte do número 13 ao número 20; *Castelos de Portugal* (a partir do número 5 e até o número 24) trazia a história de castelos portugueses, dentre os quais alguns foram restaurados por conta das celebrações.

Em suas páginas encontra-se, além da seção voltada para a imprensa brasileira, também a colaboração de intelectuais brasileiros. Logo no primeiro fascículo há um texto de Afrânio Peixoto intitulado: “Nossa foi a Restauração” (Ibidem., nº. 1, p. 13) e

Gustavo Barroso teve três textos reproduzidos no periódico (Ibidem., nº 6, p. 7). Affonso Taunay foi convidado em novembro de 1939, por Antônio Ferro, a publicar um texto na Revista, entretanto, ele não figura entre os autores editados por ela.

Contudo, é preciso ter em mente que se tratou de uma publicação oficial da *Comissão Executiva dos Centenários* e que a sede de sua Redação era o Secretariado da Propaganda Nacional, órgãos presididos respectivamente por Júlio Dantas e Antônio Ferro, homens de confiança de Oliveira Salazar e sujeitos determinantes para o resgate de uma dada memória de Portugal preconizada pelo Estado Novo, e para a preservação da memória dos festejos de 1940.

Em maio de 1939 foi divulgada, através da *Revista dos Centenários*, a primeira versão oficial do Programa das *Comemorações Centenárias* de 1940 (Ibidem., nº. 5, p. 9-20). Grosso modo, os responsáveis por sua elaboração¹⁶ apenas desdobraram as diretrizes anunciadas por Salazar em sua “Nota Oficiosa” de março de 1938.

Além da publicação do calendário na Revista, a Comissão Executiva, através da Seção de Propaganda e Recepção, preparou livretos para a divulgação do programa das Festas Nacionais, um deles, *Portugal. Oito Séculos de História* (Ibidem., p.17), pode ser encontrado nos arquivos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Ao longo dos anos de 1939 e 1940, por conta de atrasos no andamento das obras, o calendário das Comemorações sofreu uma série de alterações e a sua versão definitiva seria publicada apenas nos últimos meses de 1940, em formato de álbum e com o título: *Comemorações Centenárias. Programa Oficial de 1940* (Ibidem., p. 17).

Com uma tiragem de cinco mil exemplares, da mesma forma que a *Revista dos Centenários*, o programa oficial de 1940 foi idealizado pela Comissão Executiva dos Centenários, sendo editado pela Seção de Propaganda e Recepção e impresso, em 1940, pela Oficina Gráfica – Limitada.

Em suas primeiras palavras Júlio Dantas o apresentava da seguinte forma:

Resolveu a Comissão Executiva, a que tenho a honra de presidir, que se publicasse, além da edição de vulgarização que ocorre impressa em várias línguas, uma edição especial do programa das Comemorações, destinada a perpetuar, nas bibliotecas, arquivos, museus e outras instituições congêneres de Portugal e dos países estrangeiros, a memória do nosso jubileu nacional, e a tonar conhecida, na sua

¹⁶ É preciso lembrar que, de acordo com o Decreto Lei Nº 29087 de 28 de outubro 1938, seria função da Comissão Nacional dos Centenários: “Fixar programa definitivo das comemorações, sob proposta da Comissão Executiva”. E que em 15 de maio de 1939 a Comissão Nacional foi extinta, ou seja, dez dias após a elaboração do “Programa Calendário das Festas Nacionais de 1940”.

expressão sinóptica, a forma porque os portugueses de 1940 conceberam e levaram a efeito a celebração de oito séculos de existência histórica da Nação. (Ibidem.).

Dessa maneira, este programa é importante, pois, por ter sido elaborado nos últimos anos de 1940, sintetizou, como nenhum outro documento, os eventos ocorridos durante os festejos portugueses. Além disso, através de uma análise comparativa entre ele e os outros calendários emitidos ao longo dos anos de 1939 e 1940, possibilitou uma maior compreensão sobre a forma pela qual os eventos seriam delineados, bem como, quando e onde ocorreram.

A maior parte de seu conteúdo foi dedicada ao cronograma bilíngue, português e francês das comemorações. E em seu interior ainda havia, além da apresentação de Júlio Dantas, um panorama da História de Portugal; os discursos proferidos por Carmona, pelo Cardeal Cerejeira e por Salazar, durante a inauguração dos festejos; a Planta Geral da Exposição do Mundo Português; um texto intitulado “Breve Roteiro da Exposição Histórica do Mundo Português”, ao que tudo indica, de autoria de Augusto de Castro, Comissão Geral da Exposição, e fotografias deste certame.

Os festejos de 1940 serviram de pretexto para a concretização de diversas obras de infraestrutura com a finalidade de reafirmar o poder empreendedor de Portugal. Entre as obras previstas para o “Ano Áureo” estavam: a completa remodelação urbana da zona ocidental de Lisboa, cuja área central deu origem à Praça do Império, uma das maiores do império; a edificação de estabelecimentos de ensino primário (dos Centenários) e de hospitais-escolas; a abertura da autoestrada para Cascais; o acabamento da casa da moeda; a restauração do Palácio, do Jardim, e do Parque de Queluz; a liberação definitiva da Torre de Belém; a conclusão das obras do Palácio de S. Bento e a urbanização do local; a construção de um Palácio de Exposições no Parque de Exposições Eduardo VII; a arborização da encosta marginal do Tejo; a criação do Parque Florestal de Monsanto; o planejamento de bairros populares nas cercanias de Lisboa; a ligação radiofônica de Portugal com o seu império, de modo a permitir que toda a metrópole e seus domínios ultramarinos pudessem acompanhar as *Comemorações Centenárias*; e a construção do Aeroporto da Portela. Ainda estavam previstos:

(...) o aperfeiçoamento dos serviços dos hotéis de Lisboa e da província; estabelecimento de certo numero de pousadas em recantos

provincianos, onde a iniciativa privada não cuidou até hoje das necessidades de quem viaja e passeia; maior vigilância na repressão da medincidade; mais cuidado na limpeza das casas e das ruas, e muitas outras coisas que comissões especiais podem facilmente estudar e promover, desde que estejam compenetradas desta primeira necessidade de estarmos em condições de receber as pessoas que nos visitem. (Ibidem. p. 4).

Havia também a preocupação de honrar as duas figuras centrais dos dois centenários: D. Afonso Henriques e D. João IV. Para isso previa-se a restauração e a construção de monumentos ligados a estes monarcas. Porém, o tempo era curto e os trabalhos seriam intensos.

Então, com o intuito de afirmar o “poder idealizador” dos portugueses, Salazar afirmava que muitas obras já começadas deveriam ser concluídas e outras em projetos ou “simplesmente desejadas” deveriam ser iniciadas e terminadas até o início das festividades. De acordo com o texto, estas obras seriam tanto as de infraestrutura, quanto as referentes aos monumentos históricos.

Na nota, Salazar esboçou o programa dos eventos que seriam realizados em 1939 e 1940 para a Comemoração do Duplo Centenário. Nele, já estavam descritos, entre outros, os três grandes acontecimentos dos festejos: a *Exposição Histórica do Mundo Português*; o *Congresso do Mundo Português*; e o *Cortejo do Mundo Português*. Este programa, delineado em 1938, com poucas modificações serviria como base para o Programa Oficial elaborado em maio de 1939.

A Exposição é o documento triunfal; o Cortejo, a apoteose; o Congresso, a história. A Exposição constitui a síntese plástica de oitocentos anos de vida de um povo cuja ação se projetou no mundo. O Cortejo representa a nação em marcha, prestígio refulgente de armas, de cruces, de pálios, de coches, os estandartes, em que desfilarão os séculos e os heróis, e em que Portugal se verá passar a si próprio. O Congresso, enfim, revestido da dignidade da augusta da História, é o texto magnífico que a exposição ilustra por imagens fixas e o Cortejo por imagens fixas e o Cortejo por imagens móveis. (DANTAS, 1939, p. 12).

Deste modo, entre outras exposições nacionais previstas no programa, destacava-se a seguinte:

Impõe-se naturalmente, dada à índole das comemorações, e em primeiro lugar, a Grande Exposição Histórica do Mundo Português. O local poderia ser os terrenos da Junqueira até Belém, já nessa altura certamente do Estado e da Câmara Municipal; os fins da Exposição

apresentar uma síntese da nossa ação civilizadora, da nossa ação na História do Mundo, mostrar, por assim dizer, todas as pegadas e vestígios de Portugal no globo. (SALAZAR, 1939, p. 5).

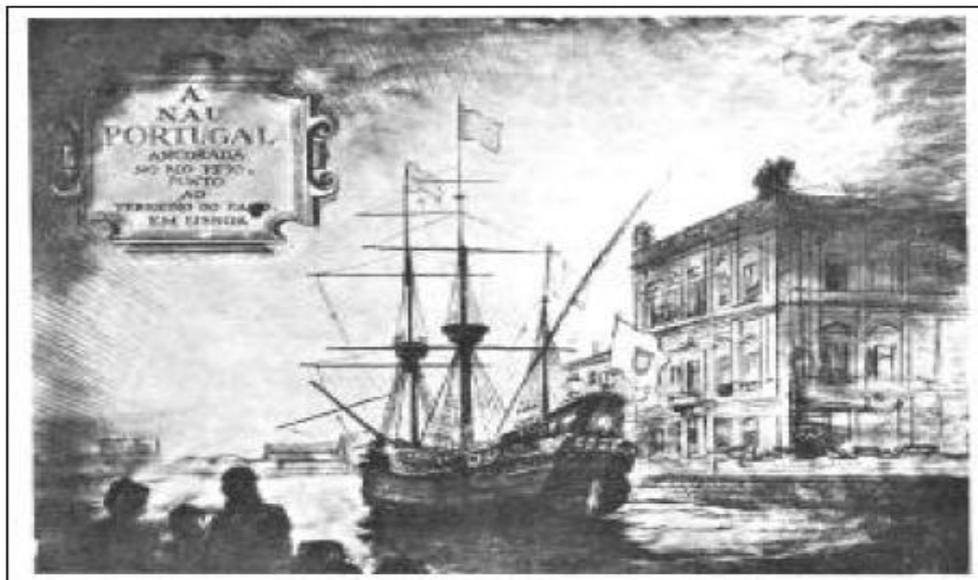
Definia-se, portanto, até o local no qual se realizaria a Exposição.

De acordo com Salazar, ocorreriam eventos complementares a algumas exposições: os congressos científicos.

Simultaneamente e até como complemento de algumas das exposições indicadas há a oportunidade de promover alguns congressos, estes de caráter internacional. De entre os possíveis, destaco apenas um Congresso do Mundo Português, ao qual é de esperar concorram eminentes vultos de ciência estrangeiros com os seus materiais e trabalhos de investigação relacionados com a nossa História. (Ibidem. p. 6).

A Exposição do Mundo Português foi inaugurada em Belém a 23 de Junho na Praça do Império, tendo sido fruto dos esforços do Dr. Augusto de Castro, Comissão Geral da Exposição, do engenheiro Sá e Melo e do arquiteto Cottineli Telmo. Eles levaram dezessete meses para conceber, delinear, montar e decorar uma pequena Cosmópolis histórica, que tinha como função reviver a glória do passado lusíada. Com efeito, a Exposição do Mundo Português de 1940 tinha como pretensão, nas palavras do próprio Augusto de Castro, ser a cidade simbólica da história de Portugal.

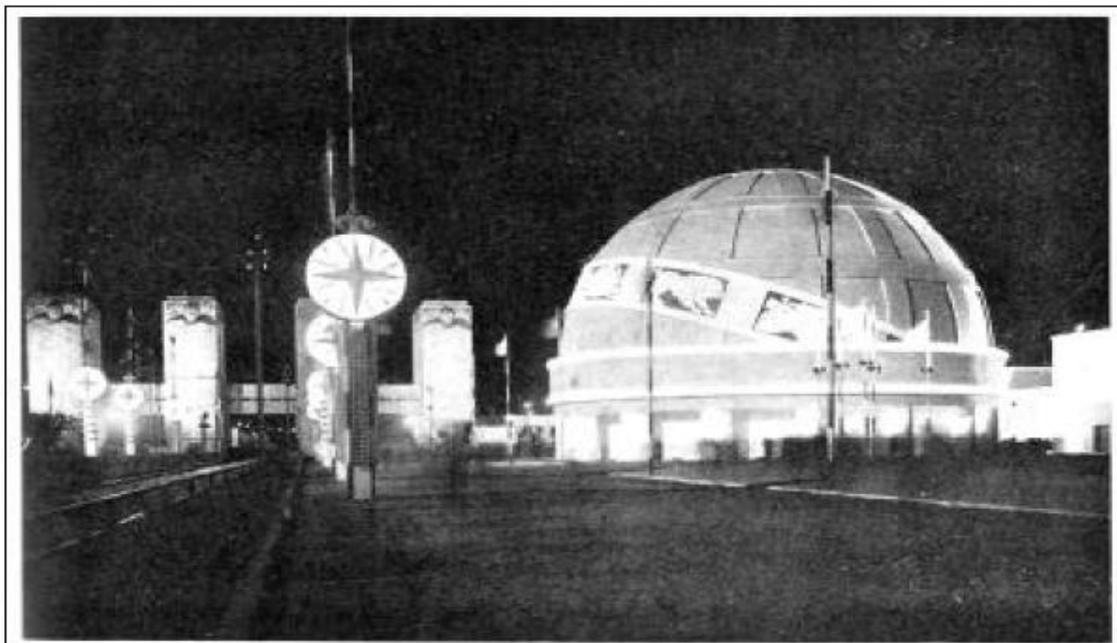
Assentada em uma área de 450 mil metros quadrados, a Exposição do Mundo Português situava-se entre dois marcos da epopeia das descobertas. De um lado, à margem direita do Rio Tejo, erguia-se a torre de Belém, marcando o local de onde as naus e caravelas partiram, séculos antes, para as aventuras marítimas; do outro lado, funcionando como um imponente pano de fundo estava o Mosteiro dos Jerônimos, construído por D. Manuel I após a descoberta do caminho marítimo para as Índias. Não obstante, a instalação que mais sobressaía era uma grande nau do século XVII, que ancorada no Tejo, constituir-se-ia na antecâmara da Exposição. A nau aparece na figura abaixo (REVISTA DOS CENTENÁRIOS, 1939, v. 1, p. 18):



No interior desse simbólico espaço, a Exposição do Mundo Português desenvolvia-se em dois planos:

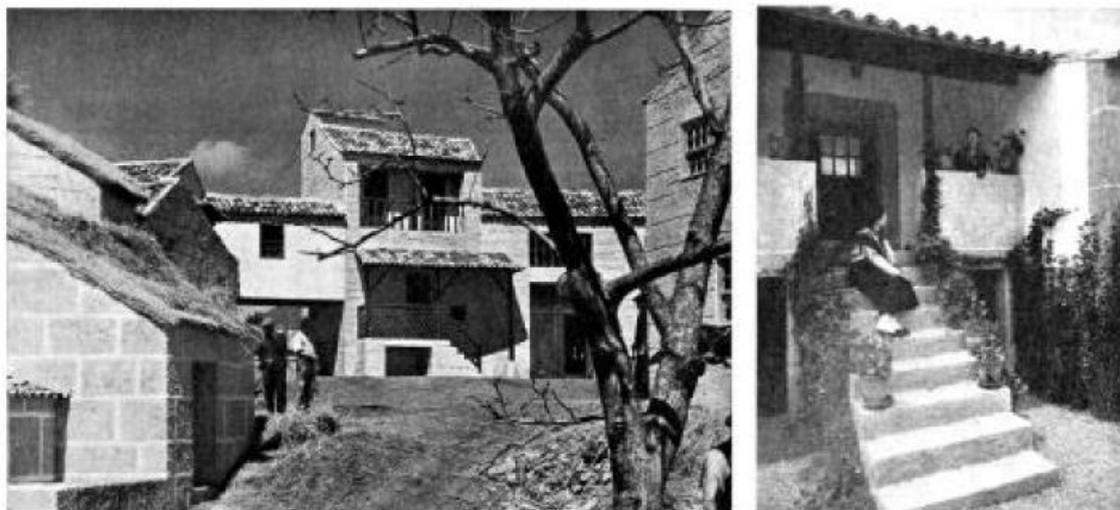
O primeiro junto ao Tejo, tendo como centro a formosa Praça do Império, com a sua feérica fonte luminosa e ladeada por duas ordens de pavilhões; o segundo em terras mais elevadas, arborizadas de espécies exóticas, onde se construiu a seção colonial. Uma passagem liga as duas partes, seguindo os visitantes um trajeto único, de traçado racional e, tanto quanto possível, direto. (Ibidem., 1940, v. 3, p. 18).

O acesso a Exposição fazia-se pela Porta da Fundação, projetada por Cottineli Telmo e que “se recorta em quatro colunas majestosas, nas quais se erguem estatuas de guerreiros medievais” (Ibidem, v. 3, p.20). Uma vez dentro do recinto da Exposição do Mundo Português, era possível vislumbrar um grande número de pavilhões. Um dos mais notáveis, a primeira vista, era o Pavilhão da Fundação adornado com bandeiras que datavam da origem da nação e com o seu aspecto de entrada de castelo roqueiro, fosso, ponte levadiça segura por pesadas cadeias de ferro, guardas medievais de broquel e morriam, empunhando as lanças de D. Afonso Henriques (Ibidem, v3. p. 15):

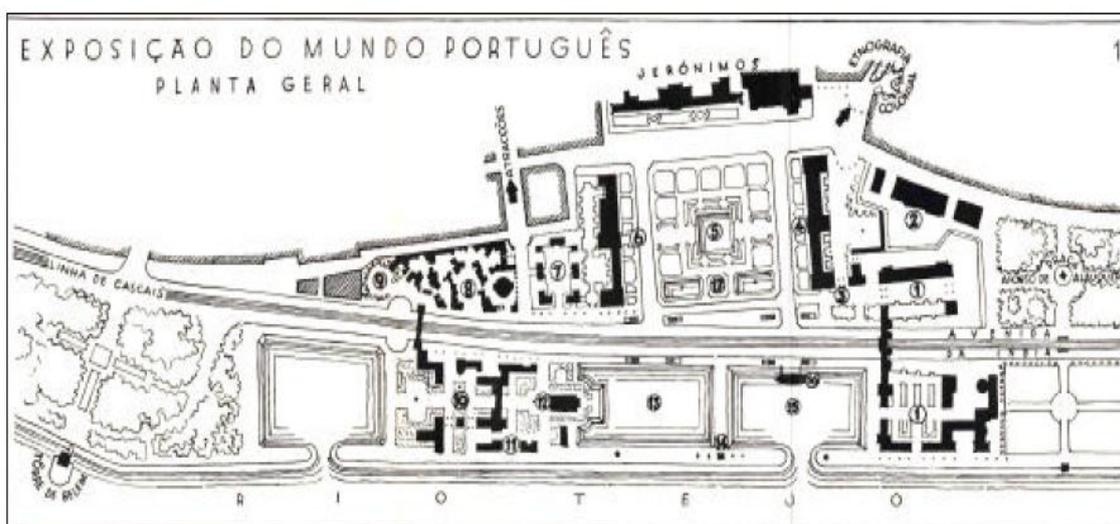


Os pavilhões agrupavam-se em três setores, cada um com seu caráter e expressão própria: seção histórica; seção de etnografia metropolitana (Centro Regional); e seção de etnografia colonial. A seção histórica era composta por oito pavilhões e por um pitoresco bairro seiscentista, tendo por objetivo fornecer uma lição de história ilustrada. A seção de etnografia metropolitana, por sua vez, comportava cinco pavilhões e oiteiro das aldeias portuguesas, o qual se estendia à sombra do Palácio dos Portugueses no mundo e procurava exaltar os costumes, a arte e a arquitetura dos camponeses. Já a seção colonial, com o seu magnífico jardim tropical, tinha como proposta reproduzir o Império em miniatura, retratando para júbilo dos visitantes, o ambiente e as paisagens das colônias portuguesas. Para tanto, suas vegetações, suas faunas, bem como seus habitantes foram trasladados para Lisboa e lá permaneceram durante os meses da Exposição. Havia, ainda, um espaço com os pavilhões secundários, onde se localizam o Padrão dos Descobrimentos¹⁷, restaurantes, centros de informações, parques, jardins, espelhos d'água. Abaixo a imagem do Centro Regional da Exposição do Mundo Português (Ibidem, p. 19).

¹⁷ O Padrão dos Descobrimentos que podemos hoje observar já não é o original. O original foi desmontado em 1958. Com efeito o atual foi inaugurado em 1960, e é, construído em betão e com esculturas em pedra de lioz, uma réplica do original, construído em materiais frágeis, que fora construído para a Exposição do Mundo Português, em 1940, pelos arquitetos Cottinelli Telmo e Leopoldo de Almeida.



A Exposição não possuía um estilo definido, tendo sido aproveitadas todas as sugestões da arquitetura continental, bem como o pitoresco exótico de alguns territórios do Império. Apesar de a Exposição procurar valorizar os aspectos tradicionais e rurais da Nação, era possível admirar também, na esplanada dos Jerônimos, a fina flor de certo modernismo europeu, como a arquitetura de Carlos Ramos e de Cristiano da Silva; a pintura e o design decorativo de Almada Negreiros (opositor ferrenho de Júlio Dantas), de Milly Possoz, de Fred Kradolfer, de Carlos Botelho e até mesmo de Portinari, com o seu quadro *o café*; ou a escultura de Canto da Maia e de Hein Semke; tudo isso em matizes francamente nacionalista. Assim foi que, durante cerca de cinco meses (de 23 de junho a 2 de dezembro de 1940), Lisboa se transformou na capital da cultura e da história. Abaixo a figura com a Planta Geral da Exposição do Mundo Português (Ibidem, p. 21).



Realizados nas três cidades universitárias portuguesas: Coimbra, Lisboa e Porto; o Congresso do Mundo Português teve seus trabalhos abertos no dia 01 de julho de 1940 e encerrados em 13 do mesmo mês. A seção inaugural do Congresso ocorreu à noite no Palácio da Assembleia Nacional, sob a presidência do chefe de Estado, General Oscar Carmona. O evento fora idealizado pelo próprio Salazar com o propósito de estudar a Nação portuguesa sob diferentes aspectos: suas origens, suas instituições, suas crises de crescimento, bem como o esplendor da sua expansão imperial, o que implicava examinar não só a história de Portugal propriamente dita, mas todas as contribuições portuguesas para a história de outras nações e para a história geral da civilização. Como declarou Júlio Dantas:

A história de um povo que conta com oito séculos de existência, que criou um vasto Império e cuja ação civilizadora se fez sentir no mundo, não possui apenas interesse nacional restrito. Além disso, as relações de natureza política, econômica, e cultural, e, nomeadamente, as vicissitudes da política dinástica tornaram tão íntimo o convívio da comunidade europeia, que não é fácil, ao estudar o passado histórico de um povo, isolá-lo de todos os outros. (1939, p. 13).

Por isso, desde o primeiro momento, previu-se a participação de entidades estrangeiras naquelas jornadas, quer a título individual, quer coletivo. Assim, o Congresso do Mundo Português desdobrar-se-ia em nove jornadas acadêmicas ligadas entre si pela definição de um tema em geral, a história da Nação portuguesa e a sua inserção na história universal¹⁸. Abaixo imagem da Seção Inaugural do *Congresso do Mundo Português*, na sala da Assembleia Geral.

¹⁸ Estes foram os nove congressos, segundo a Revista dos Centenários: 1º Congresso – Pré e Proto-Histórico; 2º Congresso – Portugal Medieval; 3º Congresso – dos descobrimentos e da colonização portugueses (séculos XV e XVI); 4º Congresso – Monarquia Dualista; 5º Congresso – Paz com a Espanha até o Constitucionalismo; 6º Congresso – Constitucionalismo à Grande Guerra; 7º Congresso – Luso-Brasileiro de História; 8º Congresso – História da Atividade Científica Portuguesa; 9º Congresso – Congresso Colonial. participaram do Congresso representantes de universidades, academias e institutos da Alemanha, da Bélgica, do Brasil, da Espanha, dos EUA, da França, da Grã Bretanha e da Itália, os quais levaram suas mensagens.



Por sua vez, a organização do Cortejo do Mundo Português foi entregue ao Capitão Henrique Galvão, que outrora arquitetara a Exposição Colonial do Porto e o Cortejo Folclórico em Lisboa. O Cortejo que se iniciou na tarde de 30m de Junho de 1940, atravessou todo o recinto da exposição do Mundo Português e foi admirado das sacadas do Convento dos Jerônimos, pelo presidente da República, pelas altas autoridades portuguesas e pelas missões diplomáticas estrangeiras, sendo um exemplo impressionante de reconstituição histórica.

Sobre o Cortejo do Mundo Português, Francisco José Pinto deixou registrado o seguinte:

No domingo (...) realizou-se à tarde o grande Cortejo do Mundo Português, o qual atravessou o recinto da Exposição, tendo sido presenciado das sacadas dos Conventos dos Jerônimos pelo Presidente da República e demais altas autoridades portuguesas e por todas as missões diplomáticas estrangeiras. O Cortejo compôs-se de três partes: a parte histórica, referente ao passado; o Portugal de hoje; e o Portugal do futuro, representado por um carro alegórico da Mocidade Portuguesa. A parte histórica dividiu-se em sete épocas: fundação, consolidação, paz, expansão, império, colonização e esplendor. Personagens das diferentes épocas foram desfilando, a pé, a cavalo, de carro, em frente aos espectadores. O Portugal de hoje foi constituído por grupos de homens e mulheres com trajes típicos de todas as províncias de Portugal e colônias, dançando e cantando à moda das suas terras. (PINTO, 1940, p. 20-21).

Abaixo Cenas do Cortejo do Mundo Português (Ibidem, p. 41-42).



O CARRO EVOCATIVO DA LUSITANIA



CAVALHEIROS EMPUNHANDO AS SINGAS COM AS CORES ANUNCIAHORAS DAS DIFERENS EPOCAS DO CONTEJO

A parte histórica parecia dividida em seis “capítulos”. O primeiro se reportava à fundação, tendo sido, a espada de D. Afonso Henriques, conduzida por uma figura simbólica enquadrada por todas as bandeiras históricas de Portugal. Em seguida, a plateia tinha a nítida visão da entrada do rei-fundador na cidade de Lisboa, conquistada

aos infiéis em 1144. O alferes-mor apareceria, então, empunhando o pendão com os cinco escudos das armas de Portugal, seguido pelos Bispos do Porto, de Viseu, de Braga e de Lamego, que cavalgavam a sombra da insígnia dos Templários. Por fim, vinha Afonso Henriques e sua comitiva encabeçando as turmas dos cavaleiros vilãos, dos Templários, dos Hospitalários e da peonagem, secundados da pesada máquina de guerra.

O segundo “capítulo” referia-se à Consolidação da Independência, no qual a figura central era a do General Nuno Álvares – também conhecido como o Santo Condestável. O General vinha acompanhado de sua comitiva, sendo sucedida pela “ala dos namorados”, que representava todos aqueles que pelejaram nas cruéis batalhas com a elegância de campeões de torneios e eram coroados apenas com os sorrisos de suas mulheres. Por fim, aparecia a figura de D. João I ladeado pelos infantes da Ínclita Geração¹⁹.

O terceiro “capítulo” estava voltado para as Descobertas e Conquistas. Nele se sobressaía à figura do infante D. Henriques, impulsionador desses grandes feitos. Como nota de deslumbramento desse período, figuravam os grandes capitães dos mares e das conquistas asiáticas: Vasco da Gama, Afonso de Albuquerque, Pedro Álvares Cabral, D. João de Castro e D. Francisco de Almeida, secundados por um telefone coberto de brocados, um cavalo persa, uma onça domesticada e uma síntese se artilharia lusa.

No quarto “capítulo”, por sua vez, revia-se a colonização portuguesa por meio de um carro alegórico em que a Fé e o Império, os evangelizadores e os comerciantes estavam simbolicamente representados. Já no quinto “capítulo” teve como tema o Século XVIII. Abaixo a imagem dos Figurinos do artista Manuel Lapa para o Cortejo do Mundo Português (Ibidem, 53).

¹⁹ Ínclita Geração é o nome dado por historiadores portugueses aos filhos do rei João I de Portugal e de Filipa de Lencastre. O epíteto refere-se ao valor individual destes príncipes que, de várias formas, marcaram a História de Portugal e da Europa.



A seção de Portugal de hoje, segundo o Capitão Galvão, teria como prólogo a guarda de honra à bandeira, feitas por tropas metropolitanas e coloniais, a qual se seguia uma alegoria aludindo à unidade do Império português. Dando continuidade, apareciam grupos de homens e mulheres desfilando com trajes típicos de todas as províncias de Portugal, dançando e cantando à moda de suas terras como cartões postais vivos. Por fim, viriam os representantes indígenas de Cabo Verde, de Guiné, de S. Tomé e Príncipe, de Angola, de Moçambique, da Índia, de Macau e de Timor, trazendo exemplares de sua fauna característica: cavalos, zebras, mulas, girafas, elefantes, camelos e búfalos.

O Portugal do futuro, última parte do “livro” de Galvão, era representado por um carro alegórico rodeado pela apoteose dos estandartes de todos os núcleos da Mocidade portuguesa, que segundo os organizadores constituíam:

Bandeiras simbólicas que, aureoladas pelo sol, são a garantia do Portugal imortal, do Portugal terra de santos e heróis, de lavradores e de nautas, que, vivendo na fé cristã e dominados pela ideia de pátria, festejam oito séculos de independência, quer dizer de vida livre e de trabalho intenso, em grande parte desinteressado e a favor de outros povos da terra. (Ibidem., p.9).

3 – A Participação do Brasil nos Festejos de 1940 em Portugal

3.1 – O convite ao Brasil

O Ministério das Relações Exteriores receberia um telegrama do Embaixador do Brasil em Lisboa, o Dr. Arthur Guimarães de Araújo Jorge, contendo a seguinte mensagem:

(...) todos os jornais publicarão, amanhã, comunicado oficial, sobre as grandes festividades nacionais com que o Governo Português celebrará, em 1939 e em 1940, o oitavo centenário da nacionalidade e o terceiro centenário da restauração da monarquia portuguesa. O Presidente do Conselho [de Ministros] convocou-me, especialmente, esta noite, para dar-me leitura antecipada da parte daquele documento relativo ao Brasil, cuja íntegra remeterei pela primeira mala. (ITAMARATY, Lata 664, Maço 9884).

O telegrama acima demonstra que o Brasil em breve seria convidado oficialmente a participar dos festejos do Duplo Centenário. A princípio, supunha-se que a presença da antiga colônia estaria restrita a simples exibição de sua história, de sua cultura e de sua economia em um dos pavilhões temáticos da Exposição do Mundo Português, um dos principais eventos a serem realizados nas *Comemorações Centenárias*, mas o documento abaixo aponta que seria uma participação que deveria ir muito além.

Eis algumas razões porque havemos pedir ao Brasil que venha a Portugal no momento em que festejamos os nossos 800 anos de idade, ajudar-nos a fazer as honras da casa; que erga o seu padrão de História ao lado do nosso; que não seja apenas nosso hóspede de honra, mas como da família, a par de nós acolha as homenagens que o mundo nos deve e nos trará nessa ocasião; que nos mande, no maior número, os mais egrégios dos seus filhos, em romagem patriótica e cívica. (SALAZAR, 1939. p. 3).

Foi assim, através de uma Nota Oficiosa de 27 de Março de 1938, que Salazar expressou o seu desejo pela participação do Brasil nas *Comemorações Centenárias Portuguesas* que seriam levadas a cabo nos dois anos seguintes.

Como apontou Luciene Lehmkuhl (2011, p. 31), a Nota Oficiosa vinculava a História de Portugal a História do Brasil de maneira “fraternal e familiar”, deixando desaparecer todos os vestígios de desentendimentos e conflitos, “... transformando as relações luso-brasileiras em relações de extrema cordialidade...”.

O documento foi bastante difundido através da imprensa em Portugal e no Brasil, o que, em um primeiro momento, sugeriu que o convite português teria sido bem aceito dos dois lados do Atlântico. Na *Revista dos Centenários* é possível acompanhar, parcialmente, através dos seus fascículos a repercussão do convite feito ao Brasil, desde a divulgação da Nota Oficiosa. Como já foi dito anteriormente, a *Revista* foi um órgão

oficial do governo português, cuja função principal era a divulgação das comemorações do duplo centenário.

Contudo, em Portugal, muitas foram às críticas feitas aos festejos, como a do jornal comunista *avante!*, que, impresso ilegalmente, em abril de 1938 trazia em uma de suas páginas um artigo em resposta à Nota de Salazar: “Salazar, o traidor quer festejar o duplo centenário da fundação e da independência de Portugal”. (AVANTE, nº. 8, 1939, p. 31).

Dessa forma, no primeiro número da *Revista dos Centenários* foi publicado o seguinte:

A Nota Oficiosa do senhor Presidente do Conselho sobre as Comemorações Centenárias teve na Imprensa brasileira um acolhimento mais do que carinhoso, entusiástico. Grande maioria dos principais diários do país irmão publicou essa Nota na íntegra, em lugar de destaque, salientando em especial as palavras do Sr. Dr. Oliveira Salazar que se referem à colaboração do Brasil nas Comemorações. (CENTENÁRIOS, 1939, v. 1, p. 31).

Algumas semanas após o lançamento da *Revista dos Centenários*, os jornais portugueses publicaram um texto de Augusto de Castro, Comissário-Geral da Exposição do Mundo Português, que requisitava novamente a presença do Brasil e esclarecia o teor da sua participação: *O Governo Português convidou o Brasil a construir ou decorar, ele próprio, esse segundo Palácio [Pavilhão do Brasil Independente]. O Brasil será assim se aceitar, como esperamos, o convite, a única Nação que colaborará conosco, numa representação da sua própria iniciativa, na Exposição de 1940* (CASTRO, 1940, p. 78). De fato, o Brasil foi o único país a possuir um pavilhão próprio na Exposição.

Tanto o convite do General Carmona quanto a nota oficiosa de Salazar e o texto de Augusto de Castro foram escritos de maneira familiar e fraternal, de modo a fazer desaparecer quaisquer indícios de desavenças e conflitos e a transformar as relações luso-brasileiras em um relacionamento de extrema cordialidade. O fato é que havia preocupações quanto à receptividade brasileira ao chamado luso. Segundo Lehmkuhl (Op. Cit. p. 39): “(...) o convite à participação brasileira, sobretudo para desempenhar um papel de herdeiro e continuador das tradições portuguesas, poderia suar um tanto quanto sórdido e levar a uma recusa, ou, (...) a um descaso e a um descompromisso alicerçados em uma não ação”. Era claro para o Governo Português que o aceite do Estado brasileiro dependia de uma vontade política.

O temor português não era infundado. Do lado de cá do Atlântico, o Governo Brasileiro demorava a responder ao convite feito. Isto gerou certa preocupação na colônia de portugueses do Brasil e nos intelectuais interessados na representação brasileira, que aguardavam ansiosamente uma posição do governo. Em 20 de dezembro de 1938, Albino de Souza Cruz, presidente do Conselho da Colônia, escrevia a Salazar, expressando sua inquietação no que tangia à presença brasileira. Sugeria, inclusive, que o convite fosse reiterado.

A resposta oficial do Presidente do Brasil, Getúlio Vargas, ao convite de Salazar se daria apenas em 17 de junho de 1939, ou seja, quinze meses após a publicação da Nota Oficiosa. Na ocasião, Getúlio Vargas proferiu um discurso no Real Gabinete Português de Leitura, em uma sessão solene celebrativa da Ação dos Portugueses do Brasil nas *Comemorações Centenárias*. Getúlio Vargas respondeu-lhe no mesmo diapasão: “(...) o Brasil, carinhosamente convidado, comparecerá, e timbra em fazer não como visitante cortês; mas como membro da família que, embora politicamente separado, permanece fiel ao seu espírito e leal à sua amizade”²⁰. A antiga colônia associou-se às *Comemorações Centenárias* na qualidade de “nação irmã”, participando da *Exposição do Mundo Português* e do *Congresso Luso-Brasileiro de História*. Do ponto de vista simbólico, a inserção da antiga colônia naquelas celebrações servia de antídoto aos críticos que desqualificavam a atuação de Portugal no ultramar (CARTROGA, 1998, p. 241).

De qualquer forma, tanto o governo do Rio de Janeiro, quanto o de Lisboa procurariam tirar proveito das *Comemorações Centenárias* para estreitar ainda mais esses vínculos. Além de levar a cabo seus interesses políticos e ideológicos de acordo com o momento de cada nação. Os países atravessavam processos políticos, ideológicos e governativos internos similares, através da atuação centralizadora e ditatorial de Oliveira Salazar e Getúlio Vargas que definiam como objetivo programar um novo *projeto de regeneração nacional* e uma nova concepção da postura do seu país perante os restantes dos atores internacionais.

Getúlio Vargas não iria abrir mão de intervir na organização do *Congresso*, nem deixaria escapar a oportunidade para mostrar sua versão da história do Brasil. E parece que ele não perdeu tempo, como sugere um ofício de Dantas dirigido ao Secretário-

²⁰ Getúlio Vargas. “Discurso”, pronunciado em 17 de junho de 1939, no Real Gabinete Português de Leitura. *Ação dos portugueses do Brasil na Exposição do Mundo Português (...)*. Rio de Janeiro: [s.n], 1940.

Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, datado de 21 de março de 1939, cujas entrelinhas deixam a entrever que as autoridades brasileiras já andavam interferindo na preparação do evento:

O Congresso Luso-Brasileiro de História, cuja inauguração está prevista para 12 de outubro, data que pode mudar-se, mas que foi afixada de acordo com o Sr. Afrânio Peixoto, presidente da Comissão nomeada pela Academia Brasileira para se ocupar da sua colaboração neste Congresso (...). Esclarece-se que os congressos previstos são organizados, no que se respeita a Portugal, não pelos Ministérios dos Negócios Estrangeiros ou da Educação Nacional, mas por uma Comissão executiva nomeada pelo governo pelo decreto-lei número 29.087 (...), que já se pôs em contato com a Academia Brasileira de Letras e o Instituto Histórico, e que procurará a colaboração de todas as corporações e individualidades brasileiras especializadas no estudo de história para a elaboração do respectivo programa.

A leitura desse documento também deixa evidente que Júlio Dantas já havia acertado praticamente quase todos os detalhes do *Congresso Luso-Brasileiro de História*: data, colaboradores, temas, etc. Claro que o presidente da Comissão Executiva acenou com a possibilidade de o governo brasileiro oferecer suas sugestões, no entanto, percebe-se que isso não passava de uma simples questão de cortesia. Os detalhes já estavam previamente combinados com o IHGB e a ABL.

Contudo, o intervencionismo do Governo Vargas, segundo o qual o Estado deveria controlar todos os assuntos concernentes ao país, sobretudo os culturais (CAPELATTO, 1998, p. 100-103), não permitiria que os trâmites para a realização do *Congresso* ficassem totalmente a cargo dos organizadores lusos. Isto é explicado pelo momento político desenvolvido pelo chefe do Governo Brasileiro e seus pares, como veremos a seguir.

3.2 – Cultura Histórica e intelectuais no Brasil de 1930.

Não obstante as especificidades históricas de cada país, pode-se dizer que não só pelo nome assemelharam-se o Estado Novo de Portugal e o do Brasil. Ambos emergem sob o discurso de fortes críticas à democracia Liberal. Salazar e Vargas Reivindicavam também a questão social para o primeiro plano das ações do Estado, cujos resultados dirigiram-se à construção de um tipo de integração social ao corpo político pela via do corporativismo. São próximos ainda na campanha anticomunista apoiada pelo catolicismo conservador, assim como nos projeto de relação com determinados fatos

passados para legitimar o presente de cada nação. Porém, como veremos adiante, algumas especificidades brasileiras mudaram o rumo da participação do Brasil nos festejos de 1940.

No Brasil, com o advento da República era necessário reescrever a História Nacional desvinculando-a, em um primeiro momento, da tradição imperial e da presença portuguesa durante a Colônia. Além de se tratar de um período de transição quanto aos fundamentos da disciplina histórica e à profissionalização dos que a ela se dedicavam, posto que, a pesquisa e a difusão do conhecimento histórico no Brasil, a partir dos anos de 1930, se dará também através dos cursos superiores de História e não mais apenas por meio dos Institutos Históricos, Museus e Academias²¹.

Em Portugal não era diferente, o Estado Novo se colocou como herdeiro do passado, no que tinha de melhor, principalmente na obra colonial, e como reparador dos seus erros. As colônias tornam-se assim uma medida do sucesso das políticas estadonovistas, sendo que o destino do país se define como dependente do êxito do projeto colonial. É desenvolvido um projeto de História onde o passado colonial vai ser ressaltado junto de uma determinada concepção de nação difundida pelo Estado.

Jacques Le Goff (1992) nos mostra que toda cultura histórica é constituída em torno de uma preocupação central com o passado. Para ele, a mentalidade histórica de uma época era um dos frutos da cultura histórica e a “memória não é a história, mas um dos seus objetos e simultaneamente um nível elementar de elaboração histórica” (LE GOFF, 1992, p. 49). Lembro ainda, que no dizer de Ângela de Castro Gomes (1996), existem outros agentes que escrevem sobre história e que não são profissionais e que, por isso, a cultura histórica “extrapola o pequeno mundo dos historiadores” (1996, p. 37-38). Houve um forte trabalho por parte do governo brasileiro durante o Estado Novo de forjar uma identidade nacional, perpassando por um projeto de política, perpassando diretamente pelo controle da cultura (usada como meio para a identidade que se desejava atingir) e da escrita da História do Brasil.

Para Bourdieu (1994, p. 114-115) “(...) o Estado molda as estruturas mentais e impõe princípios de visão e divisão comuns, formas de pensamento (...)” contribuindo por esse modo para construir aquilo a que se chama habitualmente de identidade nacional ou, numa linguagem mais tradicional, o “carácter nacional”. A identidade e a

²¹ Nos anos de 1930 foram criados os primeiros cursos superiores de História, em 1934 na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e na Universidade do Distrito Federal no Rio de Janeiro, em 1935.

memória nacional são resultantes dos processos pelos quais os indivíduos identificam e se identificam com o nacional, lendo o jornal, contemplando a bandeira. Por conseguinte, quando falamos em identidade nacional, não nos estamos a referir a algo que possa ser descrito como um conjunto substantivo interiorizado de crenças e discursos sobre o coletivo, mas a práticas, experiências, estereótipos, discursos reiterados.

De acordo com Luciene Lehmkuhl, no Brasil de 1930, o que se buscava era:

(...) o reordenamento da nação, baseado na construção de uma identidade desvinculada de qualquer outra nação. Assim é que as políticas culturais estadonovistas passaram muito mais pela diluição das nacionalidades que compunham o povo brasileiro, pelo caldeamento das raças e, ainda, exaltação de um tipo brasileiro exemplar, advindo da miscigenação e das cãs culturais ocorridas em território brasileiro. (Op. Cit., p. 75).

Um projeto completamente diferente do que propunha o caráter historicista das Comemorações Portuguesas, que mediante o ato de comemorar, tentava vincular o presente a um passado glorioso, no qual o Brasil aparecia apenas como “coadjuvante” (Ibidem, p. 75), ao lado dos grandes feitos e conquistas de Portugal, dentre eles, o de colonizador do Brasil. O tradicionalismo português procurou projetar o *status quo* do passado no presente, quer dizer, fazer os cidadãos viver numa espécie de “imagem-espelho” do passado, o que contrasta agudamente com o Brasil varguista que, apesar de criar o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional com contribuições de Mário de Andrade, Gilberto Freire, Manuel Bandeira, etc., se esforça por modernizar o país, haja vista o intuito de Vargas de salientar a coincidência entre o Estado Novo e o modernismo é colocar o elemento cultural na política estadonovista, alargando a influência e popularidade do regime e, simultaneamente, enchendo

No caso brasileiro, todo o esforço para a estruturação e hierarquização social buscava o estabelecimento de uma “identidade nacional”, o que não seria simples levando-se em conta a diversidade étnica e cultural do país. O interesse em unificar o povo em torno de um ideal de ‘brasilidade’ também faz sentido quando nos lembramos do constante esforço do Estado para eliminar ou pelo menos enfraquecer a ascendência dos poderes regionais.

No entanto, Lehmkuhl conclui “(...) a diversidade de pensamento que compunham os projetos de constituição do Estado Novo permitia que se pudesse aceitar

e encampar projetos que muitas vezes estavam em desacordo com uma cultura histórica dominante no Brasil”. (Op. Cit., p. 75).

Na segunda parte de seu livro: *A invenção do trabalhismo*, Ângela de Castro Gomes fala de uma redescoberta do Brasil, à medida que no Estado Novo buscou-se reescrever a história do Brasil projetando o futuro de acordo com acontecimentos do passado. A revista *Cultura Política* tinha por objetivo dar conta do projeto de cultura histórica do Estado Novo, em seus artigos eram divulgadas as transformações que se davam no país para o grande público. Neste sentido, alguns temas foram abordados de maneira enfática como o liberalismo da Primeira República como culpados pela decomposição social do Brasil. “(...) Esse processo traduzia a retomada de nossa vocação histórica, a continuação da construção de nossa nacionalidade. (...) Retornar a tradição do país significava identificá-la em dois fatores cruciais: a natureza e a cultura brasileira (...)” (Op. Cit., p. 178).

Ainda segundo Ângela de Castro, a revolução de 1930 não deve ser entendida como uma tentativa de retorno a um determinado período, e sim objetivava a fundação de um novo modelo de Estado passando pelo verdadeiro espírito da nacionalidade que deveria ser expressa pelo poder político, funcionado como integrador da cultura e da natureza humana. Monica Pimentel Velloso (2003, p. 173) afirma:

(...) A “restauração” seria um verdadeiro ato de construção da terra e do homem, pela exploração da primeira e a formação do segundo. Ambos os processos seriam coordenados por novas elites políticas, que de fato se comunicariam com as massas e que interfeririam no curso da história, mobilizando o esforço transformador do trabalho humano.

Outro ponto que é importante ressaltar é que a questão social passa ao centro das discussões, até mesmo como forma de marcar uma distinção do Estado Novo em relação aos outros períodos da história. Sua base era promover a superação das necessidades da população como forma de estabelecer a verdadeira democracia baseada no trabalhador, que deveria ser protegido e amparado pelo Estado Novo.

Um dos aspectos que chamam particularmente a atenção no interior do projeto cultural estado-novista é o esforço ideológico no sentido de reconceituar o popular. Este passa a ser definido como a expressão mais autêntica da alma nacional. Ocorre, porém, que esse povo-depositário da brasilidade- é configurado simultaneamente como inconsciente, analfabeto e deseducado (Op. Cit., 2003).

A construção da identidade do trabalhador brasileiro significava, em primeiro lugar, rever a marca de atraso e desvalorização que a escravidão imputara ao próprio trabalho e redefini-lo positivamente como fator de grandeza e felicidade para o homem e de riqueza e progresso para a sociedade. Significava, também, unir e se fazer reconhecer como iguais elementos díspares de um conjunto heterogêneo e disperso, a partir daí tornado coeso e visível socialmente. Para tanto, a formação do partido operário era fundamental, pois permitiria a defesa dos interesses operários num contexto em que a incipiente organização dos trabalhadores estimulava a opção por um canal de lutas explicitamente político, embora ordeiro e antigrevista.

O Estado erigido após 1930 interferiu, sem dúvida, no sentido de um controle sobre o mercado de trabalho, reivindicação antiga da classe trabalhadora mesmo em sua feição anarquista, e isso se expressava num conjunto de leis. Se o cálculo dos trabalhadores registrava esses avanços, até a década de 40, no entanto, a ação do Estado não foi eficaz o bastante para conter as reações à proposta claramente autoritária e centralizadora que se colocava.

Para a formação de uma nova sociedade se fez necessário o desenvolvimento de um “novo cidadão”. Seria através do Estado que os esforços se tornariam efetivos. Em meio a um período da história onde as condições do operariado se tornavam questão crítica, a proposta de ideologias que pudessem fornecer aos trabalhadores alguma espécie de proteção, ou de garantias, seriam bem vindas. Nesse sentido, o Estado considerava que o processo “civilizador e modernizante” eram produtos diretos do trabalho.

Foi só a partir de então, quando aos ganhos materiais associou-se o apelo simbólico do discurso trabalhista, que o pacto governo-trabalhadores tomou os contornos característicos de uma relação de reciprocidade plenamente eficaz. Ângela de Castro recorre a Mauss (1974) e também a Sahlins (1965) para demonstrar que as relações de troca econômica podem ser tomadas como mecanismos que se vinculam simbolicamente a determinadas relações sociais e políticas. A "ideologia da outorga", os "presentes" que o Estado antecipa às demandas dos trabalhadores, reforçam o lado social da reciprocidade, reproduzindo hierarquias, é verdade, mas também lealdades.

"Inventar o trabalhismo", para Ângela de Castro (1994), cobre um espaço de tempo que, embora parecesse curto (1942-45) numa primeira análise, decorre de profundas mudanças no cenário político nacional. Em grande parte em função do

alinhamento afinal selado com os Estados Unidos, a administração federal sofreria alterações profundas. Nesse quadro, a condução de Alexandre Marcondes Filho (advogado comercial paulista com trânsito entre o empresariado local) ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e depois ao da Justiça foi fundamental nesse momento de ambiguidade entre a necessidade de suavizar o autoritarismo sem perder o poder, Marcondes investe não só na organização do trabalho, mas também na adesão representativa dos trabalhadores.

Para a análise desse processo, Ângela de Castro recorre a documentos oficiais de várias origens, arquivos particulares e entrevistas. Tomando, em primeiro lugar, a revista *Cultura Política*, importante publicação do Departamento de Imprensa e Propaganda, o famoso DIP, Ângela detectou, através da crítica difusa ao liberalismo desordenado e desarticulador da Primeira República, os limites da doutrina veiculada. Com base no papel restaurador atribuído à Revolução de 30 e consolidado – após os desvios de 1934 - pelo Estado Novo, caberia respeitar a especificidade do nacional e promover a união entre elites e massa. A questão social é central, base da justiça e da igualdade que o Estado, através da intervenção neutra, deve garantir, assegurando o trabalho e, a partir dele, a participação no projeto comum. Em seguida, acompanha o percurso de Marcondes Filho a "costurar" a aliança do regime diretamente com os trabalhadores, em que recursos de difusão pelo rádio são usados, semanal e depois diariamente, para se dirigir a um público quase sempre analfabeto.

A autora recupera, igualmente, a sistematização do calendário festivo do regime, em que o Dia do Trabalho, a data do aniversário de Getúlio Vargas e a comemoração da implantação do Estado Novo se destacam, cumprindo, cada um, papel ritual específico. Assim, no início do ano (abril e maio), um conjunto de manifestações expressavam homenagens recíprocas entre o Presidente e os trabalhadores que culminavam com a comemoração, a 10 de novembro, do fato político que os "reunia". Todas essas iniciativas, obviamente, reforçavam o caráter da figura de Vargas, sempre apresentado como *sujeito* das ações do regime que liderava com sua excepcional clarividência, inteligência e, principalmente, com sua capacidade de entender o seu povo.

Os sindicatos entram como peça importante dessa união entre povo e Estado. Inibidas a ideia e a prática de representação nos moldes partidários liberais, o povo era um corpo político definido e hierarquizado pelo trabalho, organizado e expressivo através dos sindicatos. Nesse contexto, primeiramente o Ministério do Trabalho desenvolve várias políticas: iniciativas de nacionalização da mão-de-obra pela restrição

à imigração, de controle e orientação da migração interna, além de medidas na área da previdência, da medicina social, da alimentação, da habitação, da educação, da cultura e da recreação são simultaneamente ativadas.

Promover a sindicalização, em seguida, torna-se a meta prioritária de Marcondes. De 1943 em diante, uma ampla campanha é deflagrada para romper com o que os articulistas da *Cultura Política* identificavam como traços avessos ao associativismo na "biologia" e na "sociologia" do brasileiro.

A instituição do imposto sindical, da Comissão de Enquadramento e, finalmente, da Comissão Técnica de Orientação Sindical, com sua "ação evangelizadora", surte efeito ainda nesse ano marcado pela viabilização da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A finalidade última era consolidar o corporativismo que, segundo a autora, não existira no Brasil antes de 1943. E consolidá-lo como estratégico para a reprodução política além do autoritarismo, criando lideranças e seguidores. Essa visão em longo prazo preside, igualmente, o avanço cuidadoso do trabalhismo no plano da política.

Ângela de Castro admite, inclusive, ser difícil reconstituir o esforço de formação do partido governista. A heterogeneidade das bases do regime era um dos problemas a superar em relação ao partido. No arquivo particular de Vargas, que a autora examina um documento secreto produzido à época, o "Plano B", apontava outros: a força do poder local e as formas de alistamento e organização eleitoral vigentes, as quais deviam ser lentamente neutralizadas. A candidatura de Eduardo Gomes, posta na mesa quando 1944 terminava, no entanto, apressa uma solução, inibe a proposta continuísta com Vargas e força o lançamento de Eurico Gaspar Dutra como candidato: surgiam a UDN e o PSD como bases partidárias. Refletindo a impossibilidade de existência de um só partido situacionista, o PTB é criado logo em seguida e reúne os líderes sindicais e seus liderados. Mantendo-se fiel a Vargas, do "queremismo" ao apoio à candidatura finalmente vitoriosa de Dutra, o PTB inaugura, com a redemocratização, o período dos partidos de massa, ampliando concretamente o acesso popular à participação política. Fechava-se, assim, o projeto trabalhista.

Para Gomes, outra questão que passou a ser focal durante o Estado Novo foi à questão da cidadania, onde a liberdade do indivíduo deveria ser conciliada a autoridade, e que esta deveria prevalecer ao indivíduo não como limitador de sua liberdade, mas como meio legítimo de sua execução numa espécie de *ilusão igualitária* como forma de minimizar uma ordem social hierarquizada. É importante ressaltar ainda que a cidadania

seria alcançada por meio do trabalho; “Cidadania e trabalho, portanto, tornaram-se expressões complementares (...)” (Op. Cit., p. 187).

No tocante a intervenção do Estado, este deveria atuar como “agente fiscalizador”, e sim estar presente efetivamente na luta pela justiça social e o bem comum, o que garantia ao modelo político vigente atuar sobre os direitos individuais em prol do coletivo. O Estado deveria proteger a propriedade privada, assim como o indivíduo da fome e da miséria, além de garantir acesso a trabalho como meio de realização pessoal e profissional.

Outro aspecto que esteve diretamente ligado ao governo federal, e tornou-se um dos principais alicerces do governo Vargas durante o Estado Novo foi o controle da produção cultural, tido como fator de unidade nacional, estando diretamente ligada ao povo no sentido de nortear suas ações. A produção artística cultural ficou a cargo do ministro da educação Gustavo Capanema, essa deveria ser desenvolvida mediante uma política cultural de acordo com a concepção de Estado que orientava a atuação governista, onde o poder político definia o que deveria ser produzido e incentivado. Para Maria Helena Capelato: A defesa da intervenção estatal na cultura entendida como fator de unidade nacional e harmonia social, caracterizou esse período. A cultura foi entendida como suporte da política e nessa perspectiva, cultura, política e propaganda se mesclaram (2003, p. 126).

Objetivando o estabelecimento de monumentos para a nação, o Estado Novo buscou na história os símbolos da nacionalidade, sendo um deles a cidade de Ouro Preto em Minas Gerais. A cidade era um local privilegiado, pois foi o palco da Inconfidência Mineira. Os museus também tiveram um papel importante para a formação da memória, e o fortalecimento do sentimento de ‘brasilidade’, pois eram locais que conservavam grande quantidade de itens históricos preservados, e que serviriam como elementos importantes para a formação do “sentimento de brasilidade”. Para coordenar esse esforço de preservação de acervos e de administração da memória nacional, foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o SPHAN, criado no ano de 1937, mesmo ano em que o Estado Novo se estabeleceu no poder.

Para Le Goff:

(...) há em todas as épocas um cerimonial político carregado de sentido (...) e os objetos não deveriam ser estudados em si próprios, mas sim recolocados nas atitudes e nas cerimônias em que apareciam e,

principalmente, iluminados na perspectiva do simbolismo político em que encontravam a sua verdadeira significação. (1994, p. 357).

Todo o trabalho da intelectualidade e da classe dominante política brasileira e portuguesa visavam estabelecer ícones memoriais que simbolizassem a identidade social que se buscava construir.

Comparada aos moldes fascistas e nazistas, a produção cultural era controlada pelo DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda). À medida que, os campos artísticos foram organizados e concebidos nos mesmos moldes. Ao DIP cabia organizar, estimular e divulgar a produção artística seja ela popular ou erudita, pois se esperava que as artes se transformassem em elementos formadores das massas, além de consolidarem-se em elementos nacionais.

No caso do Estado Novo estas reflexões devem ser consideradas ao lado de duas observações. De um lado, a de que o Estado Novo não pode ser caracterizado como apresentando uma doutrina oficial compacta, isto é, homogênea a ponto de afastar diversidades relevantes (...) o que não impede que se encontre em seu seio um conjunto de ideias central, capaz de caracterizar um determinado projeto político (Op. Cit., p. 173).

É interessante percebermos como o papel do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) no Brasil era parecido com o desempenhado pelo Secretariado da Propaganda Nacional (S.P.N.) de Portugal. Em terras lusas o objetivo maior era o de rememorar pelas *Comemorações Centenárias* os grandes feitos portugueses e os projetos do Estado Novo, já do lado de cá do Atlântico, o que se desejava era fazer a propaganda do Estado dirigido por Vargas, principalmente por levar a cabo um projeto de cultura histórica em prol de um projeto político. Sendo comum aos dois projetos o retorno ao passado.

O marco dessa proximidade de objetivos entre o DIP e o S.P.N. foi o surgimento da revista *Atlântico*, oriunda de um “acordo cultural” firmado entre Portugal e Brasil, acordo esse assinado em 4 de setembro de 1941. O local escolhido para a cerimônia de assinatura deste acordo foi o Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, no qual compareceram, como agentes responsáveis pela sedimentação do trato, o diretor do Secretariado da Propaganda Nacional (SPN) de Portugal, António Ferro, e o diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), Lourival Fontes, cargos que ocupam, respectivamente, de 1933 a 1950, e de 1939 a agosto de 1942. Seu objetivo maior era tornar conhecida, respectivamente, no Brasil e em Portugal, a cultura dos dois países,

principalmente, no que tange ao patrimônio histórico comum, lembrando-se do passado o que atendia aos anseios de ambos os Estados.

Halbwachs (Ibidem.) enfatizou que tudo lembrado do passado faz parte de construções sociais que são realizadas no presente. Sua teoria sobre a memória está articulada a uma abordagem epistemológica que fazia do estudo da estrutura material dos grupos o seu ponto de partida. Procurou lidar com a memória como fato social. Para o autor, todas as lembranças que temos fazem parte de um determinado contexto social e o indivíduo quando relembra de fatos, os mesmos estão diretamente ligados a grupos sociais dos quais ele fez ou faz parte.

A ideia é que na construção de uma unidade que nos diferencie do outro, uma abstração das diferenças internas para a afirmação de uma alteridade, o que está fora de nós, a memória fornece a referência para essa coerência, como no caso das identidades nacionais, constituídas por experiências comuns compartilhadas. Temos, assim, uma das funções da memória: criar identidade para o grupo, reforçando a coesão social por meio do que Halbwachs (2006) chamará de adesão afetiva. Outros autores irão se contrapor a essa ideia de memória oficial, acrescentando a coerção, o conflito e a disputa por versões. Enquanto o Estado Novo salazarista se esforça por misturar o passado com o presente, o getulista pretende, por contrário, destacar as características *sui generis* do governo Vargas na realidade: suas particularidades, alteridades e novidades, tentando conscientizar seus nacionais da sua alteridade e novidade.

Ao DIP cabia construir uma ideologia que abarcasse todos os setores da sociedade, passando por teatro, música, cinema, escrita da história e marcando presença inclusive no carnaval. O objetivo superior era a legitimidade do governo. A tática utilizada era apropriar-se de ideias e valores da sociedade como forma de criar uma sintonia, mesclando censura e flexibilidade, além disso, reunindo as diferentes correntes da intelectualidade brasileira.

O Cinema, o teatro, a música e as artes plásticas foram valorizados durante o Estado Novo, mas não da mesma forma ou com igual intensidade. Exemplo disto foi a especial atenção dada por Vargas ao cinema por entender ser um importante instrumento para a conquista das massas, além de servir como veículo de instrução. Segundo Capelatto: “Com o apoio do governo, a indústria cinematográfica, até então deficitária, pôde equilibrar-se” (2003, p. 127).

O governo Vargas também teve um grande projeto universitário. As primeiras iniciativas nessa área, contudo, não couberam ao governo federal: foram a Universidade

de São Paulo, criada em 1934 por Armando Sales, e a Universidade do Distrito Federal, criada em 1935 por Pedro Ernesto. Data somente de julho de 1937 a lei de criação da Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Após a Revolução de 1930, o Estado lançou as bases de uma política cultural que teve como marco inicial a criação do Ministério da Educação e se desdobrou na formação de diversos outros órgãos. Intelectuais das mais diversas formações e correntes de pensamento, como modernistas, positivistas, integralistas, católicos e socialistas participaram desse entrelaçamento entre cultura e política que caracterizou os anos 30, ocupando cargos-chaves na burocracia do Estado. Apresentando-se como uma elite capaz de "salvar" o país, os intelectuais reinterpretaram o passado, buscaram captar a realidade brasileira e construíram vários retratos do Brasil.

Houve um debate intelectual e político sobre que matriz regional expressaria melhor a nacionalidade. Além da sociedade nordestina retratada por Gilberto Freyre, tinha-se nos textos de Cassiano Ricardo a defesa da sociedade bandeirante como modelo para a democracia brasileira. Alceu Amoroso Lima, por sua vez, apontava na sociedade mineira traços do espírito de família e de religiosidade que seriam os verdadeiros valores da civilização brasileira.

Para Monica Pimenta Velloso esse destaque dado ao vínculo entre intelectuais e o projeto do Estado Novo evidencia uma relação entre propaganda política e o projeto de educação desse Estado. “Apresentando-se como o grupo mais esclarecido da sociedade, os intelectuais buscaram “educar” a coletividade de acordo com os ideais doutrinários do regime” (Op. Cit., p. 149).

A política cultural de Vargas envolveu a nomeação de intelectuais para postos de destaque e a criação de diversos órgãos capazes de atraí-los para junto do governo. Assim, em 1930, o arquiteto Lúcio Costa foi indicado para a direção da Escola Nacional de Belas Artes. Manuel Bandeira foi convidado, em 1931, para presidir do Salão Nacional de Belas Artes. Em 1932, o escritor José Américo de Almeida assumiu a pasta da Viação e Obras Públicas. Gustavo Capanema foi nomeado, em 1934, ministro da Educação e Saúde Pública, e convidou o poeta Carlos Drummond de Andrade para chefiar seu gabinete. Mário de Andrade iria assumir, em 1935, a direção do Departamento de Cultura da Municipalidade de São Paulo. Foi ele quem indicou, juntamente com Manuel Bandeira, o nome de Rodrigo Melo Franco de Andrade para organizar e dirigir o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, principal

instituição de proteção dos bens culturais do país que seria criada logo após o golpe do Estado Novo.

A atuação dos intelectuais nos anos 30 do século XX no Brasil é ainda hoje objeto de controvérsia dada à peculiar relação destes (nesse período) com o regime que se impôs após a revolução de 30, particularmente o Estado Novo. Nesse momento, os intelectuais aproximaram-se do Estado e mantiveram com ele uma relação tão próxima quanto complexa; uma ideologia de Estado que se consolida tendo como um dos seus pilares a ideia de que o Estado é mais moderno que a sociedade, sua razão e consciência, mediador de conflitos e organizador da vontade nacional.

No Estado Novo a função do artista foi definida como socializadora em nível nacional e unificadora em nível internacional. Nesse contexto, a arte se voltou para fins utilitários, onde se buscou ampliar e divulgar a doutrina política do governo para os diversos grupos da sociedade.

A participação dos intelectuais na vida nacional respaldava-se na crença de que eles eram uma elite capaz de "salvar" o país, pois estavam sintonizados com as novas tendências do mundo e atentos às diversas manifestações da cultura popular. Os artistas e intelectuais tratavam em suas obras das questões sociais que estavam na ordem do dia e participavam do debate político-ideológico entre a direita e a esquerda que mobilizava o mundo. Nos livros publicados por uma indústria editorial em expansão, aprofundava-se a temática da cultura negra, indígena e caipira. Através da literatura proletária e do romance regionalista fazia-se a crítica dos valores da sociedade patriarcal e oligárquica identificados com o tempo passado. Interessava agora retratar a vida do homem comum das cidades e dos sertões.

Numa discussão entre os conceitos de “torre de marfim” e “arena política”, Monica Velloso pontua que no Estado Novo, aos intelectuais não cabia mais o papel de se isolar na chamada “torre de marfim”, e sim deveriam atuar proximalmente ao conjunto da sociedade, e participando diretamente das questões sociais. A autora cita o discurso de Vargas quando eleito para a Academia Brasileira de Letras: “(...) Argumentava que, por ocasião de sua fundação, a Academia se constituiria num remanso, alheio às transformações sociais” (2003, p. 153). Ou seja, o artista deveria cumprir o seu papel diante da sociedade.

Esse papel do intelectual perpassava não só pelo território nacional, mas deveria cumprir também um importante papel no exterior. No caso de Brasil e Portugal, as *Comemorações Centenárias* demonstram, que por mais que os projetos de Vargas e

Salazar fossem próximos, ambos não perderiam a chance de nortear as participações de sua intelectualidade em prol de seus interesses maiores, como veremos a seguir.

3.3 – O Brasil entre o Congresso e a Exposição

Por parte dos portugueses, a aproximação com o Brasil também era fundamental para que Portugal atingisse um lugar de maior destaque no cenário mundial. O objetivo era abandonar o título de país periférico. Para tanto precisaria de um Estado forte e estabilizado economicamente, o que, devido a sua incipiente industrialização só seria possível através da manutenção das colônias africanas. No entanto, a partir da Segunda Guerra Mundial, tornava-se crescente a emergência de uma onda anticolonial. E é aí que devemos procurar entender a importância para o Estado português em se aproximar do Brasil já que, em primeiro lugar, este país apareceria como prova concreta da eficiência lusitana em administrar seus territórios coloniais e, em segundo lugar, buscava-se a aliança do país na defesa do império colonial português. O discurso da afetividade e a semelhança ideológica dos governos brasileiro e português iriam facilitar ainda mais esse processo. De acordo com Gonçalves (1994, p. 86-92), “em virtude de sua condição de grande ex-colônia, situada no Atlântico Sul, com fortes ligações com a África, o apoio brasileiro às teses Salazaristas era considerado absolutamente indispensável”.

Desta maneira, a política cultural portuguesa buscou resgatar através do patrimônio histórico legado por sua colonização todas as manifestações que sublinhavam a identidade comum existente entre esses países. Nesse sentido, ao modelo de colonização português foi atribuída a qualidade de ter sido capaz de integrar diversos elementos à cultura lusitana. Portugal mostraria através do viés cultural sua eficiência histórica de integração e agregação, bem como a importância de seu Estado para a formação de uma comunidade lusa, a princípio que abarcasse o Brasil.

Para concretizar seus objetivos Salazar cria um departamento responsável pela divulgação do potencial do Estado português, o Secretariado de Propaganda Nacional. Internamente, a irradiação de valores nacionais pretendia restaurar a confiança e o orgulho da nação portuguesa. Por um lado, conseguiu estruturar sua base nacionalista e, por outro, ganhou amplo apoio do povo português que entusiasmado com a possibilidade de ver Portugal voltar a ser a grande potência mundial que fora no século XV, via em Salazar a única possibilidade de alcançar tal intento. Externamente, o governo português agregou à sua propaganda interna a teoria luso-tropicalista de Gilberto Freyre, o que segundo Willians da Silva Gonçalves (1994, p. 4-5):

Constitui a raiz da ideia de afetividade, isto é, a identificação da mestiçagem como o traço mais característico da personalidade portuguesa recupera a imagem de uma nação formadora de uma cultura democrática nos trópicos, injetando orgulho e otimismo na nação brasileira, e simultaneamente, legitimando a ação colonizadora de Portugal.

As *Comemorações Centenárias*, direcionadas para o desenvolvimento da chamada *política do espírito*, idealizada por Antônio Ferro e posta em execução pelo Secretariado de Propaganda Nacional (Op. Cit., p. 95-96), buscavam elevar o espírito da gente portuguesa, valorizando-a não apenas como grupo étnico, mas também por sua cultura, pela força de produção, pela capacidade civilizadora e pela unidade independente no concerto das nações. (a *política do espírito* assentava-se sobre três pilares: o uso da cultura como símbolo da nacionalidade e meio de propaganda, de modo a engrandecer a obra de governo de Salazar; a tentativa de conciliar a velha tradição e os valores lusitanos com a modernidade simbolizada pelo advento do Estado Novo; e o estabelecimento de uma cultura nacional e popular com base nas raízes e nos ideais forjados pelo regime salazarista (ROSAS, 1989, p. 194). Como afirmou Cartroga (1998, p. 268-269), o esforço realizado para apresentar Portugal como um país culturalmente rico e próspero não se restringiu à propaganda interna. A concepção das celebrações buscava glorificar o presente à luz de uma deliberada “(...) interpretação diacrônica do destino de Portugal, por meio da (...) exaltação direta do que mais importava recordar: os Descobrimentos, (...) a fundação e a refundação da Nação (...) simbolizadas como momentos matriciais e preparatórios da construção do Império” (CARTROGA, 1998, p. 268-269).

Como defendemos atrás, a produção de uma identidade nacional obedece em grande medida à atuação do poder estatal. É sabido que este ficou dotado de meios de grande eficácia ideológica desde finais do século XIX. A imagem nacional que vemos difundida pelo poder se Estado nesse período insistia na sua qualidade de poder colonial, e era partilhada pelo movimento republicano. Por isso a caracterização de Portugal como Império colonial manteve-se sob a República e consolidou-se como elemento fulcral da representação da identidade nacional portuguesa durante o Estado Novo. Com as adaptações necessárias, como ocorreu nos anos 50, em que, perante a conjuntura da descolonização, se procuraram abolir as conotações de dominação ligadas ao Império. Portugal não possuía colónias, mas províncias ultramarinas.

Para Portugal, as Comemorações representavam um meio de promover a participação de um número crescente de portugueses na celebração do fato nacional, e, por esta via, na reprodução da sua própria identidade. “São uma celebração coletiva, um enunciado de uma história e de uma identidade” (Ibidem., p. 256-280).

O plano geral das festividades apoiava-se em tipos de três registros: em ilustrações suntuosas – organizadas no feitiço de uma exposição monumental, a *Exposição do Mundo Português*; através de imagens em movimento – o *Cortejo do Mundo Português*; expressa sob a forma de texto – o *Congresso do Mundo Português*, no qual deveriam ser estudadas “(...) as origens, atividades, instituições, desenvolvimento e expansão de Portugal e do Império” (DANTAS, 1939, p. 7). O último evento constituía, portanto, um complemento dos dois primeiros e se subdividia em oito jornadas científicas²², entre as quais se incluía o *Congresso Luso-Brasileiro de História*.

A convocação do *Congresso Luso-Brasileiro de História* foi encaminhada ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 19 de setembro de 1938, pelo presidente da Comissão Nacional das *Comemorações Centenárias*, o escritor, diplomata, político e vice-presidente da Academia das Ciências de Lisboa, o dr. Júlio Dantas (1938, IHGB, Lata 569, pasta 34):

A Comissão (...), previu a realização em Lisboa, (...), de um Congresso do Mundo Português, em que se fará a síntese histórica das atividades nacionais desde a Fundação até aos nossos dias, e de um Congresso Luso – Brasileiro de História, no qual serão estudados, (...), os mais importantes problemas que interessam à história de Portugal e do Brasil durante os três séculos que vivemos em comum. (...) Seria extremamente agradável à Comissão conhecer a douta opinião de V. Exa. e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, (...), acerca da oportunidade e vantagens de semelhante Congresso, e, ao mesmo tempo, assegurar-se da preciosa colaboração dessa coletividade, (...), na organização do Congresso Luso – Brasileiro de História, e na elaboração do respectivo programa, (...) Os encargos do Congresso Luso – Brasileiro de História serão exclusivamente suportados pelo Governo Português, que dotou a respectiva Comissão com as verbas necessárias para todas as despesas, incluindo viagens de congressistas, que por nós forem convidados e que serão nossos hóspedes, pagamento de trabalhos aos relatores, etc. (os grifos são meus).

Um documento semelhante foi despachado para Academia Brasileira de Letras na mesma data. Como se pode notar, havia acentuado interesse na inserção dos

²²Além do Congresso Luso-Brasileiro de História, foram programadas as seguintes jornadas acadêmicas: Congresso Pré e Proto-Histórico; II Congresso de Portugal Medieval; Congresso de Ciências da População; Congresso de História da Atividade Científica Portuguesa; Congresso de História das Navegações e Descobrimientos Portugueses; Congresso de História Moderna e Contemporânea e Congresso de História da Monarquia Dualista.

estudiosos brasileiros na reunião científica, pois o convite deixa claro que a Comissão arcaria com custos de viagem e de estadia dos congressistas em Lisboa. Isto nos leva a inferir que o Estado salazarista tencionava intensificar ainda mais sua política de relações culturais com a antiga colônia, tomando como base a existência de um patrimônio comum, em que a história representava um dos principais esteios, ao lado do idioma e da literatura²³.

Iniciou-se uma ativa troca de correspondências entre a Comissão Nacional dos Centenários, a Academia Brasileira de Letras, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e a Academia Portuguesa da História (APH). É bem verdade que os dois últimos órgãos já vinham dialogando há algum tempo. Refundada por Salazar em maio de 1936, os Estatutos da Academia Portuguesa reservavam dez vagas para historiadores brasileiros no quadro titular²⁴. Neste sentido, observamos que a Academia procurou aproximar-se do Instituto, valendo-se da teia de relações pessoais, que envolvia intelectuais dos dois países, desde as primeiras décadas do século XX (GUIMARÃES, 2006, p. 19). Tanto assim que vagas destinadas a brasileiros seriam todas ocupadas por sócios do IHGB²⁵. A propósito das festividades do *Ano Áureo*, os dois redutos intelectuais fizeram uma série de planos de trabalho conjunto - publicações coletivas, visitas recíprocas e missões exploratórias de pesquisa (IHGB, lata 344, pasta 50), cujo objetivo, em última análise, servia para reforçar o convite dirigido por Júlio Dantas.

Sobre o interesse português a respeito da participação de intelectuais brasileiros nesta jornada científica, Lúcia Guimarães (2007, p. 53) pontua que o Estado Salazarista desejava intensificar ainda mais a sua política de relações culturais com o Brasil, “(...) tomando como base a existência de um patrimônio comum, em que a história representava um dos principais esteios, ao lado do idioma e da literatura”.

No Rio de Janeiro, as direções do Instituto Histórico e da Academia Brasileira de Letras também resolveram somar esforços e formar um comitê misto para consolidar

²³ Sobre a noção de relações culturais internacionais, inspiro-mw nas seguintes obras: Louis Dollot, *Les relations culturelles internationales*. Paris: PUF, 1964. Ver, também, Philip Combs, *The fourth dimension of foreign policy: educational and cultural affairs*, apud Edgard Telles Ribeiro, *Diplomacia Cultural: seu papel na política externa brasileira*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1989.

²⁴ A Academia Portuguesa de História foi recriada em 19 de maio de 1936, pelo decreto-lei nº 26611. Sua origem remonta à antiga Academia Real de História Portuguesa, estabelecida em Lisboa, por decreto de D. João V, de 8 de Dezembro de 1720, com a divisa *Restituet omnia*. Ver, Isabel Ferreira da MOTA, *A Academia Real de História. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII*. Coimbra: Edições Minerva, 2003.

²⁵ Idem. Titulares brasileiros em 1937: Conde de Afonso Celso, Max Fleiüss, Afonso d'Escragnele Taunay, Arthur Guimarães de Araújo Jorge, Francisco José de Oliveira Vianna, Gustavo Barroso, Afrânio Peixoto, Manuel Cícero Peregrino da Silva, Pedro Calmon e Rodolfo Garcia. Cf. *Boletim da Academia Portuguesa de História*, Lisboa: APH, 1^o e 2^o anos, 1937-1938.

suas sugestões aos organizadores do *Congresso* (IHGB, lata 569, pasta 34). Sabe-se que o grupo integrado por Basílio de Magalhães, Max Fleiuss, Alfredo Valadão, Afrânio Peixoto, Pedro Calmon, Canabarro Reichardt e Emilio de Sousa Doca formulou um conjunto de temas para estudo e o encaminhou ao setor responsável pelo planejamento da reunião científica, dirigido pelo historiador Carlos Malheiro Dias e o dr. Queiroz Veloso da Academia das Ciências (DANTAS, lata 569, pasta 34).

Em janeiro de 1939, como já foi apontado anteriormente, Júlio Dantas lançou a *Revista dos Centenários*, um mensário destinado a circular por tempo limitado, até dezembro de 1940, de modo a dar publicidade ao projeto das celebrações. Logo no primeiro número, além de uma *Carta Aberta aos Portugueses de 1940*, assinada por Antonio Ferro, apareceria um artigo de Afrânio Peixoto (1939) exortando a presença brasileira naqueles fastos. Meses mais tarde, a publicação divulgou o calendário oficial das festas nacionais, com a relação de todas as atividades e respectivos locais de realização, agrupadas em torno dos grandes três eixos comemorativos: a *Exposição do Mundo Português*, o *Cortejo do Mundo Português* e o *Congresso do Mundo Português*. Não cabe no momento fazer uma descrição detalhada da ciranda de eventos, agendados para se estender entre 5 de maio e 9 de novembro de 1940. Por ora, é importante registrar que a abertura do *Congresso Luso-Brasileiro* foi marcada para 28 de outubro, nas instalações da Academia das Ciências de Lisboa. Fora as sessões de estudo, dentre outras atividades, previa-se uma romaria dos congressistas ao túmulo de Pedro Álvares Cabral em Santarém, assim como uma homenagem a ser prestada à memória do padre Antonio Vieira, na igreja de São Roque (REVISTA DOS CENTENÁRIOS, 1939, v. 3, p. 4:8-17).

A programação acadêmica do *Congresso do Mundo Português* veio a público em julho de 1939. Os conteúdos programáticos, distribuídos pelas oito reuniões científicas em que se desdobrava o grande evento, vinham acompanhados de uma nota introdutória de Júlio Dantas, explicando os objetivos e as abordagens pretendidas. No caso da jornada de história luso-brasileira, fixara-se o recorte temporal para o período compreendido entre 1500 e 1822, com a recomendação de que as comunicações deveriam atentar para os: “(...) problemas que respeitam ao descobrimento, colonização e organização da Nação brasileira (...), período cuja história é patrimônio comum dos dois povos irmãos, procurando tanto quanto possível, dentro de um espírito rigorosamente objetivo, o esclarecimento e a unidade de interpretação de determinados fatos” (Ibidem., p. 6-13).

QUADRO Nº 1
 CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA: PLANO INICIAL DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

| 1ª SEÇÃO DO DESCOBRIMENTO À OCUPAÇÃO DA COSTA | 2ª SEÇÃO O CICLO DO OURO E DOS DIAMANTES |
|--|---|
| 1. Descobrimto. As primeiras notícias e a exploração da costa. Necessidades de defesa | 1. As grandes bandeiras e seus objetivos. A intervenção do estado e dos governos locais na organização das bandeiras. |
| 2. O plano de d. João III: ensaios e desilusões. A lição da experiência: o governo geral. | 2. A descoberta das minas de ouro. Providências régias sobre a exploração mineira; consequências mediatas e imediatas. |
| 3. A cultura da cana e o recurso à mão de obra escrava. | 3. A política externa de Portugal para a defesa da integridade do Brasil. Colônia do Sacramento; tratado de 1750; tratado de Santo Ildefonso. |
| 4. Fatores econômicos da penetração: as “descidas”; a exploração pecuária; a mineração. Primeiras bandeiras. | 4. A expulsão dos jesuítas e a nova política indígena. As companhias pombalinas e a economia brasileira. |
| 5. Os jesuítas e a conversão dos índios. Política indígena do estado e reações dos colonos. | 5. A corte no Rio de Janeiro. Reino Unido de Portugal e Brasil. Separação do Brasil. |
| 6. Saída dos franceses e dos holandeses | 6. Bibliografia |
| 7. Bibliografia | |

Fonte: Quadro elaborado com Informações publicadas na *Revista dos Centenários*. Lisboa, 6: 19, julho de 1939.

A estrutura do encontro compreendia duas seções de trabalho, que se complementavam numa sequencia cronológica. As ementas apresentadas para exame, bastante simplificadas por sinal, contemplavam a história da América portuguesa, enfatizando aspectos da ocupação e defesa do território, da atuação dos jesuítas e da economia colonial. Junto à relação de temas foram anexadas indicações para inscrição de congressistas e regras para o envio e a posterior publicação das comunicações. Os textos deveriam ser encaminhados até 31 de dezembro de 1939. Além dessas providências acadêmicas, a *Comissão Nacional dos Centenários* expediu ofícios ao

reitor da Universidade do Distrito Federal, e aos presidentes do IHGB e da ABL, respectivamente, Afrânio Peixoto, José Carlos de Macedo Soares e Antonio Austregésilo Rodrigues Lima²⁶, convocando-os para presidir os trabalhos acadêmicos (IHGB, lata 569, pasta 34).

Além dos conteúdos programáticos de cada *congresso*, a programação trazia ainda as regras para as inscrições dos congressistas e as normas para o envio das comunicações. No caso dos participantes do *Congresso Luso-Brasileiro* o prazo máximo para a entrega de seus estudos seria 31 de dezembro de 1939²⁷.

Os três dirigentes, que sempre atendiam aos apelos de Júlio Dantas, curiosamente, não lhe responderam. Cerca de seis meses mais tarde, em tom magoado, Dantas registrou a desatenção, embora continuasse a reiterar aqueles convites. Porém, desta feita, dirigiu-se ao representante brasileiro em Lisboa, o embaixador Araújo Jorge, a quem solicitava “a extrema fineza de se dignar obter a aquiescência daquelas três altas individualidades” (IHGB, lata 664, documento 9884). Tão inusitado quanto o silêncio dos letrados parecia o pedido de intermediação endereçado ao embaixador, pois o presidente da Comissão dos Centenários sempre se entendera diretamente com as instituições brasileiras. A par disso, o tema das *Comemorações* aparentava ter saído da pauta do Instituto Histórico. O assunto deixou de frequentar as sessões ordinárias e a correspondência com Lisboa cessou. A euforia inicial converteu-se em marasmo...

Ainda de acordo com Guimarães (2007), as altas esferas do poder também davam sinais de mudança. No Rio de Janeiro, naquela mesma ocasião, Getúlio Vargas assinara o Decreto-Lei nº 1410 (BRASIL, 1939), concedendo a abertura de crédito especial ao Ministério das Relações Exteriores no valor de três mil contos de réis, para atender a todas as despesas relacionadas com a representação brasileira nas *Comemorações Centenárias*. Donde se pode concluir que, no âmbito do *Congresso Luso-Brasileiro*, dispensava-se o pagamento dos custos de viagem e estadia dos participantes, oferecido pelos organizadores na primeira correspondência enviada ao IHGB e à ABL.

Logo em seguida, Vargas instituiu a Comissão Brasileira dos Centenários Portugueses e instalou-a no Palácio do Catete, sob as suas vistas e debaixo das ordens

²⁶ Substituído em 1940 por Celso Vieira.

²⁷ De acordo com uma circular de Júlio Dantas enviado ao IHGB em janeiro de 1940 ao Embaixador José Calos de Macedo Soares esse praz foi prorrogado para 30 de abril de 1940.

do general Francisco José Pinto, chefe da Casa Militar da Presidência da República²⁸. Meses mais tarde, em 5 setembro, baixou o Decreto-Lei nº 1565 (BRASIL, 1939), que regulamentava a nomeação de delegados do Brasil a congressos, conferências e reuniões internacionais e dava outras providências (BRASIL, 1939). O dispositivo fixava que as convocações dos governos estrangeiros para eventos dessa natureza só poderiam ser endereçadas ao ministério das Relações Exteriores; tornava também obrigatório encaminhar à chancelaria os convites pessoais recebidos por autoridades, funcionários e outros interessados, para emitir parecer a respeito, cabendo às designações ao presidente da República, mesmo que a viagem não acarretasse ônus para o Tesouro Nacional.

Lúcia Guimarães afirmou que estas medidas:

(...) cerceavam a autonomia das corporações acadêmicas. Melhor dizendo, afastavam-nas do centro decisório, transformando-as em meras coadjuvantes do Itamaraty e da Comissão Brasileira dos Centenários Portugueses, que daí em diante passaria a incumbir-se, oficialmente, de todos os assuntos que se referissem a conjunto das efemérides portuguesas. (GUIMARÃES, 2007, p. 58).

É latente que os atos baixados buscavam dar unidade à representação brasileira. Mas, ao mesmo tempo, deixava claro que atividades culturais ou científicas só poderiam ocorrer debaixo da tutela da ordem política (CAPELATTO, 1998, p. 100-103). Em última análise, as medidas cerceavam a autonomia das corporações acadêmicas. Melhor dizendo, afastavam-nas do centro decisório, transformando-as em meras coadjuvantes da dita Comissão e do Itamaraty, que, daí em diante, passaria a incumbir-se, oficialmente, de todas as atividades concernentes às festas portuguesas.

No caso específico do *Congresso*, as deliberações indicavam a intenção do governo brasileiro de opinar na organização do evento. A ingerência, em princípio, afetava a escolha dos congressistas, incluindo até os que deveriam cumprir funções de destaque. Explica-se, assim, o silêncio dos três eruditos convocados para presidirem a jornada científica, bem como o apelo dirigido por Julio Dantas ao embaixador Araújo Jorge. De mais a mais, vale a pena salientar, entre os dois lados do Atlântico existiam algumas redes de sociabilidades bem consolidadas, envolvendo homens de letras e

²⁸ A Comissão era formada pelos seguintes membros: Gustavo Barroso (Representação Histórica); Oswaldo Orico (Representação Cultural); Ernesto Jorge Street (Representação dos Stands – Comércio, Indústria e Serviços); Armando Navarro da Costa (Representação Artística); Geysa Boscoli (Representação do departamento Nacional do Cinema); e João Maria de Almeida (Secretário e Tesoureiro).

artistas. Júlio Dantas e Afrânio Peixoto, por exemplo, integravam uma dessas redes. Haviam compartilhado diversas experiências editoriais e projetos como o que foi defendido pela revista *Atlântida* (1915-1921), voltado para o estabelecimento de uma comunidade luso-brasileira. Não por acaso, o ensaísta, membro da Academia Brasileira de Letras e do IHGB, figurou como colaborador no primeiro número da *Revista dos Centenários*, conforme já se disse. Sabe-se, por outro lado, que Afrânio andava em litígio com Vargas, a quem costumava criticar por onde passava. Assim, o respeitoso pedido de intermediação não passava de uma estratégia de Dantas para dobrar a vigilância do Itamaraty e, quem sabe, assegurar a presença do amigo em Lisboa.

Embora não fosse o foco principal da Comissão Brasileira dos Centenários Portugueses, a preparação do *Congresso Luso-Brasileiro de História* gerou intensas discussões entre o Itamaraty e o Paço das Necessidades, tais como a escolha dos delegados que iriam a Lisboa e a data de início do *Congresso*. De acordo com Lúcia Guimarães (2009, p. 76) “(...) é bem provável que houvesse surgido outras indicações para a pauta de estudos, pois o presidente da Comissão fez questão de frisar, mais uma vez, que a contribuição brasileira deveria se ater à História do período colonial”.

Essas pistas fazem mudar o foco da pesquisa, deslocando-a dos redutos acadêmicos para a esfera de atuação das chancelarias. Foram compulsados todos os documentos a respeito das *Comemorações Centenárias* nos acervos do Arquivo Histórico do Itamaraty, e através do laboratório Redes de Poder, coordenado pela professora Lúcia Guimarães, pudemos ter acesso à documentação do Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Estrangeiros de Portugal (1939-1940, maços 955, 956,957). Neste último, encontramos um documento precioso cuja leitura é fundamental para compreender as motivações que levaram Vargas a expedir aquelas medidas restritivas. Trata-se das respostas do presidente da Comissão Nacional dos Centenários, datada de 21 de março de 1939, a um ofício encaminhado pelo Secretário Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros (1939, maço 955, número 392):

(...) O Congresso Luso-Brasileiro de História, cuja inauguração (...) está prevista para 12 de outubro, data que pode mudar-se, mas que foi afixada de acordo com o sr. Afrânio Peixoto, presidente da Comissão nomeada pela Academia Brasileira para se ocupar da sua colaboração neste Congresso (...). Esclarece-se que os congressos previstos são organizados, no que respeita a Portugal, não pelos Ministérios dos Negócios Estrangeiros ou da Educação Nacional, mas por uma Comissão Executiva nomeada pelo governo pelo decreto-lei nº 29.087(...), que já se pôs em contato com a Academia Brasileira de

Letras e o Instituto Histórico, e que procurará a colaboração de todas as corporações e individualidades brasileiras especializadas no estudo de história para a elaboração do respectivo programa. É óbvio que o governo brasileiro poderá exercer, quando entenda e como entenda, a sua ação orientadora (...). Permito-me, entretanto, sugerir a nomeação pelo Governo Federal de uma comissão oficial de historiadores e eruditos brasileiros que, sem prejuízo das Academias e outras coletividades representativas do Brasil mental, assegure a unidade da colaboração brasileira no Congresso que mais a interessa, que é a da história, na parte em que essa história constitui patrimônio comum das duas nações de língua portuguesa (...) (os grifos são meus).

O documento não esconde a contrariedade do presidente da Comissão dos Centenários, diante das tentativas das autoridades brasileiras de intercederem na montagem do *Congresso*. Por sinal, essa disposição externou-se mais cedo do que supúnhamos, confirmando a premissa desenvolvida por Maria Helena Capelatto de que para o varguismo, a cultura é entendida como fator de unidade nacional e harmonia social, cabendo ao Estado intervir na cultura, já que esta é entendida como suporte da política.

Fica patente que os altos escalões do Rio de Janeiro já vinham atuando junto aos pares de Lisboa, para promover mudanças na programação do evento. A começar pela alteração da data de abertura, proposta por Afrânio Peixoto. É provável, também, que houvessem surgido outras indicações para a pauta de estudos, pois o presidente da Comissão fez questão de frisar, mais uma vez, que a contribuição brasileira deveria ater-se à história do período colonial. De qualquer forma, percebe-se a resistência de Julio Dantas a tais investidas. Cioso da autonomia que lhe fora concedida por Salazar, ele insistia no propósito de contar com a colaboração das instituições acadêmicas e, por tabela, podemos acrescentar, do seu círculo de amigos do lado de cá do Atlântico. Isto me leva a deduzir que os decretos assinados por Vargas em julho e setembro de 1939 tinham endereço certo, ou seja, neutralizar as possíveis relutâncias de Dantas e tomar as rédeas da situação. Num ponto ele parecia já haver cedido. Na agenda oficial, divulgada em julho, a data de início do *Congresso* aparecia trocada para 28 de outubro.

A queda de braço do autor da *Ceia dos Cardeais* (Julio Dantas) com o governo do Rio de Janeiro, por certo, encerrou outros lances, que permanecem envoltos nas sombras das chancelarias. Na correspondência do embaixador Martinho Nobre de Mello lê-se que José Lins do Rego também teve seu nome cortado da lista de convidados de

Júlio Dantas²⁹. Mas, até onde conseguimos apurar, a resistência de Dantas esbarrava em altos interesses diplomáticos. O Paço das Necessidades não parecia disposto a confrontar o Itamaraty por causa da seleção de congressistas ou de querelas acadêmicas. Ainda mais quando se sabe dos esforços empreendidos por Salazar, no sentido de obter apoio financeiro dos imigrantes aqui estabelecidos, para levar a cabo o ambicioso programa das festas. Além de angariar donativos, a demanda exigia intensas negociações, conforme se lê na nota dirigida a Salazar, pelo embaixador Martinho Nobre de Melo: “(...) Em verdade, estando vedada, por lei, a abertura de subscrições públicas, mormente em benefício de entidades estrangeiras, salvo autorização expressa das autoridades competentes, foi preciso intervir junto ao ministério da Justiça a fim de ser permitida a subscrição da colônia portuguesa”³⁰.

Em julho de 1939, em um ofício do Embaixador do Brasil em Lisboa, A. G. de Araújo Jorge, Dantas comunicou ao governo brasileiro a sua intenção de convidar para presidir o *Congresso* e as duas seções em que se dividia três eminentes figuras do cenário intelectual brasileiro: o reitor da Universidade do Rio de Janeiro, o presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o presidente da Academia Brasileira de Letras, respectivamente, Afrânio Peixoto, José Carlos de Macedo Soares e Celso Vieira, nomes que integravam a rede de sociabilidades de Júlio Dantas. Tal era o apreço de Dantas por seus colegas do lado de cá do Atlântico que ele fez questão de reiterar que esses seriam hóspedes de honra durante o período em que se realizassem os trabalhos do *Congresso Luso-Brasileiro de História*.

Interessante perceber que dessa vez Dantas se dirigia a Embaixada do Brasil em Lisboa e não às instituições brasileiras, com as quais sempre se entendera diretamente. Outras mensagens se sucederiam. Sem lograr êxito, Dantas enviou um novo ofício ao Embaixador reiterando e reforçando a sua solicitação: “Venho solicitar a sua prestigiosa intervenção em assunto que respeito ao Congresso Luso-Brasileiro de História, cujo ato inaugural e programa oficial das comemorações centenárias prevê para 28 de outubro de 1940”. (ITAMARATY, 1939, maço 955, número 392).

Contudo, para desapontamento de Júlio Dantas, não houve nenhuma resposta oficial ao seu pleito, seja do governo, seja dos três eruditos convocados para presidir as

²⁹ Martinho Nobre de Mello. Telegrama dirigido por (...) ao presidente do Conselho Antonio de Oliveira Salazar, datado do Rio de Janeiro, 27/04/1940. Arquivo Histórico Diplomático MNE. *Centenários*. Processo 52, 114, 1940.

³⁰ _____. Ofício dirigido por (...) ao presidente do Conselho Antonio de Oliveira Salazar, datado do Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 1939. Arquivo Histórico Diplomático MNE. Maço 955, nº 394, ano de 1939.

seções do *Congresso Luso-Brasileiro de História*. Passado quase um ano do primeiro convite e sem entender o que estava acontecendo, já que os três convocados sempre se mostraram corteses e sensíveis aos seus apelos. Dantas reportou-se, novamente, ao Embaixador A. G. e Araújo Jorge, ao qual solicitou a extrema fineza de se dignar obter a aquiescência daquelas três altas individualidades (ITAMARATY, lata 664, maço 9884).

Ultrapassada esta etapa, o embaixador enfrentaria outros obstáculos legais, doravante na alçada do ministério da Fazenda. A exportação do dinheiro arrecadado com as subscrições só se efetuaría mediante uma permissão extraordinária do titular daquela pasta, obviamente chancelada por Getúlio Vargas. A autorização era vital para os planos de Lisboa. Estimava-se que as doações da colônia alcançassem uma soma suficiente para a compra e o restauro do Palácio dos Condes de Almada, a ser doado ao Estado, com o nome de Palácio da Independência, destinado à sede da “Mocidade Portuguesa”, devendo abrigar também o Museu da Restauração e a Sociedade Histórica da Independência de Portugal³¹. Por detrás dos reposteiros, entre uma frase e outra de cortesia do chanceler Oswaldo Aranha, as transações se efetivavam, de modo a satisfazer os interesses dos dois países³².

Apesar das sucessivas incursões para assumir o controle da parte brasileira na organização do *Congresso*, há evidências de que governo do Rio de Janeiro deu prioridade à participação na *Exposição do Mundo Português*. Aliás, para fins de política internacional, sem entrar no mérito das questões concernentes a Segunda Grande Guerra que já estava em curso, a *Exposição* servia de vitrine para o Brasil na Europa. E Vargas aproveitou a oportunidade. Empenhou-se para projetar uma imagem positiva não apenas de si, “o fundador do Estado Novo no Brasil”³³, mas também da nação que administrava: jovem, moderna e civilizada, possuidora de amplos potenciais de riqueza³⁴. Perfil que, sem dúvida, correspondia às expectativas de Salazar e

³¹ Para efetivar a transação e preparar o imóvel para ser inaugurado nos Centenários, o governo português adiantou a importância de 5.000 contos, que esperava reaver por meio das subscrições abertas junto à colônia no Brasil. Ver, *Revista dos Centenários*. Lisboa, 6: 25, junho de 1939.

³² Por conta das comemorações, outro pleito de Lisboa seria atendido: o Conselho de Imigração e Colonização aprovou um texto pelo qual se consideravam os portugueses excluídos de qualquer restrição numérica, quanto à sua entrada no Brasil. A notícia foi recebida com grande entusiasmo nas margens do Tejo. Cf. *Revista dos Centenários*. Lisboa,

³³ O aposto aparece seguido ao nome de Getúlio Vargas, acima de uma imagem do busto presidente, em alto relevo, na fachada principal do Pavilhão Brasileiro, na Exposição Histórica do Mundo Português.

³⁴ Entre outros registros no *Diário* de Vargas, lê-se que em dia 31 de janeiro de 1940 recebeu para despacho e instruções especiais o Dr. Gustavo Barroso, um dos delegados brasileiros ao evento. Cf.

representava uma espécie de *prova póstuma* das virtudes colonizadoras de Portugal³⁵. No fundo, para os dois governantes, a *Exposição* se afigurava bem mais conveniente aos seus propósitos do que uma reunião de historiadores.

3.4. O Papel do intelectual no Estado Novo Brasileiro

Para o chefe do Estado brasileiro as atividades culturais não poderiam ocorrer longe dos olhos do Itamaraty, mesmo que se dessem no âmbito da diplomacia cultural. Para Ribeiro (2011, p. 33):

Antes de tentar identificar possíveis vinculações entre cultura e política externa, conviria estabelecer uma distinção entre relação cultural, internacional e diplomacia cultural, relembrando que lidamos aqui com conceitos essencialmente fronteiriços. Considera-se que as relações culturais internacionais têm por objetivo desenvolver, ao longo do tempo, maior compreensão e aproximação entre os povos e instituições em proveito mútuo. A diplomacia cultural, por sua vez, seria a utilização específica da relação cultural para a consecução de objetivos nacionais de natureza não somente cultural, mas também política, comercial ou econômica.

Na acepção de Miceli (2001, p. 128), foi:

(...) um capítulo da história intelectual e institucional da geração modernista, um passo decisivo da intervenção governamental no âmbito da cultura e o lance acertado de um regime autoritário empenhado em construir uma “identidade nacional” iluminista no trópico dependente”.

Neste sentido, cabe questionar por que razão Vargas não acolheu a sugestão de Júlio Dantas, uma vez que Afrânio Peixoto, Macedo Soares e Celso Vieira eram vultos perfeitamente qualificados para representar o Brasil naquelas solenidades. Tudo leva a crer que o chefe de Estado reprovou o fato de Dantas tê-los convidado sem prévia consulta às autoridades brasileiras.

Como já foi dito anteriormente, o papel do intelectual no projeto de cultura histórica do Estado Novo brasileiro era crucial para o projeto de governo. Cabia escolher quem deveria representar a nação brasileira internacionalmente, pois Vargas e seus pares não estavam dispostos a verem críticas ao seu governo ultrapassarem as

Getúlio Vargas, *Diário*. Apresentação de Celina Vargas do Amaral Peixoto; edição de Leda Soares. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas 2000, p. 241.

³⁵ A expressão é de Fernando Catroga. Cf. _____. “Ritualizações da história”. Op. Cit., p. 268-269.

fronteiras brasileiras. É notório o caso de Afrânio Peixoto, que como exposto no presente trabalho fazia críticas à figura do presidente e seu governo, e por conta disso foi impedido de participar do *Congresso Luso Brasileiro de História*. Como bem apontou Martinho Nobre de Mello, embaixador de Portugal no Brasil em um telegrama confidencial dirigido a Salazar, que se encontra no Arquivo Histórico Diplomático MNE (Processo 52, 114, 1940. 3º piso. A1, maço 956):

(...) tenho o dever de informar o seguinte: conversando acerca das personalidades brasileiras que irão participar das nossas comemorações, o ministro Osvaldo Aranha (...) informou-me intencionalmente que o presidente Vargas sabe de fonte segura que o professor Afrânio Peixoto sempre adotou em Portugal atitude profundamente hostil ao governo de sua pátria, como propalou graves falsidades ofensivas à honra pessoal daquele presidente (...).

Como se não bastasse, Afrânio Peixoto, em um artigo divulgado em um jornal de Lisboa, preconizava a volta do Brasil à condição de colônia de Portugal, pois segundo ele “a moda das independências passou” (ABL, Fundo Afrânio Peixoto, lata 4). Percebe-se, portanto, que não se tratava de uma simples implicância pessoal de Getúlio. Em 1937, por exemplo, chegava ao Ministério das Relações Exteriores o seguinte comunicado de A. G. de Araújo Jorge: “Tenho a honra de passar as mãos de Vossa Excelência, nos inclusos recortes do Diário de Lisboa, vespertino de grande circulação nesta capital, a entrevista concedida pelo professor Afrânio Peixoto, contendo uma série de declarações que causaram a mais penosa impressão nos círculos brasileiros deste país” (ITAMARATY, M.D.B. 25/04/2011). Mais tarde em 28 de outubro de 1940, o periódico *O Radical*, do Rio de Janeiro, publicaria um artigo com o título *Como é isso Dr. Afrânio?*, manifestando a indignação pelo fato de Afrânio Peixoto, em sua obra *História do Brasil*, editada no Porto, ter posto abaixo do seu nome a seguinte qualificação, “da Academia Portuguesa da História” ao invés de membro “da Academia Brasileira de Letras”, o que certamente punha em dúvida o seu patriotismo (ABL, Fundo Afrânio Peixoto, Pasta 4).

Abaixo temos a figura de Afrânio Peixoto no ato da entrevista ao periódico *Diário de Lisboa* em 5 de março de 1937.



Bem antes do Estado Novo, o discurso histórico luso-brasileiro de Afrânio Peixoto provocava polêmica. Em publicações anteriores, Afrânio já demonstrara desarmonia em relação ao ufanismo republicano praticado por outros autores contemporâneos. É o caso, por exemplo, do manual de educação cívica *Minha terra minha gente*, livro destinado às classes primárias. No momento da publicação (1919), Peixoto transitava por diversos pontos da rede de sociabilidade formada pelas instâncias política, intelectual e educacional que se entrecruzavam em torno da produção e difusão do livro na primeira república. Além de membro da ABL e do IHGB, exerceu importantes funções políticas junto ao poder público: Diretor de Instrução Pública do Distrito Federal em 1916, deputado federal pela Bahia em 1924, reeleito em 1930 e reitor da Universidade do Distrito Federal.

Por fim, é correto afirmar que Vargas pretendia dar unidade à participação brasileira, preferindo nomes afinados com o seu governo, tal quais os integrantes da *Embaixada Especial*. Com efeito, tal era a importância de se manter a coesão ideológica e historiográfica que o escritor José Lins Rego, outro erudito convidado por Dantas para participar das efemérides, também sofreria a censura de Vargas. Esse era considerado pelo governo brasileiro como um romancista de esquerda e, segundo sugestão de Osvaldo Aranha, deveria ser substituído por intelectuais católicos da nova geração (ITAMARATY, Processo 52, Maço 956). Podemos dizer que a realização do *Congresso* foi possível graças, em grande parte, ao empenho de uma ampla rede de sociabilidade formada por intelectuais brasileiros e portugueses, mas as chancelarias tomaram a frente nos preparativos.

É interessante perceber que há o desvio de foco dos preparativos do *Congresso* para a *Exposição*, à medida que na documentação levantada observa-se que a *mostra* mereceu tratamento diferenciado do *Congresso*, sobretudo nos papéis da Comissão presidida pelo general Francisco José Pinto. O esforço despendido com a montagem da *Exposição*, dividida entre dois espaços – o primeiro relativo ao período colonial e o segundo ao país independente - demandou a nomeação de um delegado permanente, Augusto de Lima Júnior, com residência fixa em Lisboa por mais de um ano. Acrescente-se a isso as questões inerentes ao transporte do material e demais providências, num contexto internacional tão adverso, marcado pelo avanço das tropas alemãs na Europa³⁶. O álbum *Pavilhão do Brasil na Exposição do Mundo Português*, preparado por Gustavo Barroso, oferece uma visão panorâmica da grandiosidade das edificações erguida para a ocasião, da sua decoração luxuosa e do farto material ali apresentado. Na parte interior, além de inúmeras imagens de Getúlio Vargas, a primeira delas logo na entrada do pavilhão, apresentado como o “fundador do Estado Novo no Brasil”, podiam ser vistas as fotografias dos stands com produtos, serviços e estatísticas; da sala de leitura e respectiva biblioteca; do diorama da cidade do Rio de Janeiro; do espaço destinado à projeção de documentários e filmes educativos; das galerias com quadros e obras de arte. Na parte externa, entre outras fotos da fachada do prédio principal, há o registro de uma esplanada, coberta por toldos e com mesinhas à moda dos cafés europeus, preparada pelo Departamento Nacional do Café e destinada à degustação da bebida, local que se tornou ponto de reunião dos visitantes³⁷.

Para a inauguração dessa exibição monumental e representar o presidente Getúlio Vargas nas solenidades de abertura das *Comemorações Centenárias*, partiu do Rio de Janeiro, em 9 de maio de 1940, uma *Embaixada Especial*, encabeçada pelo general Francisco José Pinto na qualidade de plenipotenciário, composta de militares, diplomatas, burocratas, além do comandante Augusto do Amaral Peixoto Jr e da senhora Alzira Vargas do Amaral Peixoto, respectivamente genro e da filha de Getúlio Vargas, que já estavam na Europa e se integraram ao grupo³⁸. Recebida com pompa e

³⁶ No Relatório da Embaixada Especial lê-se que a viagem de regresso, iniciada em 21 de julho de 1940, no vapor português “Angola”, transcorreu (...) calma, mas pouco confortável, por vir o navio com excesso de passageiros, muitos dos quais refugiados de guerra. Ver, *Relatório da Embaixada Especial do Brasil às Comemorações dos Centenários de Portugal*. Op. cit. p. 29.

³⁷ Ver, Comissão Brasileira dos Centenários de Portugal. *Pavilhão do Brasil na Exposição Histórica do Mundo Português*. Lisboa: Neogravura, Ltda, fevereiro de 1941.

³⁸ Os demais membros da embaixada eram: os diplomatas Edmundo da Luz Pinto, Caio de Melo Franco e o escritor Olegário Mariano; os militares Tristão de Alencar Araripe, Francisco Afonso de Carvalho, Rodolfo Fróes da Fonseca e Augusto do Amaral Peixoto Júnior (genro de Vargas); além dos secretários J.

circunstância, por Antonio de Oliveira Salazar, presidente do Conselho de Ministros, e pelo chefe de Estado, o marechal Oscar Carmona, a Embaixada permaneceu em Portugal cerca de dois meses. Abaixo a imagem da chegada a Lisboa da Embaixada do Brasil às *Comemorações Centenárias* (REVISTA DOS CENTENÁRIOS, 1939, v. 2, p. 38).



Diante de tão formidável mobilização, torna-se ainda mais notório que as atenções com o *Congresso Luso Brasileiro de História* ficaram relegadas a um plano secundário. Tanto assim, que somente em 03 de outubro de 1940, portanto às vésperas do evento, ocorreu ao presidente da Comissão Brasileira de solicitar urgência ao Ministério das Relações Exteriores para formalizar a representação à jornada científica, nos moldes do decreto-lei nº 1565. No documento, apresentava a relação dos delegados e justificava a urgência, pois deveriam embarcar para Portugal ainda naquele mês, de modo a chegarem a tempo para o início dos trabalhos, naquela altura, já adiados para 11 de novembro de 1940.

É óbvio que as indicações passaram pelo crivo das autoridades competentes. Afrânio Peixoto, sintomaticamente, não figura na relação dirigida à chancelaria. Das personalidades convidadas por Júlio Dantas permaneceram os presidentes do IHGB e da ABL (respectivamente, José Carlos de Macedo Soares e Celso Vieira). Completavam a lista Pedro Calmon (diretor da Faculdade de Direito, sócio do IHGB e da Academia

E. de Sousa Freitas, José Júlio Galliez, do assistente militar Euclides Feury e do adido Hugo de Macedo. A esses nomes agregaram-se os de Oswaldo Orico, Gustavo Barroso, Guy de Holanda e outros funcionários do então Ministério da Educação e Saúde, do Departamento Nacional de Imprensa e Propaganda e do Departamento Nacional do Café. *Relatório da Embaixada Especial do Brasil às Comemorações dos Centenários de Portugal*. Arquivo Histórico do Itamaraty. Rio de Janeiro. Maço 641.7 (88).

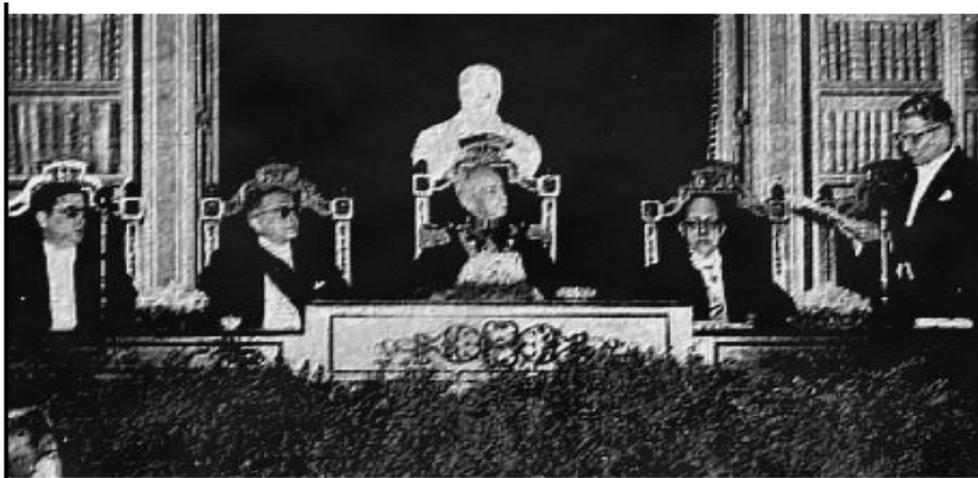
Portuguesa da História); Emilio Souza Docca (militar e sócio do IHGB); Didio Iratim Afonso da Costa (militar e diretor do Arquivo da Marinha e historiador militar); Gustavo Barroso (diretor do Museu Histórico, membro do ABL e do IHGB); Osvaldo Orico (diretor da Divisão de Educação Extra-Escolar do Ministério da Educação e Saúde e membro da ABL) e Eugênio de Castro (militar, sócio do IHGB e autor de trabalhos sobre história da navegação). O documento esclarecia, ainda, que os três últimos delegados já se estariam em Lisboa, por força da Exposição. O rol não incluía o professor Guy de Holanda, que lá também se encontrava, assessorando Gustavo Barroso. A designação oficial, todavia, só seria expedida em 23 de outubro, às vésperas do *Congresso*, inviabilizando a viagem do grupo. O Itamaraty ainda tentou corrigir o imbróglio, acenando com uma possível presença de Oswaldo Aranha na solenidade de abertura³⁹, o que levou a chancelaria de Lisboa a provocar mais um adiamento. Porém, o ministro não saiu do Rio de Janeiro, nem os delegados nomeados.

O *Congresso Luso-Brasileiro de História* foi inaugurado, afinal, em 19 de novembro de 1940. A representação brasileira, segundo a desculpa oficial apresentada por Júlio Dantas, não pode chegar a tempo de tomar parte no *claustró dos historiadores*, por causa da anormalidade da situação internacional. O número de estudiosos, portanto, ficou muito aquém do esperado, para desgosto de Dantas, que naquela cerimônia, de modo muito sutil, registrou a pouca atenção do Itamaraty para com o evento, reportando-se à data da designação dos representantes. Aproveitou o momento solene para dar o troco lendo uma mensagem de Afrânio Peixoto: “Não posso ir a Portugal; não posso estar no Santuário; mas, meu amigo, - até logo”⁴⁰.

Abaixo temos a imagem de Gal Carmona presidindo a inauguração do *Congresso Luso-Brasileiro de História* na Academia das Ciências de Lisboa.

³⁹ Cf. Martinho Nobre de Mello. Telegrama dirigido por (...) ao presidente do Conselho Antonio de Oliveira Salazar, datado do Rio de Janeiro, 03/10/1940. Arquivo Histórico- Diplomático MNE. *Centenários*. Processo 52, 114, 1940.

⁴⁰ Ver, Júlio Dantas. “Discurso de Abertura do Congresso Luso-Brasileiro de História”. *Revista dos Centenários*. Lisboa, 12: 27 e 28, novembro de 1940.



Como nenhum dos três nomes indicados por Dantas para presidir as atividades do *Congresso* conseguiu embarcar para Portugal, ficou decidido que a presidência geral seria confiada ao Comandante Eugênio de Castro, cabendo à direção da primeira e da segunda Seção, respectivamente, ao professor José Maria de Queiroz Veloso e ao Pe. Serafim Leite, escolhidos de improviso.

O Comandante Eugênio de Castro pertencia aos quadros do IHGB, da Academia das Ciências de Lisboa, do Instituto Nacional do Livro e da Sociedade Capistrano de Abreu. Colaborava no *Jornal do Comércio* e foi autor de vários trabalhos sobre a história da navegação, como *Cruzeiros*, *Terra à Vista* e o seu famoso *Diário de Navegação de Pero Lopez de Souza*, cuja reedição estava programada para acontecer durante os festejos Centenários.

O perfil do Comandante harmonizava-se perfeitamente com os nomes que compuseram a *Embaixada Especial do Brasil às Comemorações Centenárias*, que, como visto, era constituída por militares letrados de confiança do presidente Vargas. Deste ponto de vista, Eugenio de Castro se mostrava mais do que habilitado para presidir o *Congresso* Luso-Brasileiro de História. Além disso, ele não desapontaria seus anfitriões.

Além das notícias publicadas nos jornais lisboetas, pouco se sabe dos trabalhos do *Congresso*⁴¹. No Relatório da Comissão Brasileira não consta uma única linha a respeito. Outro que também não oferece nenhuma pista é o escritor Osvaldo Orico. Ele publicou o livro *À sombra dos Jerônimos*, um diário do período que passou em Portugal, por conta das *Comemorações Centenárias*. Sobre o *Congresso*, menciona,

⁴¹ Ver, Osvaldo Orico. *À sombra dos Jerônimos*. Diário de uma viagem ao Portugal de oito séculos. Lisboa: Imprensa Portugal-Brasil, 1940, p. 180.

apenas, que a “memorável sessão de abertura (...), reduz o oceano a uma linha que mal pode servir de divisa”⁴².

De qualquer forma, se confiarmos no testemunho da imprensa, é bem provável que a configuração do encontro científico tenha sido alterada, de modo a acomodar o vazio provocado pela falta dos historiadores brasileiros. As notas publicadas reportam que todas as comunicações enviadas no prazo estipulado pelos organizadores foram lidas e discutidas⁴³. Mas, revendo o material editado nos anais, percebe-se que o debate ficou mesmo em casa, por assim dizer. Isto não minimiza a participação efetiva de grandes nomes da intelectualidade portuguesa da época, a exemplo do padre Serafim Leite, do almirante Gago Coutinho, de Laranjo Coelho, além das conhecidas arquivistas Luísa da Fonseca e Rosa Capeans. O certo é que o Congresso foi esvaziado da participação brasileira, que a exceção de Gustavo Barroso e de Guy de Holanda, nenhum dos demais autores brasileiros esteve presente ao encontro.

Congresso Luso-Brasileiro de História: Comunicações publicadas nos Anais

1ª Seção

| TÍTULO DA COMUNICAÇÃO | AUTOR | NAC. |
|---|------------------------------|------|
| O descobrimento do Brasil pelos portugueses antes de 1500 | Jordão de Freitas | Pt |
| Da intenção e da casualidade no descobrimento do Brasil | Carlos Coimbra | Pt |
| O roteiro de Vasco da Gama não prova a “casualidade” no descobrimento do Brasil | Gago Coutinho | Pt |
| A primeira notícia etnográfica da Terra de Santa Cruz | Luís Chaves | Pt |
| Américo Vespúcio e o nome América | A. L. Pereira de Ferraz | ? |
| O descobrimento do Brasil pelos portugueses, as suas primeiras notícias (...). | Mário Simões dos Reis | Pt |
| O descobrimento do Brasil. As primeiras notícias e a exploração | Saladino de Gusmão | Br |
| Primeiro núcleo fundado pelos portugueses no Brasil. Origem do Rio de Janeiro | Armando de Magalhães Correia | Br |
| O mais antigo marco colonial do Brasil | Luís da Câmara | Br |

⁴² Ver entre outros, *A Voz*. Lisboa, 20 de novembro de 1940, p. 1. *O Século*. Lisboa, 21 de novembro de 1940, p. 2. *Diário de Notícias*. Lisboa, 22 de novembro de 1922, p. 3. *A Voz*, Lisboa, 22 de novembro de 1940, p.3. *Diário de Notícias*. Lisboa, 26 de novembro de 1940, p. 2.

⁴³ *Congresso do Mundo Português – Memórias e comunicações apresentadas ao Congresso Luso-Brasileiro de História*. Lisboa: [s.n.], 1940, v. IX, X e XI.

| | | |
|---|------------------------------|----|
| | Cascudo | |
| A condição jurídica das capitanias | Luís de Oliveira Guimarães | Pt |
| O plano de d. João III: ensaios e desilusões | Afonso Bandeira de Mello | Br |
| O Brasil durante os sessenta anos da administração filipina | Queiroz Veloso | Pt |
| A defesa do Brasil de 1603 a 1661 | Durval Pires de Lima | Pt |
| Ravardière no Maranhão | Lia Arez Ferreira do Amaral | Pt |
| O bispo d. Marcos Teixeira | Antonio Baião | Pt |
| A contribuição da cidade do Porto para o socorro de Pernambuco | Antonio Cruz | Pt |
| A reintegração de São Paulo no Império colonial português em 1641, e o episódio de Amador Bueno | Afonso de Taunay | Br |
| A colaboração da metrópole na reconquista do Brasil | Antonio Rodrigues Cavalheiro | Pt |
| A política brasileira de El-rei d. João IV | Durval Pires de Lima | Pt |
| João Fernandes Vieira o primeiro aclamador da liberdade | Mário Magalhães | Br |
| A odisseia de Francisco Barreto de Menezes | Clado Ribeiro Lessa | Br |
| O capitão e almirante Lourenço Carneiro e Araújo | Conde de Campo Belo | Pt |
| Resposta a uma arrogância. Capítulo da história da invasão holandesa | Walter Spalding | Pt |
| A reconquista de Angola por Salvador Correia e Sá e Benevides | Júlio Cayola | Pt |
| Os jesuítas e a catequese do sylvícola | Padre Júlio Mariz (S. J.) | Pt |
| Os jesuítas e a conversão dos índios | Padre Candido Mendes (S.J.) | ? |
| João de Barros, lisboeta apóstolo dos Quiriris e Acarases. Episódios da conquista espiritual do sertão brasileiro no século VII | Padre Serafim Leite (S. J.) | Pt |
| Os Cabrais eram agigantados | Aureliano Leite | Br |

Fonte: Quadro elaborado a partir dos textos publicados em *Congresso do Mundo Português – Memórias e comunicações apresentadas ao Congresso Luso-Brasileiro de História*. Lisboa: [s.n.], 1940, v. IX

QUADRO 3 CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA: COMUNICAÇÕES PUBLICADAS NOS ANAIS

2ª SEÇÃO/ 1ª PARTE

| TÍTULO DA COMUNICAÇÃO | AUTOR | NAC. |
|---|-------------------------------|------|
| O trabalho do engenho e a reação do índio – estabelecimento da escravatura africana | Luiz Viana Filho | Br |
| Escravatura no Brasil (1500-1700) | M. Mendes Maia | Pt |
| A lenda de Sabarabuçu | Basílio de Magalhães | Br |
| Espinosa e Aspilcueta Navarro | Basílio de Magalhães | Br |
| As entradas e bandeiras | Basílio de Magalhães | Br |
| A miragem do ouro nas capitanias do norte do Brasil | Madalena da Câmara Fialho | Br |
| Interesse que a El-Rei d. Pedro II mereceu a capitania de Pernambuco (...) Códice 51-VIII-53 da Biblioteca da Ajuda | Frederico Gavazzo Perry Vidal | Pt |
| Os quintos do ouro em Minas Gerais | Manuel da S. Soares Cardoso | Pt |
| Os serviços e o espírito de Alexandre de Gusmão | Rocha Martins | Pt |
| Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba | José Mendes da Cunha Saraiva | Pt |
| O Capitão General do Pará e Maranhão (...) - e a Companhia de Jesus | F. A. de Oliveira Martins | Pt |
| Pedro Taques de Almeida e as terras do Conselho (...) da Vila de S. Paulo | Ernesto Ennes | Pt |
| Luís de Albuquerque – Fronteiro Insigne | Virgilio Correia Filho | Br |
| O resguardo na colônia | Raul Correia Bandeira de Melo | Br |
| A capitania de São Pedro | Souza Docca | Br |
| Vila Bela (...) de Mato Grosso – o seu fundador e a sua fundação | Henrique de Campos F. Lima | Pt |
| Anal de Vila Bela desde o primeiro descobrimento deste sertão (...) | João Afonso Corte Real | Pt |
| Tratado de 1750 – Gomes Freire de Andrade, o general | João Borges Fortes | Br |
| Subsídios para a delimitação da América Portuguesa pelo tratado de 1750 | P. M. Laranjo Coelho | Pt |

| | | |
|---|-----------------------------|----|
| O português dos Açores na consolidação (...) do extremo sul do Brasil | Dante de Laytano | Br |
| O ano das Minas Gerais | Augusto de Lima Jr | Pt |
| O descobrimento das Minas Gerais | Augusto de Lima Jr | Pt |
| A grande invasão das Minas Gerais | Augusto de Lima Jr | Pt |
| A formação social das Minas Gerais | Augusto de Lima Jr | Pt |
| Influência portuguesa na evolução do Rio Grande do Sul | João Borges Fortes | Br |
| A marcha do Brasil para o Prata | Manuel Murias | Pt |
| 14 e 21 de janeiro: datas que a história do Brasil não esqueceu (...) | Edgard Luís Duque - Estrada | Br |
| D. João VI, o fundador | Celso Vieira | Br |
| O Algarve ao serviço da Corte do Rio de Janeiro | Alberto Iria | Pt |
| Antecedentes da política portuguesa na América | Renato Mendonça | Pt |
| Um episódio misterioso da história luso-brasileira: a prisão do Conselheiro José Mascarenhas Pereira Pacheco Coelho de Melo | A. de Magalhães Basto | Pt |
| O projeto da fundação de uma colônia alemã no Brasil em 1821 | Dr. Harry Gerber | Al |
| As primeiras tentativas suíças de colonização no Brasil | Hans Nabholz | Al |
| A questão do Amazonas através dos tratados de Paris, Madri e Badajós | Luciano de Castro | Pt |

Fonte: Quadro elaborado a partir dos textos publicados em *Congresso do Mundo Português – Memórias e comunicações apresentadas ao Congresso Luso-Brasileiro de História*. Lisboa: [s.n.], 1940, v. X

QUADRO 4 CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA: COMUNICAÇÕES PUBLICADAS NOS ANAIS

2ª SEÇÃO/ 2ª PARTE

| TÍTULO DA COMUNICAÇÃO | AUTOR | NAC. |
|--|--------------------|------|
| Uma conspiração malograda em Minas Gerais para aclamar (...) o infante d. Manuel (1741-1744) | Ernesto Ennes | Pt |
| Nota prévia sobre as origens ideológicas da Inconfidência Mineira | Guy de Holanda | Br |
| A sorte dos revolucionários no degredo | Manuel Ruela Pombo | Pt |
| A formação da consciência nacional no Brasil | Gustavo Barroso | Br |
| Pódromos da Independência e da República no Brasil | Braz do Amaral | Br |

| | | |
|---|---|----|
| A influência do meio português na formação (...) do Patriarca da Independência do Brasil | Leopoldo Feijó Bitencourt | Br |
| Independência do Brasil | Augusto Tavares de Lyra | Br |
| Independência do Brasil | Marquês do Lavradio | Pt |
| A diplomacia europeia e a sucessão de d. João VI (...) | Sérgio Correia da Costa | Br |
| Casamentos de d. Pedro I e de d. Pedro II, imperadores do Brasil | Padre José de Castro | Pt |
| O Império - síntese do Primeiro e do Segundo Reinados | Brito Machado | Br |
| O parlamento no Brasil durante o Império | Augusto Tavares de Lyra | Br |
| O Cônego Gonçalo de Sousa Falcão, vigário geral do arcebispado da Bahia | Eugénio de A da Cunha e Freitas | Pt |
| Um documento secular passado no Rio de Janeiro | João Afonso Corte-Real | Pt |
| O Maranhão (Roteiro de papéis do século XVIII do Arquivo Colonial) | Luísa da Fonseca | Pt |
| Documentos manuscritos e cartográficos relativos ao Brasil que existem no Arquivo Militar | Henrique de Campos Vieira Lima | Pt |
| O elemento português na demografia do Brasil | A. A.Mendes Correia | Pt |
| Os sete passos maiores do Caminho português | Fernando Emygdio da Silva | Pt |
| Três documentos para a história das navegações | Rosa Capeans | Pt |
| Contribuição de estudo (...) a “Viagem filosófica” do dr. Alexandre Rodrigues Ferreira | J. Bethencourt Ferreira | Pt |
| Notas comparativas de medicina popular luso-brasileira | A. Lima Carneiro e Fernando Pires de Lima | Pt |
| <i>Mairs e Perots</i> | Lindolfo Gomes | Br |
| Arcaísmos ainda correntes no português falado no interior do Brasil | João Dornas Filho | Pt |
| O “Esmeraldo” de Duarte Pacheco | Lindolfo Gomes | Br |
| Paralelos folclóricos entre Portugal e Brasil | Luís Chaves | Pt |
| O método Castilho em Portugal e o desenvolvimento que toma no Brasil | Carlos Alberto Ferreira | Pt |

| | | |
|---|------------------------|----|
| Un nuevo Atlas de la America Hispano-Portuguesa | Juan Dantin Cerceda | Es |
| Os portugueses na Venezuela | Mário Duarte | Pt |
| Matérias para a história das ciências no Brasil | Luís de Pina | Pt |

Fonte: Quadro elaborado a partir dos textos publicados em *Congresso do Mundo Português – Memórias e comunicações apresentadas ao Congresso Luso-Brasileiro de História*. Lisboa: [s.n.], 1940, v. XI

As categorias “*Estudos Documentais*” e “*Invasões Holandesas*” reuniram predominantemente produção de autores portugueses. No primeiro caso, este pode ser facilmente explicado pela grande quantidade de documentos disponíveis nos acervos lusos referentes ao Brasil. Como registrou Carlos Alberto Ferreira no trabalho *Subsídios para a História do Brasil na época de D. João VI*:

Devo dizer que o meu desejo seria dar público conhecimento ao leitor de todo o meu catálogo dos manuscritos da Biblioteca da ajuda, relativos à América do Sul, pois estou convencido da sua utilidade, não só pelo muito que de inédito o investigador, português ou brasileiro, ali iria encontrar para os seus estudos, mas também porque a sua publicidade contribuiria, de certo modo, para um melhor entendimento entre as duas pátrias, nesse largo período a que nele me refiro, isto é, de 1522 a 1881. (CENTENÁRIOS, 1940, v. 3, p. 437).

Por sua vez, o tema das invasões holandesas teria sido elegido pelos letrados lusíadas por estar em clara associação com o episódio da Restauração portuguesa, cujo tricentenário estava sendo comemorado naquele ano. Sabe-se que a Restauração permitiu a Portugal somar forças para expulsar os holandeses do Brasil e recuperar a sua colônia. No entender do Conde de Campo Belo: “As campanhas de Restauração do Brasil constituem, por certo, um das páginas mais brilhantes da epopeia nacional, o que, de resto, não impede conservarem-se ainda insuficientemente focados pela crítica histórica, múltiplos pormenores dessa luta heroica, prolongada e por vezes feroz” (Ibidem., p. 398).

A segunda seção, referente ao ciclo do ouro e dos diamantes foi muito mais concorrida do que a primeira seção, que cobria o período do descobrimento até ocupação da costa, o que levou os organizadores a estender a segunda seção até o dia 25, que, a priori, estava destinado apenas à solenidade de encerramento do *Congresso*. Para Júlio Dantas a importância das questões inerentes a Minas Gerais e o Ciclo do Ouro, residia no fato de se poder considerar o “surto industrial de Minas Gerais como o primeiro passo no sentido da sua [do Brasil] autonomia política, e a luta contra o

domínio holandês no Nordeste como o elemento inicial formador da sua precoce consciência política” (Ibidem., p. 29).

No que se refere à origem dos trabalhos, sabe-se que das 35 teses debatidas na primeira seção, 17 eram de autores brasileiros e 18 de portugueses, já na segunda seção 23 foram redigidas por brasileiros, 25 por portugueses e 1 por espanhol, totalizando 49 trabalhos. Números que são bastante expressivos para um encontro acadêmico e, aparentemente, indicam certo equilíbrio entre as contribuições de portugueses e de brasileiros. Contudo, esses dados não espelham com veracidade a consecução do *Congresso Luso-Brasileiro de História*. Aliás, seus organizadores não pouparam esforços para transmitir ao público uma impressão exitosa de um evento que desde o seu primeiro dia parecia condenado ao malogro. A análise mais profunda e atenta dos discursos laudatórios e das notícias revelam outras faces do *Congresso*.

Quanto à quantidade de congressistas brasileiros presentes no encontro. Quem lê rapidamente os jornais e os Anais tem a impressão de que um número considerável de intelectuais da jovem nação americana compareceu ao evento. Porém, na verdade um breve comentário do presidente da segunda seção, o Pe. Serafim Leite comprova o contrário. Segundo um jornal lisboeta, durante a solenidade de encerramento do evento, o padre português deu nota das comunicações apresentadas e recordou que na seção se inscreveram 27 autores portugueses; 2 brasileiros e 1 de língua espanhola (ITAMARATY, Fundo A Voz, 1990). Ou seja, somente dois brasileiros ali estiveram apresentando os seus trabalhos e os de seus conterrâneos, provavelmente, Gustavo Barroso e o seu assessor Guy de Holanda.

Sobre a data e o local de nascimento dos membros da *Embaixada Especial do Brasil*, temos as informações relativas no quadro abaixo (Ibidem., p. 147):

| Membro | Data de nascimento | Idade em 1940 | Local de nascimento |
|------------------------------------|---------------------------|----------------------|----------------------------|
| Gal Francisco José Pinto | 2 de março de 1883 | 57 anos | Santa Maria, RS. |
| Cap Rodolfo Fróes da Fonseca | 30 de abril de 1883 | 57 anos | Porto Alegre, RS. |
| Ten Cel Tristão de Alencar Araripe | 23 de agosto 1884 | 56 anos | _____, ES. |
| Sr. Olegário Mariano | 24 de março de 1889 | 51 anos | Recife, PE. |
| Sr. Caio de Mello Franco | 3 de maio de 1896 | 44 anos | Montevideu, UR. |
| Maj Francisco Afonso de Carvalho | 18 de outubro de 1897 | 43 anos | Rio de Janeiro, RJ. |
| Dr. Hugo de Macedo | 31 de Julho de 1897 | 43 anos | Juiz de Fora, RJ. |
| Sr. Edmundo da Luz Pinto | 5 de janeiro de 1898 | 42 anos | _____, SC. |
| Sr. Jorge Emilio de Souza Freitas | 28 de novembro de 1901 | 39 anos | Rio de Janeiro, RJ. |
| Cap ten Augusto do Amaral Peixoto | 7 de novembro de 1901 | 39 anos | Rio de Janeiro, RJ. |
| Cap Euclides Fleury | 8 de maio de 1905 | 35 anos | Curitiba, PR. |
| Dr. José Júlio Galliez | 26 de dezembro de 1907 | 33 anos | Petrópolis, RJ. |

Sobre a naturalidade dos membros da *Embaixada* temos os seguintes dados (Ibidem., p. 146):

| Natural do | % |
|-------------------|----------|
| Espírito Santo | 8 |
| Minas Gerais | 8 |
| Paraná | 8 |
| Pernambuco | 8 |
| Rio de Janeiro | 43 |
| Rio Grande do Sul | 17 |
| Santa Catarina | 8 |

Sobre a formação dos membros temos os seguintes dados (Ibidem., p. 186):

| Membro | Formação Superior | UF |
|------------------------------------|--|-----------|
| Dr. Hugo de Macedo | Escola Militar do Realengo | RJ |
| Maj Francisco Afonso de Carvalho | Escola Militar do Realengo | RJ |
| Gal Francisco José Pinto | Escola Militar do Realengo | RJ |
| Ten Cel Tristão de Alencar Araripe | Escola Militar do Realengo | RJ |
| Cap Euclides Fleury | Escola Militar do Realengo / Escola Politécnica do Rio de Janeiro (engenheiro geógrafo e engenheiro civil) | RJ |
| Cap ten Augusto do Amaral Peixoto | Escola Naval do Rio de Janeiro | RJ |
| Cap Rodolfo Fróes da Fonseca | Escola Naval do Rio de Janeiro | RJ |
| Sr. Edmundo da Luz Pinto | Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro | RJ |
| Sr. Caio de Mello Franco | Faculdade de Direito do Rio de Janeiro | RJ |
| Sr. Jorge Emilio de Souza Freitas | Faculdade de Direito do Rio de Janeiro | RJ |
| Dr. José Júlio Galliez | Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro | RJ |
| Sr. Olegário Mariano | Matriculou-se na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, mas não chegou a iniciar o curso. | RJ |

Sobre a vinculação institucional dos membros da *Embaixada*, temos (Ibidem., p. 192):

| Membro | Afiliação |
|---|---|
| Gal Francisco José Pinto | Fundador do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil |
| Sr. Olegário Mariano | Membro da Academia Brasileira de Letras |
| Tenente Coronel Tristão de Alencar | Membro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil |
| Major Francisco Afonso de Carvalho | Membro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil |
| Sr. Edmundo da Luz Pinto | Instituto dos Advogados Brasileiros |
| Capitão Tenente Augusto do Amaral Peixoto | Tesoureiro do Clube 3 de Outubro |
| Sr. Caio de Mello Franco | Ministro Plenipotenciário |
| Dr. Hugo de Macedo | Adido |
| Capitão Rodolfo Fróes da Fonseca | Representante da Marinha |
| Sr. Jorge Emilio de Souza Freitas | Secretário |
| Dr. José Julio Galliez | Secretário |
| Capitão Euclides Fleury | Assistente Militar |

Sobre os dados levantados da *Embaixada* do Brasil podemos apontar que:

- ✓ A faixa etária dos componentes variava de 32 a 57 anos, sendo a média de idade entre eles de 44 anos.
- ✓ Quanto à naturalidade/nacionalidade, percebe-se ainda, que os integrantes eram provenientes de territórios nacionais distintos, tendo, o Diplomata Caio de Mello Franco, nascido no exterior. Contudo, é válido lembrar que, segundo a Constituição Brasileira de 1891, eram considerados cidadãos brasileiros, entre outros critérios: os filhos de pai brasileiro que estiver em outro país a serviço da República, embora nela não venham domiciliar-se; e os filhos de pai brasileiro, nascidos em país estrangeiro, mas que vierem estabelecer domicílio na República, que era o caso de Caio de Mello Franco.
- ✓ A Maioria dos membros era oriunda do Estado do Rio de Janeiro, representando quase a metade da *Embaixada*. Sendo importante ressaltar que mais cedo ou mais tarde transferiram-se para o Rio de Janeiro, capital da República, o que se pode averiguar nos dados relativos à formação. A cidade do Rio de Janeiro, durante a segunda metade do século XIX, era um importante centro de atividades burocráticas e políticas, e por isso havia a tendência dos formados de se concentrarem nela.

- ✓ Cinco dentre os doze membros da Embaixada cursaram a Escola Militar do Realengo e dois a Escola Naval.
- ✓ Sobre a vinculação institucional, podemos perceber que os membros da *Embaixada* não eram todos intelectuais. Mas, tinham vinculação política direta com o Itamaraty, principalmente com as forças armadas.
- ✓ O que pode ser inferido então, é que pelas características de idade, formação e vinculação, havia também uma tentativa de aproximação militar entre Brasil e Portugal; além de toda a *Embaixada* ter algum vínculo com as forças políticas de Vargas e, logo, estavam de acordo com os seus ideais políticos.

A primeira pista sobre essa tentativa de aproximação militar está em um documento intitulado: Carta ao Brasil, escrito em janeiro de 1940, pelo diplomata luso Alberto D' Oliveira, primeiro presidente da Comissão Nacional dos Centenários e ex-cônsul no Rio de Janeiro:

Estou ainda certo que os dois exércitos e as duas marinhas, representadas pelas suas mais altas figuras, ganharão em se aproximar e em se conhecer. Falam a mesma linguagem de defesa da Pátria, e que os brasileiros aprenderam e praticaram conosco bem se vê no heroísmo que os seus efeitos históricos proclamam. (ITAMARATY, Comemorações Centenárias de Portugal, Lata 664, Maço 9884).

Do ponto de vista historiográfico, o *Congresso Luso-Brasileiro de História* estabeleceu como principal objetivo esclarecer fatos cujas interpretações se mostravam divergentes em Portugal e no Brasil, quer na literatura didática, quer em textos, monografias, críticas ou ensaios históricos que tratavam do período colonial, de modo a encaminhar as discussões no sentido de uma historiografia única. De acordo com os dirigentes do *Congresso*, não se pretendia estabelecer, entre historiadores brasileiros e portugueses, unidade perfeita de critério acerca da interpretação dos acontecimentos que constituíam a História do Brasil e, que nos dois lados do Atlântico, são vistos de ângulos diferentes, devido às tradições vivas que criaram raízes na consciência coletiva de cada povo e aos elementos de ordem moral que inevitavelmente deformaram a história de ambas as nações. Contudo, o objetivo maior era conduzir, mediante a história, a interpretações convergentes. Nesse sentido, Júlio Dantas definiu a posição de Portugal perante aos trabalhos a serem apresentados no *Congresso* da seguinte forma:

Quero dizer que nenhum de nós pretende reivindicar seja o que for que não se fundamente em fontes históricas irrecusáveis, e muito

menos aproveitar a oportunidade deste Congresso para exaltar, em sentido unilateral e exclusivista, a nossa obra colonizadora. Na presença dos nossos ilustres confrades brasileiros, considerar-nos-emos em família. Preferimos rever-nos nas glórias do Brasil, a ocuparmos das nossas. Se, por ventura, colocados no ponto de vista científico, tivermos de reconhecer erros passados, fá-lo-emos com a fácil coragem de quem realizou uma obra demasiado grande no Mundo para que possa permitir-se, com serena isenção, a elegância moral e confessar que errou. (CENTENÁRIOS, 1939, v. 1, p. 28).

Aparentemente, segundo os jornais que acompanhavam o *Congresso*, os historiadores portugueses mantiveram a dita “neutralidade”, não havendo, de fato, grandes divergências nas seções. Mas como haveria de ocorrer algum debate mais acalorado se a presença brasileira efetiva se resumiu a 3 congressistas? A ausência de uma representação brasileira efetiva prejudicou toda e qualquer possibilidade não só de debater, mas também de construir novas interpretações. No final, a matriz historiográfica lusa acabou se sobrepondo, indo além das expectativas iniciais de Júlio Dantas.

É deveras notável a colaboração dos intelectuais brasileiros no Congresso Luso-Brasileiro de História, que diariamente se reúne no Palácio da Assembleia Nacional. As teses enviadas pelos historiadores da grande nação-irmã marcam não só pelo número, mas também, pelo seu valor histórico. Todas elas se subordinam a uma orientação certa: valorizar a ação de Portugal na colonização e no progresso do Brasil. (ITAMARATY, Fundo A Voz, 1940).

Não por acaso, na solenidade de encerramento do *Congresso Luso-Brasileiro de História*, Manuel Múrias, então diretor do Arquivo Nacional fez o seguinte pronunciamento:

Abrimos largamente os nossos arquivos aos investigadores brasileiros, para que os vasculhassem e não lhes pedimos se não objetividade nos seus estudos e nas suas conclusões. Parece que desta colaboração dos investigadores brasileiros e portugueses, resultou afinal, melhor conhecimento, compreensão mais perfeita, de uns e outros. Para dizer tudo isso, em especial, pretendíamos. Como não confessar, portanto, que estamos satisfeitos? (Ibidem.).

Lúcia Guimarães (2007) relata que o Itamaraty, tentou ainda corrigir o problema da participação brasileira no *Congresso Luso-Brasileiro de História*, cogitou uma possível participação do Ministro Oswaldo Aranha na seção inaugural do *Congresso*, fato que teria levado os dirigentes portugueses a protelarem o início do evento, alegou que o ministro não saíra do Brasil por conta da “anormalidade da situação

internacional”. Aliás, parece ter sido esta a desculpa oficial adotada pelo governo brasileiro; o Presidente da Academia Brasileira de Letras, Celso Vieira, não ter aceitado o convite, feito a ele por Júlio Dantas, de presidir uma das seções do *Congresso Luso-Brasileiro*, alegando como desculpa a guerra que se expandia na Europa.

3.5 - O discurso da Guerra e os interesses políticos

A justificativa da guerra também é encontrada nas obras de Pizzaro Loureiro e Antônio da Silva Rego, quanto ao não comparecimento por parte de Getúlio Vargas nos festejos lusitanos. Pizzaro Loureiro afirmou que “a guerra, porém, tornou impraticável a viagem e impossível a visita do Presidente Getúlio Vargas” (LOUREIRO, 1941, p. 149). E Silva Rego escreveu que “a guerra, a II Grande Guerra que em 10 de maio de 1940 alastrou devastadoramente pela Europa fora, impediu a materialização desta brilhante esperança”. (REGO, 1967, p. 59).

Uma das justificativas mais difundidas para a ausência dava conta de que a Guerra havia impedido a partida do navio que levaria a delegação brasileira. A versão foi incessantemente reproduzida. Em data não muito distante, 1989, ao discursar durante as homenagens prestadas pela APH ao sesquicentenário do IHGB, o cel. Carlos Bessa, secretário geral da entidade portuguesa, reportou a ausência de membros do Instituto no *Congresso* com as seguintes palavras:

Devido à guerra, a Embaixada brasileira veio a ser reduzida por à ultima hora muito dos seus componentes se verem impedidos de embarcar. Acabou por ficar constituída apenas pelos membros que já se encontravam em Lisboa: o comandante Eugênio de Castro, Gustavo Barroso e Oswaldo Orico. Dos brasileiros recebeu o Congresso quarenta comunicações e memórias e, entre elas, as de diversos membros do Instituto (BESSA, 1989, p.413).

A Guerra também foi aludida no discurso do Ministério de Obras Públicas e Comunicações, o engenheiro Duarte Pacheco, durante a solenidade de inauguração da Exposição e, novamente, ela surgia como um dos fatores agravantes das dificuldades naturais que um empreendimento das proporções da Exposição do Mundo Português poderia apresentar:

A realização representa um esforço gigantesco que só um fortíssimo entusiasmo criador tornou possível erguer em escassos doze meses, com recursos diminutos, agravadas as dificuldades próprias do empreendimento com as que resultaram do conflito europeu e do

inverno passado, excepcionalmente rigoroso e prolongado (...). (CENTENÁRIOS, 1940, v. 1, p. 15-16).

De acordo com Raquel Varela, embora os jornais portugueses tentassem dar o maior destaque possível à *Exposição* de 1940, eles não puderam deixar de noticiar em suas primeiras páginas a ocupação alemã da França. Segundo a autora, o periódico *O República* informava sobre a onda de refugiados franceses que chegava a Portugal:

Devido aos acontecimentos em França, a fronteira dos Pirineus continua a ser atravessada por numerosas individualidades francesas e de outras nacionalidades (...) por este motivo os comboios internacionais têm chegado ao Rossio com grandes demoras. (O REPÚBLICA, v. 5, 1940, s. p.).

Mais recentemente, essa posição tem sido revista. Em artigo recente, Lúcia Maria Paschoal Guimarães (GUIMARÃES, 2007, p.49-66), demonstrou que o enigma da mensagem telegrafada por Afrânio, bem como a resignação de Júlio Dantas, resultou das interdições promovidas por representantes da diplomacia cultural das ditaduras dos dois países envolvidos: O Estado Novo de Salazar e o de Getúlio Vargas. Daí as lamentações de Júlio Dantas serem compreendidas também como a manifestação resignada da comunidade de intelectuais formada por escritores brasileiros e portugueses envolvidos em diversas instâncias culturais desde o início do século XX. Impedido de participar das comemorações, por ordem expressa do Ministro das Relações Exteriores, inclusive pela intervenção direta de Osvaldo Aranha, a publicação de *História do Brasil* sugere, então, uma interpretação sobre a intervenção literária de Afrânio nas Comemorações de 1940.

Ainda segundo Guimarães, o mais importante para o governo brasileiro seria a participação na Exposição do Mundo Português, daí o descaso para o *Congresso Luso-Brasileiro de História*. A autora aponta que em 23 de outubro de 1940, na véspera do *Congresso*, que até então ocorreria em 11 de novembro, foram nomeados a pedido do General Francisco José Pinto, os representantes dessa jornada científica que embarcariam para Portugal juntamente com o ministro Osvaldo Aranha. Como se sabe isso não chegou a acontecer.

É consenso entre os autores que se debruçaram sobre os eventos de 1940 o fato da Exposição Histórica do Mundo Português ser reconhecida com o “(...) expoente máximo das Comemorações do Duplo Centenário” (FELGUEIRAS, 1991, p. 38) e como a “(...) celebração magna do Estado Novo Salazarista” (Ibidem, p. 57). Com ares

das grandes feiras internacionais ela é, até os dias hoje, considerada a de maior vulto já realizada em território português.

Neste cenário, Salazar, em sua Nota Oficial de 1938, pareceu prever o conflito mundial que se aproximava. Com efeito, como era de seu desejo, a guerra realmente frustrou uma participação internacional relevante nas *Comemorações Centenárias* e obviamente na Exposição do Mundo Português, e possibilitou ainda ao regime a difusão de uma imagem positiva a seu favor como um “paraíso de neutralidade” em meio às forças beligerantes.

Dessa maneira, a presença da Guerra nos discursos e textos oficiais era importante para a disseminação, tanto interna quanto externamente, da imagem de um Portugal neutro, reconhecido como “nação imperial e império de paz”, situação que Saint-Exupéry questionou. Isto está claro, por exemplo, em um texto de Augusto de Castro, no qual ele aponta a principal razão pela qual o governo português decidiu prosseguir com as Comemorações, após o início da Guerra. Segundo Castro, esta seria:

(...) a imensa significação nacional, que, como exemplo de confiança, de solidariedade cívica, de forte e impressionante paz interior e consciência histórica, numa época agitada, a celebração da Exposição reveste, interna e externamente. A projeção moral e política das festas, e sobretudo da exposição é, talvez, maior, como lição de otimismo e de fé, no meio das nuvens da hora presente, do que seria num período internacional normal. (CASTRO, 1981, p. 11).

Portugal vivia um momento no qual a livre circulação de informações, o que não facilitava de maneira nenhuma a plena consciência a respeito dos acontecimentos mundiais, muito pelo contrário, contribuía para o entorpecimento dos portugueses.

De acordo com Rui Mário Gonçalves, “Salazar viria a dizer que os povos felizes são os que não têm história. Entendam-se os que não intervêm na História atual”, pois Salazar utilizava o glorioso passado português como uma “barreira” a fim de que o povo, considerado por ele infantil, não se desse conta do “presente e do devir” (GONÇALVES, 1940, p. 11).

E nada melhor do que uma Exposição com pretensões de “caráter universal” para a difusão da imagem de um governo que pretendia apresentar-se, em 1940, nas palavras de Raquel Varela, como “um oásis de paz em meio das horríveis perturbações da Europa”. (VARELA, 2008, s.p.).

De acordo com Heloisa Barbuy, as exposições universais são fenômenos de “visibilidade, com grande poder de difusão de imagens” (BARBUY, 1999, p. 4). Nestas, sempre se pretendia “veicular algo para alguém e por meio de formas determinadas de representação”. (Ibidem.).

Exposições retrospectivas no caso português serviam como comparação entre o passado e o presente, indicando quanto se evoluiu desde o tempo das cavernas. O passado era reconstruído panoramicamente, em um processo linear ao qual estavam associados os conceitos de evolução e desenvolvimento.

Embora a Exposição do Mundo Português não tenha sido uma Exposição Internacional e dela tenha participado apenas o Brasil, embaixadas e missões estrangeiras foram a Portugal prestar suas homenagens a Salazar, em 1940, e os próprios portugueses foram inebriados pela atmosfera festiva. Talvez, por conta das circunstâncias internacionais, nenhum outro evento dessa natureza tenha sido uma arena tão pacífica quanto o foi a Exposição do Mundo Português.

3.6 - O Pavilhão do Brasil

O Brasil vem contar-nos, na grandeza das suas revelações, o que fez da nossa herança colonial, a que esplendor e a que opulência elevou o patrimônio que deixamos em suas mãos. As fundações do Pavilhão Brasileiro sobre as quais vai lançar-se a benção ritual, revestem-se para nós, como todo este conjunto de edifícios, de expressão e de sentido simbólico. Construir é subir. Subiremos unidos, e tão alto, que as duas Nações possam ver distintamente, não apenas o passado = de que se orgulham, mas o futuro glorioso que as espera. (REVISTA DOS CENTENÁRIOS, 1940, v. 13, p. 15).

Estas palavras foram proferidas por Júlio Dantas, Presidente da Comissão Executiva dos Centenários de Portugal, em 16 de novembro de 1939, na solenidade de entrega, às autoridades brasileiras em Lisboa, do terreno onde seria construído o Pavilhão do Brasil na Exposição do Mundo Português. Na ocasião, Dantas se referiu ao espaço como o local onde seria construída a “Casa Brasileira”, “(...) o Brasil está junto de nós, a sua alma coletiva palpita de nobre emoção ao nosso lado; vem construir, perto do velho solar dos seus avós que é também o seu, a Casa Brasileira” (Ibidem, p. 14).

O Brasil foi à única nação estrangeira a possuir um pavilhão próprio na Exposição. Este se localizou na Seção Histórica que compunha o corpo central da Exposição e comportava, além do pavilhão do Brasil, o da Fundação; os da Formação e Conquista; o da Independência; o dos Descobrimentos; o de Lisboa; e o dos portugueses

no mundo. A seção Histórica era a maior e mais importante da Exposição de 1940, que ainda contava com a seção de Etnografia Metropolitana; a Seção de Etnografia Colonial; e a Seção formada por pavilhões de informação, restaurantes, jardins, parque de diversões (FELGUEIRAS, 1991, p. 39).

Ao Brasil não coube apenas o espaço do pavilhão que levava seu nome. Em uma ala do Pavilhão dos Portugueses no Mundo foi organizada a Exposição do Brasil Colonial, a grande responsável pela convocação de Gustavo Barroso para as festividades.

De qualquer forma, nas negociações que precederam a montagem da exposição, nada foi mais debatido entre o Itamaraty e a Comissão Nacional dos Centenários do que o projeto do Pavilhão do Brasil na Exposição do Mundo Português. Não por acaso, foi necessário enviar a Lisboa um delegado executivo. Augusto de Lima Junior, para supervisionar todo o planejamento e construção do tal prédio. Aliás, fora ele quem, anteriormente, recebera, em 16 de Dezembro de 1938, do Comissário Geral da Exposição do Mundo Português, Augusto de Castro, o terreno no qual seria erguido o pavilhão do Brasil, espaço este localizado junto ao Tejo, entre os pavilhões da Colonização e da Fundação. As palavras abaixo de Augusto de Castro traduziram a missão do Brasil em Portugal.

A colaboração do Brasil na Exposição do Mundo Português é a afirmação da unidade de espírito e de história que liga Portugal à grande nação sul-americana. Nenhum monumento, nenhum ato, nenhuma afirmação poderia ter mais significado do que está síntese viva do pensamento dos dois povos. As memórias do Brasil e de Portugal irmanam-se nestes metros de terreno, em que cabe o coração das duas pátrias. Um pequeno Brasil Histórico, espiritualmente grande, vai elevar-se ali em frente ao Tejo, velha estrada do mundo. (Ibidem., p. 15-16).

A cerimônia contou com a execução do hino nacional português pela banda da Legião Portuguesa e com a guarda de honra da Mocidade Portuguesa e com a guarda de honra da Mocidade Portuguesa. O ato foi assistido por inúmeros convidados e personalidades: além de Júlio Dantas, estavam presente o Presidente da República de Portugal, o General Carmona, e esposa, o Embaixador do Brasil em Portugal, Araújo Jorge, Augusto de Lima Júnior, Delegado executivo do Brasil às Comemorações Portuguesas, representantes de países da América do Sul e da Suíça e o Arcebispo de Mitilene que abençoou o terreno.

O Brasil vem, como pessoa da família em visita à casa paterna, dizer à sua Pátria de origem que os seus 50 milhões de cidadãos, guardando a raça, a língua e a religião que receberam de Portugal, serão sempre no continente americano os continuadores do valor português: que a Cruz de Cristo plantada pelas armas de Pedro Álvares Cabral será eternamente o símbolo da sua civilização e o elo poderoso que o ligará aos seus ancestrais, cujas glórias se formaram dilatando a Fé e o Império. (Ibidem., p. 16).

Abaixo temos a imagem do Delegado do Brasil, segurando nas mãos as bandeiras portuguesa e brasileira, pronuncia o seu discurso na entrega do terreno onde será construído o Pavilhão do Brasil (CENTENÁRIOS, 1940, p. 39).

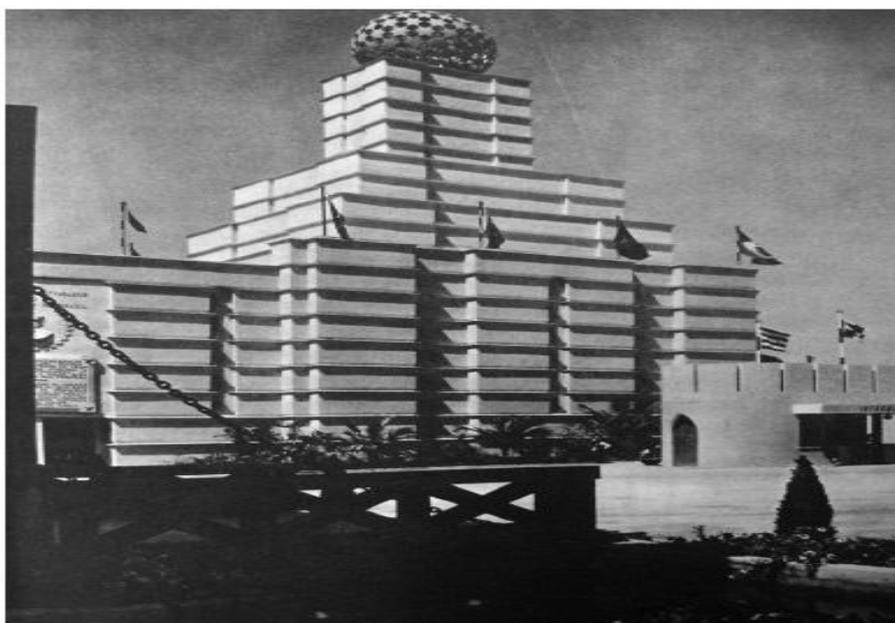


A obra foi dirigida pelo Comissário Geral da Exposição, Augusto de Castro, pelo Comissário Adjunto, engenheiro Sá e Melo, pelo arquiteto chefe, Cottinelli Telmo e, claro, pelo Ministro de Obras Públicas e Comunicações, o engenheiro Duarte Pacheco. No quadro abaixo estão dispostos todos os membros do Comissariado da Exposição do Mundo Português:

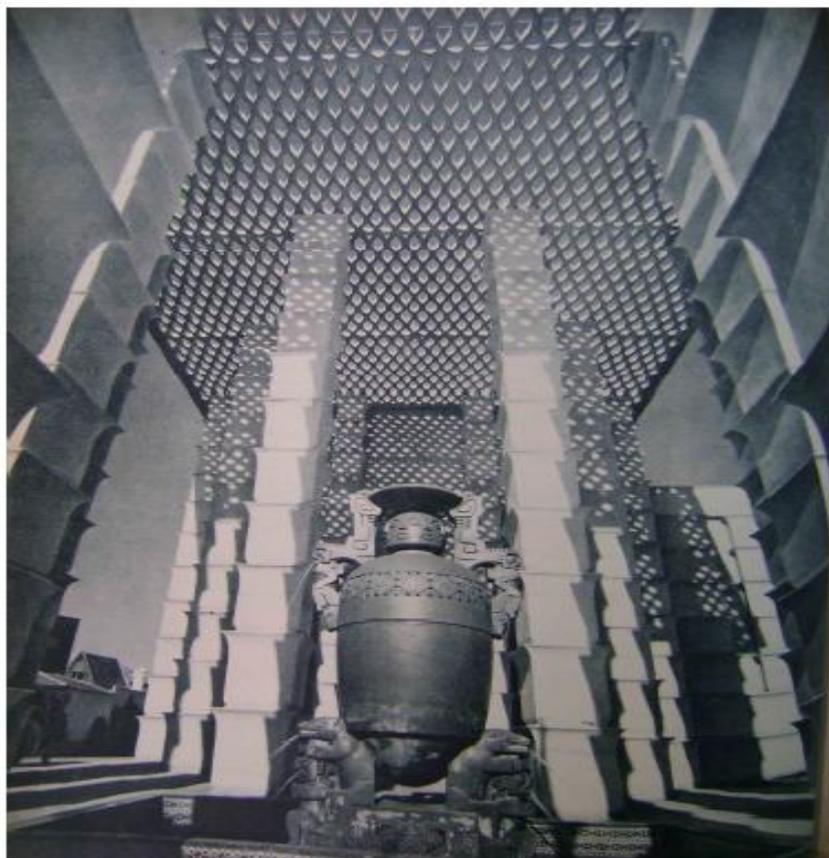
| Comissariado da Exposição do Mundo Português | | | |
|---|----------------------|-----------------|--------------|
| Cargo | Membro | Nomeação | Posse |
| Comissário Geral | Augusto de Castro | 26/12/1938 | 28/12/1938 |
| Comissário Adjunto | Engenheiro Sá e Melo | 04/01/1939 | |
| Arquiteto Chefe | Cottinelli Telmo | 04/01/1939 | |

| | | | |
|------------------------|---------------------------|--|--|
| Coordenação Histórica | Gustavo de Matos Sequeira | | |
| Serviços Externos | Leitão de Barros | | |
| Jardinagem dos Espaços | Gomes de Amorim | | |

O Pavilhão em “L”, com grandes colunas que lembravam troncos de palmeiras, foi erguido no ponto mais nobre da Exposição: aos pés dos Jerônimos e ao lado do grande Pavilhão de honra e de Lisboa, que ladeava a Praça do Império. De acordo com Martinho de Nobre Mello, o lugar de honra escolhido para o Pavilhão do Brasil se deve ao fato de que as “duas nações” deveriam encontrar-se em “(...) posição simétrica que as irmana em relação ao Presente e a Passado de que o corpo central da Exposição é uma evocação” (Id., Tomo I, Festas Centenárias, 641.7 (88), maço 9884). Abaixo temos a imagem do Pavilhão do Brasil (CENTENÁRIOS, 1940, v. 14, p. 42):



Para o vestíbulo, Roberto Lacombe projetara uma grande fonte em motivo marajoara e a cobertura vazada do ambiente, que possibilitava a passagem da luz do Sol, juntamente com as colunas que a sustentavam remetiam o visitante, nas palavras de Luciene Lehmkuhl (Op. Cit., p. 100), “ao espaço da floresta tropical”. Este ambiente pode ser visto a seguir (Ibidem, p. 37):



É importante ressaltar que Lehmkuhl (Op. Cit.) mostrou em seu trabalho, a opção pelo estilo marajoara, inserido em pontos estratégicos da decoração do Pavilhão do Brasil, apontava para a questão central que naquele momento “(...) perpassava a intelectualidade brasileira concernente à construção da identidade nacional”:

A referência a um passado indígena trazia à tona as discussões travadas no seio do poder decisório das políticas culturais, quando da escolha do projeto para a construção do prédio do Ministério da Educação e Saúde. Episódio no qual o projeto de Arquimedes Memória, decorado com estilo marajoara, apesar de vencedor não foi encampado pelo Ministro Capanema, que conseguiu “levar adiante sua ideia de dotar o país de um edifício-símbolo da modernidade *tout-court* e não apenas arquitetônica”. (Ibidem., p. 104).

Segundo a autora, a adoção do estilo Marajoara em alguns pontos do Pavilhão, que além da fonte de Lacombe seria utilizado na cafeteria, demonstrava a interferência de uma corrente nacionalista que “(...) insatisfeita com o neocolonial passou a pesquisar fontes puramente decorativas, numa das raras manifestações de arte local, anteriores ao estabelecimento dos portugueses” (Ibidem., p. 104).

Para Lehmkuhl (Op. Cit.), o estilo arquitetônico que caracterizou o Pavilhão do Brasil em Portugal se situou “(...) num lugar equidistante entre o ‘neocolonial’ e o ‘modernismo’, fazendo uso de traçados apoiados no *Art Decó* de Raul Lino e no marajoara de Roberto Lacombe”.

A opção dos organizadores da Exposição por um arquiteto português para o projeto do Pavilhão do Brasil, numa tentativa de preservar uma homogeneidade arquitetônica para o certame, parece não ter funcionado. José Augusto França, ao escrever sobre o Pavilhão:

O Pavilhão do Brasil, de Raul Lino, foi, de certo modo, estranho ao espírito da Exposição de que o autor, vindo de uma formação nacionalista aristocrática, não podia deixar de desconfiar. Era um edifício fechado sobre si próprio, com as paredes de imitar troncos de palmeiras, num desenho estilizado, como se tratasse de qualquer exposição internacional, feita pavilhão a pavilhão, sem integração desejável. (FRANÇA, p.43).

Ao Pavilhão do Brasil ficaram reservadas as seguintes exposições, dispostas em estandes: do Livro, da Imprensa, da Educação, da Viação e Geografia, da Saúde e Assistência, de Arte, do Diorama da Cidade do Rio de Janeiro, e Aviação. Além desses espaços o Departamento Nacional do Café providenciou para o Pavilhão uma cafeteria em estilo marajoara, na qual foram servidas e distribuídas diariamente “milhares e milhares de xícaras de café” (REVISTA DOS CENTENÁRIOS, v. 2, 1940, s.p.).

No alto da galeria térrea do Pavilhão havia um trabalho de fotomontagem de 40 metros de comprimento por 4 metros de altura. “sincronizando todo o crescimento e dinamismo do Brasil moderno” (Ibidem.). Na galeria superior estava o Diorama da Cidade do Rio de Janeiro que, sob os efeitos da iluminação, permitia ao visitante apreciar os aspectos da capital federal do Brasil durante os vários períodos do dia, e uma exposição de fotografias da arquitetura do Brasil, desde o período colonial. Nas paredes da escada e do vestíbulo da sala de projeções foram colocadas vistas fotográficas do país, emolduradas por um mostruário de madeiras brasileiras.

Na entrada do Pavilhão fora disposta a Exposição do Livro, composta por uma biblioteca com mais de três mil volumes, “(...) que atestam, nos diferentes setores do pensamento, a rápida evolução das nossas letras” (Ibidem.), e por uma sala de leitura. Após o fim da Exposição, os livros da biblioteca do Pavilhão do Brasil foram doados à Sala Brasil da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e à Academia de

Ciências de Lisboa. Os livros infantis foram oferecidos ao jardim da infância D. Darcy Varga, da cidade do Porto.

Segundo o prefácio do álbum *Pavilhão do Brasil na Exposição Histórica do Mundo Português 1940*, durante os seis meses da *Exposição do Mundo Português* o Pavilhão do Brasil distribuiu mais de cem mil volumes “como propaganda e disseminação da cultura brasileira” (Ibidem.) e dez mil catálogos com as identificações dos livros, autores e editores do país.

Todas as peças utilizadas no interior do pavilhão, como vitrinas, molduras, mobiliários, etc., foram confeccionadas no Brasil e montadas em Lisboa. De acordo com Luciene Lehmkuhl, a “organização da participação brasileira nos Centenários de Portugal proporcionou a empresas, artistas e artesãos brasileiros uma excelente oportunidade de trabalho” (Op. Cit., p. 107).

O visitante após passar por uma pequena rotunda, na qual foram expostos os bustos dos presidentes Getúlio Vargas e Oscar Carmona, adentrava o Salão de Arte, ou Stand de Arte, no qual figurara uma exposição de arte brasileira contemporânea. Esta sala de honra, além de abrigar a exposição de arte, foi o local destinado aos atos e encontros solenes no Pavilhão do Brasil. Abaixo a imagem do Salão de Arte no Pavilhão do Brasil (Ibidem, p. 45):



Luciene Lehmkuhl, ao estudar o conjunto das obras que compuseram o *Stand de Arte*, afirmou o seguinte:

(...) o conjunto estudado é composto por obras que podem ser inseridas numa vertente tradicional e acadêmica da arte brasileira,

envolta em ares modernizantes. Não se trata mais daquela geração da academia preocupada em transpor para o Brasil os cânones das academias francesa e italiana na composição de uma pintura que ajudasse a afirmar a história do Brasil independente e devedor de toda uma tradição artística e cultural europeia, um Brasil que ainda não havia feito sua entrada na modernidade inaugurada no agitado século XIX. As obras apresentadas são representações de paisagens, retratos, nus, naturezas-mortas e alegorias, que tentam conjugar a relação entre as tradições acadêmicas e uma visualidade que se entende como moderna, capaz de compor a imagem do Brasil da época. (Op. Cit., p. 131).

Segundo a autora, “somente o *café* parece destoar” (Ibidem., p. 130) desse conjunto. Mas o que pode ser entendido se falarmos do interesse brasileiro de divulgar ainda mais esse produto brasileiro na Europa. De acordo com José Augusto França, esta obra de Portinari exposta no Pavilhão do Brasil teria tido um grande efeito sobre o “processo modernista” português, que segundo a autora estava no fim. Abaixo a imagem do Salão de Arte: à esquerda, o *café*, quadro de Cândido Portinari (Ibidem, 49).



Os representantes brasileiros às Festas Centenárias Portuguesas foram recebidos e se portaram como o filho preferido que, por sua postura exemplar, conquista o posto honroso de sempre estar à direita de seu velho pai. Os membros da *Embaixada Especial* às Comemorações e outros representantes brasileiros, como Gustavo Barroso, membro

da *Comissão Brasileira dos Centenários*, desde o momento em que chegaram a Portugal, até o momento de suas despedidas, estiveram lado a lado com as suas autoridades portuguesas, participando de eventos e recebendo homenagens prestadas pelos representantes estrangeiros.

Sobre esse assunto, o Presidente da Embaixada Especial do Brasil em Portugal, Francisco José Pinto, deixou registrado o seguinte, em outubro de 1940, já de volta ao Brasil:

Todas as outras embaixadas e missões pouco se demoraram no país, tendo assistido a um número reduzido de solenidades. À do Brasil, deu-se situação à parte, pois ajudava o Governo português a fazer as “honras da casa”, Chegou muito antes das outras e continuou ainda por muito tempo depois de se haverem elas retirado, tendo tomado parte em cerimônias para as quais não foram convidados representantes de quaisquer outras nacionalidades. Nas solenidades conjuntas, os representantes do Brasil foram sempre colocados com as autoridades portuguesas, como “pessoa da família”. (ITAMARATY, Fundo Francisco José Pinto, 1940, p. 18-19).

A presença do Brasil na Exposição do Mundo Português foi um enorme sucesso, causando impacto na ex-metrópole, por outro, sua contribuição ao *Congresso Luso-Brasileiro de História* deixou a desejar. De qualquer modo, a participação da jovem nação americana nas *Comemorações Centenárias* constituiu o coroamento da política de aproximação de Vargas com o Estado Novo Salazarista. Como destacou Júlio Dantas:

É dessa consagração estridente e justa que brota a pura seiva das novas relações, iniciada agora, entre Portugal e Brasil. Então os dois países, afirmam-no os seus políticos, os seus jornalistas e seus estadistas a seguir juntos em direção ao mesmo destino. Formou-se assim um bloco étnico de dezenas de milhões de indivíduos que na nova arrumação que o Mundo terá qualquer dia de sofrer, não poderá deixar de ter uma influência decisiva. (Ibidem, 1941).

Em 1941, apesar do estado de guerra e dos perigos que cercavam a travessia do Atlântico, o Governo de Salazar enviou uma *Embaixada Especial* com o objetivo de ir ao Brasil agradecer e retribuir a cooperação da nação-irmã nas festividades do Duplo Centenário. A representação lusa seria presidida por Júlio Dantas na qualidade de Embaixador Extraordinário Plenipotenciário, e composta pelos seguintes nomes: Dr. Reinaldo dos Santos, Dr. Marcelo Caetano, Dr. Manoel Ferrara Rocheta, Deputado João

do Amaral, Cap. de Fragata Vasco Lopes Gonçalves e o Maj. Carlos Affonso do secretariado de Propaganda Nacional.

Por fim, ambos os projetos de se projetarem para o mundo acabaram por serem levados a cabo por Portugal e Brasil pelo viés das *Comemorações Centenárias*. Mesmo diante dos embates diplomáticos, das sociabilidades e das escolhas feitas, ambos os governos estado-novistas fizeram valer seus interesses políticos e sociais. Portugal escolhera o caminho da comemoração e o Brasil abriu mão de uma reunião de historiadores no Congresso Luso-Brasileiro de História em prol da Exposição, ao fim e ao cabo, objetivando um projeto de identidade e de construção de uma dada memória. Esse projeto não pararia por aí, mas aí já é outra história....

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da participação do Brasil nas *Comemorações Centenárias* de Portugal permite perceber que tanto Getúlio Vargas, quanto Antonio de Oliveira Salazar programaram, ao longo de seus governos, ações culturais com o objetivo de legitimar seus governos, assim como fomentar e a reafirmar seus vínculos políticos.

Tudo leva a crer que os dois estadistas perceberam que uma aliança entre os seus países seria benéfica aos interesses dos respectivos governos. Não é demais lembrar que ambos os líderes desenvolviam políticas públicas direcionadas para a valorização da nacionalidade, procurando legitimar o presente por meio das glórias do passado, ou seja, nos dois casos buscava-se a consagração dos regimes vigentes. Brasil e Portugal atravessavam contextos político-ideológicos semelhantes, tanto que esse período de ambas as histórias ficou marcado como Estado Novo. DIP e S.P.N. se dedicaram a produzir uma forte cultura historiográfica e política acerca do Estado Novo, que girava em torno da ideia de voltar a determinados fatos do passado como forma de legitimar o presente.

Com os festejos do *Duplo Centenário de Portugal* surgiu uma importante oportunidade para se estreitar ainda mais esses laços que união às duas nações. Sintomaticamente, o Presidente do Conselho de Ministros fez questão de convidar o governo não apenas para participar do evento, mas também para ajuda-lo “a fazer as honras da casa”, na qualidade de nação irmã de Portugal. Mas a participação brasileira não seguiu todos os rumos traçados pela antiga metrópole.

Em 1940, como apontado neste trabalho, o Brasil se deixou representar como o “filho” mais ilustre de Portugal no momento em que Oliveira Salazar decidiu celebrar os oito séculos de História do país e os quatro séculos da reafirmação de sua independência. O Brasil era o exemplo maior que Portugal poderia fornecer as suas colônias de então, como Estado independente e civilizado nascido de sementes lusas. Uma espécie de guardião da “raça”, da “língua” e da “religião” recebidas de Portugal.

Mas, a participação do Brasil nos festejos de 1940, em Portugal, não se restringiu apenas a mostra de sua história, como almejou inicialmente Júlio Dantas alicerçando-se na rede de sociabilidade que residia em instituições como o IHGB, a ABL e a Academia Portuguesa da História. O que fica latente como o desvio de foco da participação brasileira do *Congresso Luso-Brasileiro de História* para a Exposição do Mundo Português. De fato, é que Salazar e Vargas souberam habilmente transformar a ocasião em um debate simbólico.

Getúlio Vargas, ao assinar o Decreto-Lei nº 1410, concedendo a abertura de crédito especial ao Ministério das Relações Exteriores no valor de três mil contos de réis, para atender a todas as despesas relacionadas com a representação brasileira nas *Comemorações Centenárias*⁴⁴. Donde se pode concluir que, no âmbito do *Congresso Luso-Brasileiro*, dispensava-se o pagamento dos custos de viagem e estadia dos participantes, oferecido pelos organizadores na primeira correspondência enviada ao IHGB e à ABL. Logo em seguida, Vargas instituiu a Comissão Brasileira dos Centenários Portugueses e instalou-a no Palácio do Catete, sob as suas vistas e debaixo das ordens do general Francisco José Pinto, chefe da Casa Militar da Presidência da República. Baixa também o Decreto-Lei nº 1565, que regulamentava a nomeação de delegados do Brasil a congressos, conferências e reuniões internacionais. O dispositivo fixava que as convocações dos governos estrangeiros para eventos dessa natureza só poderiam ser endereçadas ao ministério das Relações Exteriores; tornava também obrigatório encaminhar à chancelaria os convites pessoais recebidos por autoridades, funcionários e outros interessados, para emitir parecer a respeito, cabendo às designações ao presidente da República, mesmo que a viagem não acarretasse ônus para o Tesouro Nacional.

Em última análise, as medidas cerceavam a autonomia das corporações acadêmicas. Melhor dizendo, afastavam-nas do centro decisório, transformando-as em meras coadjuvantes da dita Comissão e do Itamaraty, que daí em diante passaria a incumbir-se, oficialmente, de todas as atividades concernentes às festas portuguesas, como forma de fazer valer os interesses do governo brasileiro; vamos lembrar do caso de Afrânio Peixoto, que por ser desafeto de Vargas não constou na lista de intelectuais enviados às *Comemorações Centenárias*, onde o “intelecto” da sociedade brasileira deveria cumprir o papel de representar o Brasil enquanto Estado “jovem”, assim como seus avanços, e não de tecer críticas ao Estado Novo, mesmo que para isso a embaixada brasileira tivesse que ser composta por sua maioria em militares, ao invés de intelectuais como foi pensado inicialmente por Julio Dantas e os intelectuais do IHGB e da ABL.

E os interesses do Brasil no evento passavam, de fato, em mostrar-se na Europa, haja vista o esforço despendido com a montagem da *Exposição*, dividida entre dois espaços: o primeiro relativo ao período colonial e o segundo ao país independente e

⁴⁴ Brasil. Decreto-Lei nº 1410, de 11 de julho de 1939. *Coleção das Leis* da República dos Estados Unidos do Brasil de 1939, volume IV, julho-setembro de 1940. <<http://www.camara.gov.br/internet/InfDoc/novoconteudo/legislacao/republica/Leis1939vVI.550p/pdf01.pdf>> Acessado em 10/04/2012.

moderno, o que demandou a nomeação de um delegado permanente, Augusto de Lima Júnior, com residência fixa em Lisboa por mais de um ano. Acrescente-se a isso as questões inerentes ao transporte do material e demais providências, num contexto internacional tão adverso, marcado pelo avanço das tropas alemãs na Europa.

Vargas foi mostrado ao mundo na Exposição como o “fundador do Estado Novo no Brasil”, uma nação que administrava: jovem, moderna e civilizada, possuidora de amplos potenciais de riqueza, tais como a preparada pelo Departamento Nacional do Café, que montou um espaço na área externa do pavilhão brasileiro destinada à degustação da bebida, local que se tornou ponto de reunião dos visitantes; no fundo, para os dois governantes, a *Exposição* se afigurava bem mais conveniente aos seus propósitos do que uma reunião de historiadores.

Os “atritos” diplomáticos, em relação à participação do Brasil nos festejos, ficaram a cargo de Júlio Dantas, que sonhava com uma jornada monumental de história, mas que assim como Afrânio Peixoto teve que “seguir” os rumos traçados pelas chancelarias, Dantas pelo projeto de comemoração de Salazar, alicerçado na memória de uma colonização e tradição, que na opinião do estadista servia de exemplo para o mundo, assim como representava um grande feito português para os portugueses; já Afrânio, representava uma ameaça para os intentos de Vargas no exterior, além, de assim como outros intelectuais, ter ficado de fora da *Comissão Executiva dos Centenários*.

Por fim, a participação do Brasil nos festejos de 1940 em Portugal permite importante impressão de como surgem os projetos de memória em prol de determinada afirmação para o presente. Portugal passava por um momento de críticas internas e externas, e as *Comemorações Centenárias* representaram uma grande oportunidade de fazer valer os interesses de Salazar: representar uma unidade do povo português para o povo português, parece redundante, mas o que se buscou foi mesmo na história dos portugueses resgatar a unidade que estava abalada; e fortalecer a nacionalidade portuguesa para o mundo através de seus feitos, sua capacidade de realizar, com as práticas políticas, agregando-se e sustentando-se pela produção de objetos de memória e escolhendo o que volta do passado, do, e para coletivo. Já no Brasil, era necessário consolidar o projeto do Estado Novo e, principalmente, mostrar o Brasil no exterior, em detrimento do foco inicial da participação brasileira no Congresso Luso-Brasileiro de História.

FONTES PRIMÁRIAS

Periódicos

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Revista da Academia Brasileira de Letras*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1930-1942.

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA. *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1930-1942.

ACADEMIA PORTUGUESA DA HISTÓRIA. *Boletim da Academia Portuguesa da História*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1937-1942.

COMISSÃO NACIONAL DOS CENTENÁRIOS. *Revista dos Centenários*. Lisboa, Secretariado da Propaganda Nacional, 1939-1940.

COMISSÃO NACIONAL DOS CENTENÁRIOS. *Anais do Congresso do Mundo Português*. Lisboa, S.N., 1940.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1930-1942.

Arquivo Histórico do Itamaraty

Documentos Oficiais

Lata 344 Pasta 50

Lata 664 Maço 9884

Lata 1192 Maço 25789 (a)

Lata 1192 Maço 25789 (b)

Lata 1482 Maço 33495

602.77 (81) M.D.B. 25/04/2011 – LISBOA

641.7(88) Lata 787 Maço 10969

641.7(88) Lata 788 Maço 10970

641.7(88) Lata 788 Maço 10971

641.7(88) Lata 788 Maço 10972

641.7(88) (00) Lata 862 Maço 12966

LOUREIRO, Pizzaro. *Getúlio Vargas e a Política Luso-Brasileira*. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1941. Referência: 178.4.12.

Plano Geral. *Programas de estudos do Congresso do Mundo Português*. Lisboa: Comissão Executiva dos Centenários, 1940. Referência: lata 569, pasta 34.

OLIVEIRA, Alberto da. *Carta ao Brasil sobre a sua participação no duplo centenário de 1940*. Lisboa: S.P.N., 1940.

Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Coleção IHGB

Coleção Max Fleiuss

Coleção Macedo Soares

Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros

AOS/CO/PC-22 – PT. 1 – fólios 29 e 30

Cota 2P A49 M103

Cota 2P A49 M107

Maço 955, nº 392, ano de 1939

Processo 52, 114, 1940. 3º Piso. A1, Maço 956.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Manuela da. *As casas do povo como instituições reveladoras da mundividência do regime Salazarista*. Tese de Mestrado em História das Instituições e Cultura Moderna e Contemporânea, Universidade do Minho, 1998.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras.

BARBUY, Heloisa. *A Exposição Universal de 1889 em Paris: visão e representação na sociedade industrial*. São Paulo: Loyola, 1999.

BESSA, Carlos. Homenagem da Academia Portuguesa da História ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no seu sesquicentenário. *Revista do IHGB*, 150(364):361-527, julho setembro, 1989.

BILAC, Olavo. “Aos homens de letras de Portugal”. In: _____, *Obra reunida*. Organização e introdução de Alexei Bueno. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997, p. 932-933.

BLOTTA, Celine Gomes da Silva. *A presença brasileira nas Comemorações Centenárias de Portugal*. Rio de Janeiro, 2009. Dissertação (História Política). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

BOURDIEU, *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

Brasil. Decreto-Lei nº 1410, de 11 de julho de 1939. *Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1939, volume IV, julho-setembro de 1940*. <<http://www.camara.gov.br/internet/InfDoc/novoconteudo/legislacao/republica/Leis1939vVI.550p/pdf01.pdf>> Acessado em 25/08/20112.

CAPELATTO, Maria Helena R. *Multidões em cena: a propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas (SP): Papyrus, 1998.

_____. *Os intelectuais e o poder no Varguismo e Peronismo*. História. Questões e Debates, Paraná, p. 5-39, 1996.

CARTROGA, Fernando. “Ritualizações da história”. Luís R. Torgal e José Amado Mendes, *História da História em Portugal – Da historiografia à memória histórica*. Lisboa: Temas e Debates, 1998.

CARVALHO, Joaquim Barradas de. *Rumo de Portugal. A Europa ou o Atlântico?(Uma perspectiva histórica)* Lisboa: Livros Horizonte, 1974, p. 79-80. (Coleção Horizonte nº 26).

CHAGAS, Mário. Memória política e política de memória. In: ABREU, R. e CHAGAS, M. (orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p. 136-170.

Comissão Executiva dos Centenários. *Congresso do Mundo Português (1940): plano geral e Programas de Estudo*. Lisboa: Tip. Ottosgráfica, 1940, p. 1.

CORBIN, Alain. “Materiaux por un centenaire. Le contenu de la Revue Historique et son évolution (1876-1972)”. Cahiers nº 2 – *Institut d’histoire de la presse et de l’opinion*. Tours, 1979, 161-204.

CORTESÃO, Jaime. “Do sigilo nacional sobre os descobrimentos”. *Terra do Sol*, Rio de Janeiro, número 9, setembro-outubro de 1925.

DANTAS, Júlio. “Crônica”. *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, Lisboa, vol. XIV, 1939.

ELIAS, Norbert. *Os Alemães*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1997.

_____. *O Processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1993.

_____. *Mozart: sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

FELGUEIRAS, Inês. 1940 a Exposição do Mundo Português. *Oceanos*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, n. 6 (abril), p. 38-44, 1991.

FERREIRA, Jorge Luiz. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário do povo*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

_____; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (Org.). *O Brasil Republicano. O Tempo do Nacional-estatismo - do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 2.

GARCIA, Néelson Jahr. Estado Novo – Ideologia e Propaganda Política. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/estadonovo.pdf>>. Acessado em 23 de janeiro de 2012.

GOMES, Angela Maria de Castro. *A invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

_____. *História e historiadores. A política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996.

_____. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: Rachel Soihet; Maria Fernanda Bicalho; Maria de Fátima Gouvêa. (Org.). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história. 1ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, v. 1, p. 21-44.

_____. *A cultura histórica do Estado Novo*. Projeto História, n.16, p. 121-142, 1998.

GUIMARÃES, Lúcia Maria P. *Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2007. (Coleção Memória Social, 1).

_____. Relações luso-brasileiras: encontros e desencontros. *Anais do Simpósio Regional da ANPUH*. Niterói: UFF, 2006.

_____. Debaixo da imediata de sua majestade imperial. O IHGB (1838-1889). *Revista do IHGB*. 156 (388), 1995.

_____. À Sombra das Chancelarias: a preparação do Congresso Luso-Brasileiro de História (Lisboa, 1940). *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro: IHGB, a. 168, n. 437, p. 49-66, out./dez. 2007.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*, São Paulo: Centauro, 2006.

HARTOG, François. A arte da narrativa histórica. In: Jean Boutier e Dominique Julia (Org.). *Passados recompostos*. Campos e canteiros da história, Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Editora FGV, 1998.

JOÃO, Maria Isabel. *Memória e Império. Comemorações em Portugal (1880-1960)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Ministério da Ciência e do Ensino Superior, 2002.

JORGE, Arthur Guimarães de Araújo. *Rio Branco e as fronteiras do Brasil: uma introdução às obras do Barão do Rio Branco*. Brasília: Senado Federal, 1999. (Coleção Brasil 500 anos).

LAFER, Celso. “Relações Brasil-Portugal: passado, presente e futuro”. In: Benjamin Abdala Jr. (org). *Incertas relações: Brasil-Portugal no século XX* São Paulo: Ed. SENAC, São Paulo, 2003.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: *Memória e História*. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

LEHMKUHL, Luciene. *Entre a tradição e a modernidade: o café e a imagem do Brasil na Exposição do Mundo Português*. 2002. Tese (Doutorado em História), Departamento de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

_____. *O café de Portinari na Exposição do Mundo Português*. Florianópolis, 2002. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina.

LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. *Imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2001.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo DIFEL, 1979 (Coleção Corpo e Alma do Brasil).

_____. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

NORA, Pierre. “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”. In: *Projeto História*. São Paulo: PUC, n. 10, p. 07-28, dezembro de 1993.

PEIXOTO, Afrânio, apud Alberto Iria, *Anais do IV Congresso de História Nacional*. Rio de Janeiro: IHGB/Imprensa Nacional, 1950, v. 2.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, nº 3, 1989, p.3-15.

_____. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, v.5, n. 10, 1992, p. 200-215.

RAMOS, Maria Bernardete. “A intimidade luso-brasileira – Nacionalismo e Racialismo”. In: _____, Élio Serpa e Heloisa Paulo (orgs.). *O beijo através do Atlântico: o lugar do Brasil no Panlusitanismo*. Chapecó (SC): Argos, 2001.

- REGO, Antonio S. *Relações Luso-brasileiras (1822-1953)*. Lisboa: Edições Panorama, 1965.
- RIBEIRO, Edgard Telles. *Diplomacia Cultural: seu papel na política externa brasileira*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1989.
- ROSAS, Fernando. “Salazar e o Salazarismo: Um caso de longevidade”. In: *Salazar e o Salazarismo*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1989.
- SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. *Memória coletiva & teoria social*. São Paulo: Annablume, 2003.
- _____. Sobre a autonomia das novas identidades coletivas: alguns problemas teóricos, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 13, n. 38, 1998.
- _____. *Memória coletiva & teoria social*. São Paulo: Annablume, 2003.
- SARAIVA, Arnaldo. *Modernismo brasileiro e modernismo português. Subsídios para o seu estudo e para a história das suas relações*. Campinas: Editora UNICAMP, 2004.
- SENA, Jorge. Enciclopédia. In: *Atlântico*, nº 2, Lisboa, SPN/DIP, Outubro de 1942, p. 285-286 .
- SIMÕES, Nuno. *Actualidade e permanência do Luso-Brasilismo* (Conferências e discursos). Lisboa: Edição do autor, 1960.
- SOARES, Maria Susana Arrosa. A diplomacia cultural no MERCOSUL. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília, v. 51, n. 1, abril 2008. pp.53-69. Disponível em www.scielo.org. Acessado em 25 de Agosto de 2011.
- TORGAL, Luís Reis. *História e ideologia*. Coimbra: Livraria Minerva, 1989, p. 194. (Coleção Minerva - História nº 3). Ver, também, Yves Leonard, *Salazarismo e Fascismo*. Tradução de Catarina Horta Salgueiro. Lisboa: Editorial Inquérito, 1998.
- VARELA, Raquel. A grande Exposição do Mundo Português. In: *Paço*. António (Org.). Os anos de Salazar. Lisboa: Editora Planeta de Agostini, 2008. (Volume 5, 1940-1942).
- VARGAS, Getúlio. 1995. *Diário*. Apresentação de Celina Vargas do Amaral Peixoto; edição de Leda Soares. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas
- VELLOSO, Monica Pimentel. *Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Org.). *O Brasil*

Republicano. O Tempo do Nacional-estatismo - do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 2, p. 145-180.